

 CICLO ORIGENS
DA ACADEMIA

Lúcio de Mendonça

Retrato de Rodrigues Soares

Óleo sobre tela, 125 x 85 cm

Acervo museológico da ABL.



Lúcio de Mendonça, o fundador da Academia Brasileira de Letras

ALBERTO VENANCIO FILHO

A Academia Brasileira de Letras inicia hoje o ciclo de conferências do ano de 2004, comemorando o sesquicentenário do nascimento de Lúcio de Mendonça, o fundador da Casa, na véspera dessa efeméride.

Já houve quem dissesse que a fundação da Academia foi um milagre. Várias tentativas se frustraram no Império e é curioso que Pedro II, cultor das letras e das artes, nunca tenha incentivado a criação de tal instituição. Mas o que caracteriza o milagre é a reunião em período de instabilidade institucional de figuras tão díspares do ponto de vista político: monarquistas, republicanos, socialistas e anarquistas. Na expressão de Graça Aranha, o que os interessava era a literatura. A iniciativa foi facilitada pela existência de duas publicações: a *Semana* de Valentim Magalhães, e a *Revista Brasileira* de José Veríssimo, focos de reunião, esta última a ante-sala da Academia.

Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras, em 9/3/2004, na sessão de abertura do ciclo *Origens da Academia*.

Dos fundadores se destaca a mocidade de Magalhães de Azeredo, com apenas vinte e cinco anos; Graça Aranha, Pedro Rabelo e Medeiros e Albuquerque tinham vinte e nove, Oliveira Lima e Guimarães Passos trinta, Olavo Bilac e Rodrigo Octavio 31 e Coelho Neto 33. Lúcio de Mendonça contava então 43 anos e, na sociedade da época, era considerado um jovem. Daí porque Machado de Assis no discurso inaugural tenha falado que “a Academia foi iniciada por um moço, aceita e completada por moços, e nasce com alma nova naturalmente ambiciosa”.

A análise dos quarenta imortais revelaria que à época eram figuras de destaque na vida literária e que, depois de 1897, continuaram trajetória de êxitos. Passados cento e sete anos, o elenco desses nomes aponta o esquecimento de muitos. Quem se recorda hoje de Luís Murat, Filinto de Almeida, Teixeira de Melo, Urbano Duarte, cujo centenário da morte em 2002 ocorreu em branca nuvem, Garcia Redondo, Pedro Rabelo, Luís Guimarães Júnior? Antes que se erija o monumento ao acadêmico desconhecido, cabe a nós manter viva a chama votiva de nossos predecessores, como agora estamos fazendo com Lúcio de Mendonça na véspera do seu nascimento.

Lúcio Eugênio Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça, ou simplesmente Lúcio de Mendonça, nasceu na fazenda de Morro Grande, município de Piraí, em 10 de março de 1854, sexto filho de Salvador Furtado de Mendonça e D. Amália de Menezes Drummond. De família numerosa, era treze anos mais moço do que o irmão Salvador de Mendonça. Aos quatro anos perdeu o pai e se mudou para a casa de parentes em São Gonçalo do Sapucaí.

Nunca teve professor de primeiras letras; ouvia trechos de carta ou de jornal, retinha-os na memória, casando os sons com os caracteres gráficos.

Interno no Colégio Pimentel, naquela cidade, colaborou no jornal *A Aurora Fluminense*, feito pelos alunos calouros. Em 1867 transferiu-se para o Rio e se matriculou no Colégio Padre Guedes, onde redigiu o jornal *A Tesoura*.

Em 1867, orientado pelo irmão Salvador de Mendonça, está em São Paulo e ingressa no Curso Anexo da Faculdade de Direito. Inicia-se nas atividades poéticas e literárias. Escreve *Rios e lágrimas* (poesia) e colabora com poemas no

jornal *O Ipiranga*, órgão dirigido pelo irmão. Em 1871 matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo; ali tem como colegas, entre outros, Martim Francisco Júnior, Dino Bueno, Canuto Saraiva e João Kopke. Por tomar parte em movimento de alunos contra a mudança do regime de exames, a “revolta acadêmica”, é suspenso por dois anos e retorna ao Rio de Janeiro. Começa a trabalhar no jornal *A República*, convivendo com Quintino Bocaiúva, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra, Francisco Otaviano, Joaquim Nabuco e o irmão Salvador, intelectuais de destaque da época.

Retorna a São Paulo e prossegue o curso de Direito; morando então em várias repúblicas. Pouco se sabe sobre os estudos de Direito de Lúcio, a não ser que conseguiu nos exames três distinções consecutivas, fato raro nos Anais da Academia, e que foi anunciado na *Gazeta de Notícias* da Corte, em primeira página. Mas, de fato, a “vida acadêmica” era menos a freqüência às aulas e a leitura dos manuais de direito do que o jornalismo literário, a redação de poesias, a boemia, a participação na sociedade secreta, a Bucha, os grêmios de oratória, e já naquela época os clubes republicanos. Pedro Lessa, que lhe sucedeu na Academia e no Supremo Tribunal Federal, registrou:

“Quando fui matricular-me na Faculdade de Direito de São Paulo, já ele concluíra o seu curso jurídico. Mas lá estava ainda bem luminoso o sulco aberto pela passagem do jovem poeta e jornalista democrata; o seu nome, envolto numa auréola de estima, de admiração e de respeito, enchia a Faculdade de São Paulo. Nessa quadra da mocidade, foi Lúcio de Mendonça, intelectual e moralmente, o que sempre continuou. É raro conhecermos um homem, no decurso de cuja vida, ao lado de uma incessante leveza de espírito nas produções literárias, em que se note uma tão inalterada coerência e perfeita unidade nos princípios, nos sentimentos e no caráter, coerência que ele sempre zelou com ufanía, e algumas vezes com excesso.

Na cidade acadêmica daquele tempo, toda impregnada das tradições românticas de Álvares de Azevedo e seus companheiros, e da glória alvorecente de Castro Alves e Fagundes Varela, ser poeta era a primeira das distinções

da aristocracia intelectual. Creio que para os moços de hoje (1910) não tem a fascinação com que dominava os estudantes daquela época. O belo talento de Lúcio se amoldou à sedutora influência do ambiente.”

Há fatos curiosos a respeito da passagem de Lúcio de Mendonça pela Faculdade, significativos de seu temperamento, relatados por Josué Montello no *Pequeno anedotário da Academia Brasileira de Letras* (p. 161). O Professor Sá e Benevides, de Direito Romano, e cujas apostilas Rui Barbosa transcreve nos *Pareceres sobre o Ensino Superior* como modelo da péssima didática, reprovava sistematicamente todos os alunos e, surpreendentemente, aprovou-o com distinção. Lúcio deixou de o cumprimentar. E, indagado sobre essa atitude, respondeu: “— Com o que fez comigo o Professor Benevides, muita gente há de supor que passei no exame porque decorei as lições dele. E eu não posso deixar de reagir a este insulto.”

Como estudante, morava Lúcio de Mendonça na mesma pensão em que residiam o Padre Francisco de Paula Rodrigues, orador sacro, e mais dois amigos. Assim relata Josué Montello:

“Desde cedo, Lúcio de Mendonça assumiu posição de hostilidade ao clero e à Igreja, no plano das idéias, o que não impedia o seu convívio cordial com o Padre Francisco de Paula Rodrigues.

Tão freqüente era esse convívio e tão notória a amizade que os unia, que não raro lhe diziam:

— Parece que estás ficando católico. A companhia do Padre Rodrigues vai modificando aos poucos as tuas convicções religiosas.

Lúcio de Mendonça, no dia seguinte, numa demonstração de fidelidade a essas convicções, saiu a campo pelas colunas da *Província de S. Paulo*, atacando implacavelmente o catolicismo e o clero.

No entanto, o mesmo combatente aguerrido sabia ter, nos momentos adequados, os belos gestos reveladores de sua alta linha moral.

Certa vez, Ezequiel Freire, um de seus amigos mais chegados, lia em voz alta, em casa de Lúcio, o trecho escabroso de um romance realista.

E Lúcio, interrompendo-o:

– Vamos ler isso no meu quarto.

E justificando o pedido:

– Nessa sala, o Padre Chico Rodrigues lê o seu Breviário.”

Na época lança *Alvoradas*, o segundo livro. Convidado por José Maria Lisboa, trabalha na *Província de S. Paulo* e torna-se colaborador efetivo de *A República*. Divulga artigos no *Planeta*, do sul de Minas, na *Crisálida*, na *União de São Paulo* e no jornalzinho *A Borboleta*, dedicado a mulheres.

Deixando São Paulo escreve o “Adeus a São Paulo” como despedida à Província, confessando que é “a terra a que devo – mais do que o nascimento – a educação cívica, berço das minhas crenças, terra sagrada de homens honrados, formosa terra de São Paulo, nobre plebéia robusta, leoa que amamenta as almas modernas que hão de lutar a grande luta, meio intelectual da nossa nacionalidade, esperança de nossa redenção, alma do Brasil novo, coração da pátria livre.”

Logo depois de formado, em 1878, é nomeado interinamente Curador Geral de Órfãos em Rio Bonito, efetivando-se no cargo nesse ano. Seguindo depois para Itaboraí, sofre dificuldades, inclusive por motivo de doença, e volta a São Gonçalo de Sapucaí, onde passara a infância. Peregrina por várias cidades.

Nomeado delegado da Inspeção Geral da Instrução Pública da província de Minas, é vereador da Câmara de São Gonçalo até 1885. Muda-se para Valença e colabora em *A Semana*, de Valentim Magalhães no Rio de Janeiro. Na vizinha cidade de Campanha, na qual faz intensa propaganda republicana, dedica-se também à advocacia e ali colabora de corpo e alma no jornal *Colombo*, “humilde posto de combate, a um canto perdido do jornalismo nacional, mas onde todas as eventualidades da luta encontravam sempre ignoradas, mas inquebrantável a nossa dedicação”. Nessa cidade passa a publicar *A Semana* e o panfleto político *Escândalo*.

Proclamada a República, é nomeado Secretário do Ministro da Justiça em 1890 e, em seguida, Curador Fiscal das Massas Falidas do então Distrito Federal. Ocupa a partir desse momento funções públicas de importância, continuando porém a escrever em jornais e a colaborar em *A Semana*. É nomeado, em 1895, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Com a fundação, nesse ano, da terceira fase da *Revista Brasileira*, dirigida por José Veríssimo, passa a freqüentar a Redação, onde se reúnem os literatos da época. Em 1896 é o fundador da Academia Brasileira de Letras, vindo a ocupar a Cadeira nº II, para a qual escolheu como patrono Fagundes Varela, escolha que demonstra o pendor pelo tema poético.

Em 1900 representou o Supremo Tribunal Federal na comitiva do Presidente Campos Sales à Argentina e, em 1901, foi nomeado Procurador Geral da República.

Em 1904, diante das dificuldades de visão de Lúcio, o Congresso, pelo Decreto nº 1.273, de 21 de setembro, lhe concede uma licença por seis meses, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier. A partir de 1907 a saúde começa a agravar-se, perde a vista e fica impossibilitado de trabalhar. Faz viagem à Europa, onde consulta, mas sem resultado, médicos da Itália e da Alemanha.

Persistindo os problemas, os amigos, à sua revelia, lhe promovem a aposentadoria. Não tendo direito à aposentadoria com todos os vencimentos, o projeto de lei apresentado por Medeiros e Albuquerque, Melo Matos, Sá Freire, Pedro Moacir e outros, atenua esses requisitos. Em discursos notáveis, vários dos proponentes afirmam que os méritos de Lúcio justificam a exceção, e a lei é sancionada em 26 de outubro de 1907.

Ao retornar da viagem, vai morar na Gávea ao lado de Salvador. Passam as tardes inteiras juntos, Salvador otimista, cheio de projetos, e Lúcio, apesar de mais moço, inteiramente desencorajado, incapaz de momentos de alegria, devido à cegueira, vindo a falecer a 23 de novembro de 1909. Após seu falecimento foi encontrado em seus papéis o poema “Steeple Chase”, de grande dramaticidade:

*A cegueira e a morte, em desumano esporte,
Disputam-me, não sei, na ânsia de igual terror,
Qual chegará primeiro, a cegueira ou a morte.
A morte e a cegueira, em desumano esporte,
Disputam-se entre si, e eu, no profundo horror
Da alternativa, imploro o supremo favor
De poder escolher, e de escolher a morte.*

As relações entre Lúcio de Mendonça e Machado de Assis foram estreitas, como revela a importante correspondência entre os dois, embora não tão extensa quanto a do irmão Salvador, que viveu muitos anos como representante do Brasil nos Estados Unidos. A primeira carta, publicada nas Obras Completas da Editora Nova Aguilar, é de 1873, quando Lúcio tinha 19 anos, e se refere à possibilidade de edição de livro. Com a delicadeza habitual Machado responde-lhe que, “antes de mais nada, agradeço-lhe a confiança que depositou em mim. Qualquer que fosse o objeto, devia agradecer-lhe, tratando porém do seu futuro, lisonjeou-me a escolha que fez de mim”. E concluindo: “Se de lá se lembrar de algum negócio em que eu possa ser mediano, pode contar que farei com a melhor vontade do coração.”

Em 1896 Machado trata novamente da publicação de romance que deveria ser *O marido da adúltera*. Machado fala dos entendimentos que teve com Ferreira de Araújo e o Garnier, que deram informações negativas. E conclui: “Quanto ao retrato, aí lhe mando um, guarde-o como lembrança do amigo velho.” E quando a cegueira já o havia afastado de tudo, recebe de Machado de Assis exemplar do *Memorial de Aires* e agradece em frase comovente: “Será o primeiro livro seu que lerei por olhos de outrem... — Se não tem medo de alma do outro mundo, deixe que lhe beijem as mãos criadoras o discípulo devotadíssimo.”

A amizade de Lúcio pelo irmão Salvador é comovedora. Quando da morte de Lúcio, Salvador escreve a Oliveira Lima: “Você pode bem avaliar o claro que esta morte abre na minha vida. Lúcio era mais do que um irmão, era um filho. Vai com ele muito da minha alma...” E Medeiros e Albuquerque: “Ne-

nhum irmão era mais irmão do que Lúcio. Ele tinha por Salvador uma estima grande, profunda, respeitosa, que mostrava bem como seu coração era meigo, apesar de toda a sua habitual combatividade.”

Quando Salvador de Mendonça ocupava a Legação do Brasil em Washington, a correspondência era freqüente. Lúcio escrevia cartas quase que semanais, mas que se amiudaram quando começaram os boatos de medidas drásticas que iriam ser tomadas contra o irmão, dispensado do cargo. Ao ser afastado do serviço diplomático, declara Salvador: “Foi preciso que o Ministro Lúcio de Mendonça na sua cadeira do Supremo Tribunal Federal estigmatizasse os abusos do presidente da República e propusesse sua responsabilidade, para que este presidente, não podendo demiti-lo, reclamasse a minha demissão para vingar-se do juiz.”

A 12 de junho de 1912 teve lugar na Academia a inauguração dos bustos de Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Lúcio de Mendonça. Salvador estava lá, e quando terminaram os discursos oficiais, levantou-se e, embora sem poder ler, recita “Versos a Lúcio”:

*Tinhas na voz a cólera sagrada
Para a opressão e para a vil manada
Que se rojava aos pés dos opressores.*

*Tinhas no coração a caridade,
O amor ao bem de toda a Humanidade,
Dos fracos, das crianças e das flores.*

Nessa cerimônia, foi orador oficial Sousa Bandeira, que pronuncia estas palavras (publicadas na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. 5, junho de 1912, pp. 103-105):

“O seu espírito não conhecia o cepticismo de Machado de Assis. A ardentia da sua combatividade não permitia o desenvolver de um plano polí-

tico, como faria Joaquim Nabuco. Em matéria política Lúcio de Mendonça tinha ingenuidades de crente. Nos tempos do Império foi um excelente propagandista. A impetuosidade de seus ataques se media pela intensidade do seu estro. Fazendo a propaganda da República, ele traduzia ao mesmo tempo a poesia que lhe ia na alma. *Vergastas* é o título de uma das suas primeiras recoltas de versos, em que canta um lirismo ardente e tumultuoso, que envolve a alma do jovem republicano, unindo assim a poesia à política. Não foi esta a história de todos os republicanos saídos dos bancos escolares?

Proclamada a República, estava virtualmente finda a missão política de Lúcio de Mendonça. Creio mesmo que nunca lhe passou pelo espírito a idéia de uma ação partidária, com a qual dificilmente se compadeceria a independência do seu espírito. Continuou intransigente na sua fé republicana. Apaixonado pela idéia, que colocava acima dos partidos, lutava pela República, ou pelos princípios que lhe pareciam mais convenientes à sua consolidação. [...]

Além da República, era a língua a outra paixão de Lúcio de Mendonça. Poucos escritores da sua geração têm o seu apuro rigoroso da forma, a observância sem pedantismo dos cânones da língua, o bom gosto no dizer, sem preciosidades efeminadas. Nele a frase era simples, incisiva, exprimindo todo o pensamento, e só o pensamento. Debalde se lhe procurará em toda a obra, ou o torneio da frase transplantado das leituras francesas, ou o túrgido gongorismo de muitos escritores para quem bem escrever é forçar o leitor a consultar de minuto a minuto o dicionário. Era cioso da pureza da língua, com a qual não permitia a mínima liberdade. Recordo-me de um almoço que lhe oferecemos, quando foram publicadas as suas deliciosas *Horas do bom tempo*, e no qual um dos nossos mais estimáveis confrades passou tormentos para tirar em vernáculo as denominações francesas dos pratos que figuravam na lista, eu ia dizer *menu*. [...] Lúcio de Mendonça foi Diretor da Secretaria da Justiça, logo que se fundou a República, e contou-me uma vez que uma das suas maiores torturas naquele tempo foi salvar na redação oficial a concordância dos verbos tão lastimada depois que o Governo Provisório instituiu o tratamento de vós.

Este apuro de vernaculidade guardou em todas as suas produções. Entendendo polêmicas (e que terrível polemista foi), fazendo versos, escrevendo contos, ou lavrando acórdãos, era sempre o mesmo espírito lúcido, o mesmo escritor castiço.

[...] Se as exigências do nosso meio, tão pouco propício a viver o escritor somente da sua arte, não o tivessem divertido para ocupações mais absorventes, ele teria sido um grande romancista. Como pretender, porém, que um ministro do Supremo Tribunal, obrigado a redigir acórdãos, e acompanhar os julgamentos, possa, como literatura, produzir outra cousa além de contos, sonetos, e artigos de jornais? A leitura, porém, dos seus contos é bastante para indenizar da falta de muitos romances.”

A característica principal do temperamento de Lúcio de Mendonça era a postura afirmativa, às vezes apaixonada, mas mantida numa posição digna. Roquette-Pinto definiu com exatidão a sua personalidade: “Para nós o traço forte de sua personalidade, coisa que mais do que nunca precisa ser sublinhada, foi a nitidez do caráter forte.” E Clóvis Beviláqua: “Em Lúcio de Mendonça a atividade intelectual era dirigida pela integridade do caráter, de modo que a sua influência no meio social em que viveu, foi um assinalado impulso para o progresso de sua pátria, não simplesmente pelo aspecto literário, mas ainda pelo moral e político.”

Com fortes convicções socialistas estava Lúcio presente no apoio ao operariado. Sugere introduzir no projeto do Código Civil “alguns estudos a aproveitarem aos trabalhadores” em lugar do privatismo que afinal prevaleceu. E recomendava aos trabalhadores que procurassem antes introduzir no texto do Código Civil os dispositivos que lhes parecessem mais conveniente.

Lúcio de Mendonça foi um polemista contumaz, envolvendo-se em numerosos debates. Como exemplo, a polêmica travada com o futuro acadêmico Constâncio Alves. Constâncio Alves, ao comentar na sua seção “Dia-a-Dia”, do *Jornal do Commercio*, artigo de Lúcio de Mendonça contra Félix Pacheco, tomou o partido desse poeta: “É triste ver um magistrado, como vimos há pouco, de pau em

punho, ameaçando colegas de jornalismo e prometendo pancadaria velha a um moço estreante.”

Porque estava de “pau em punho”, Lúcio de Mendonça desferiu contra o novo adversário valentes bordoadas: “Este sendeiro de imprensa, lastimosamente atrelado ao carroção do Dia-a-Dia, para se consolar do tédio de que vive nos matando, usa escoucear para o meu lado. Preciso tirar-lhe o sestro.”

Assim, de ímpeto, Lúcio atacava o aliado de Félix Pacheco. E prosseguindo:

“Se não fosse tão má besta, teria entendido que só em represália a uma ameaça de agressão física escrevi, no artigo a que alude, que eu também possuía bengala e era capaz de a aplicar eficazmente. – Agora, outra declaração não menos misericordiosa: compadeço-me, dia a dia, do enfezado *clown* que diariamente tortura o pobre coco baiano na faina estéril de ser engraçado à força; talvez com a fricção destas linhas lhe chegue calor à prosa mosca-morta e barata-descascada. – Sempre é um serviço a quem o atura.”

Parece que Constâncio Alves desistiu, e a discussão ficou por aí, com a vitória de Lúcio de Mendonça.

Na expressão de José Veríssimo:

“... Eu não conheço, no nosso meio, sob o aspecto da língua ao menos, ninguém mais bem dotado literariamente do que o Sr. Lúcio de Mendonça. Ele possui como poucos o dom da expressão literária, reunindo em grau subido a correção, a elegância e a facilidade. Sente-se, lendo-o, em qualquer gênero, que a sua língua, como dizem os franceses, ‘*coule de source*’, abundante, límpida, arejada, brilhante. Tem um singular e invejável dom de escrita fácil, natural, espontânea, mas eminentemente literária.”

Segundo Medeiros e Albuquerque: “A Lúcio de Mendonça se aplicava perfeitamente a frase de Anatole France ‘*sont toujours les mêmes qui font tout*’, porque ele fez realmente de tudo. Deixou contos admiráveis, poesias excelentes, trabalhos jurídicos e fez críticas literárias e foi juiz e jornalista.”

~ Obra literária

O nosso saudoso confrade Múcio Leão, na brilhante conferência que pronunciou no centenário de nosso homenageado, afirmou que “a personalidade de Lúcio de Mendonça pode ser estudada de vários ângulos: a do homem de letras, a do político, a do jornalista, a do homem de ação social ou espiritual”. São alguns desses aspectos que versaremos nesta conferência.

Sílvio Romero, na *História da literatura brasileira*, assinala o movimento de reação ao Romantismo, com a expansão ao mesmo tempo da escola filosófica, que chamou de escola realístico-social, incluindo entre outros os nomes de Celso Magalhães, Genuíno dos Santos, Souza Pinto, Carvalho Júnior, Fontoura Xavier, Lúcio de Mendonça, Assis Brasil e Augusto de Lima e Medeiros e Albuquerque também se filiando a esse grupo.

Ronald de Carvalho examina, em 1870, a corrente hugoana e afirma que “com os nomes de Lúcio de Mendonça, Celso Magalhães, Fontoura Xavier, e dos Srs. Augusto de Lima e Medeiros e Albuquerque, excelentes poetas, teremos apontados os principais representantes das derradeiras correntes literárias que precederam aqui os primeiros albores do parnasianismo”.

Na *Formação da literatura brasileira* Antonio Candido expõe que nessa fase alguns poetas

“se opunham à ideologia espiritualista e a todo o acervo de idéias e comportamentos próprios dos românticos, e já em pleno declínio, declararam-se anti-românticos e iniciadores da poesia nova. A perspectiva que nos dão hoje quase oitenta anos permite situá-los com maior objetividade, fazendo menor conta das suas alegações e certezas: são românticos desenquadrados, sem serem qualquer coisa de definido, de tal forma a podermos considerá-los, no conjunto, uma geração praticamente perdida.

[...]

Alguns recuam, outros seguem as correntes novas [...] outros fincam pé e se perdem para a poesia, incapazes de sentir as tendências essenciais do pró-

prio tempo. Dentre eles se destacam, por mais característicos, Sílvio Romero, Martins Júnior, Mathias de Carvalho e, à parte, Lúcio de Mendonça.”

Considerando o Romantismo da terceira fase, fala da “nova oratória poética, republicana, agressivamente antimonarquista de Lúcio de Mendonça, Mathias de Carvalho ou Martins Júnior. Se a veemência e a intenção social fossem condições de uma poesia, nenhuma seria mais alta que a deles”.

Segundo Antonio Candido: “Lúcio de Mendonça tem categoria especial na poesia social e política que merece leitura. Os seus versos sentimentais não destoam da média banal do tempo. A sua poesia política é ousada e forte.” (Ob. cit., vol. 2, pp. 284, 285, 286.)

Nas primeiras obras segue muito de perto Castro Alves, o laureado poeta, cuja morte lhe inspirou o poema “Névoas matutinas”; depois Guerra Junqueira se tornou o seu modelo evidente, não só nas idéias, mas na forma.

Sem nenhuma pretensão científica, a sua musa é toda social, votada à república, à abolição, à democracia, revelando-se em alguns momentos quase socialista na crítica à propriedade (*Visões do abismo*). Nutre-se de humanitarismo lírico, onde Cristo entra, como era de praxe, na poesia social do Romantismo e a que seguiu imediatamente ao modo de um revolucionário. Quando lhe nasce o primogênito, mostra-lhe o caminho das suas idéias e o ameaça de maldição caso não as siga:

*Ama o povo; abomina a tirania;
Defende o fraco; luta com a maldade
Sem tréguas nem perdão, filbo! Confia
Na Justiça, no Amor e na Verdade.
Chovam-te minbas bênçãos aos milhares!
E se meu coração todo desejas,
Segue-me os passos; — mas se apostatares,
Filbo do meu amor, maldito sejas!*

Entre os contemporâneos nem José Guilherme Merquior, nem Alfredo Bosi trataram de Lúcio de Mendonça nas histórias da literatura brasileira.

A atenta crítica estrangeira Luciana Stegagno Picchio, falando dos “realistas urbanos” na poesia, inclui o nome de Lúcio de Mendonça: “Nele, à nota romântica nacional (*Névoas matutinas*, 1872; *Alvoradas*, 1875), no gosto de Fagundes Varela e Castro Alves, mas também de Guerra Junqueiro e seu deísmo anticlerical, corresponde sempre o baixo contínuo de um socialismo hugoano (*Vergastas*, 1873; *Visões do abismo*, *Murmúrios e clamores*, 1902), percorrido aqui e ali por frêmitos de sensualismo amoroso.” Na poesia Múcio Leão aponta duas vertentes: o poeta lírico e o poeta de ação revolucionária. E acrescenta: “A musa de Lúcio, coisa rara no Brasil, tem alguma vez um certo enevoado, um certo encanto lunar, coisa que a poesia brasileira somente vai conhecer com os poetas do movimento simbolista.”

Pedro Lessa assinala:

“Percorrendo-lhes as poesias, mesmo os olhos profanos, como os meus, vêem que ele não fazia parte dessa família, nascida mais tarde, de cinzeladores do verso, dominados pelo culto meticuloso da forma e pela obsessão da arte, que tão fina e tão profundamente sabem combinar a análise e a síntese e da qual são membros preeminentes Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Augusto de Lima e alguns poucos mais. Filiava-se a fase inicial do poetar de Lúcio em uma feição literária, muito brasileira, que tem suas origens em remoto período de nossa história. Não lhe podemos reler as primeiras trovas, sem recordar a impressão que teve Machado de Assis, o mestre inolvidável, quando lhe prefaciou o livro de estréia: sendo o amor o assunto predileto do poeta, a nota predominante em suas composições é a nota elegíaca. Nos belos sonetos de Cláudio Manuel da Costa e em várias poesias de Silva Alvarenga vemos despontar bem manifesta essa tendência romântica, transformada depois em verdadeira escola, de numerosos adeptos.”

Em 1872, aos dezoito anos, publica o livro de poesias *Névoas matutinas*, com carta-prefácio de Machado de Assis, que tem palavras de louvor, sendo tão avaro em elogios:

“O público vai examinar por si mesmo o livro. Reconhecerá o talento do poeta, a brandura do seu verso (que por isso mesmo não se adapta aos assuntos políticos, de que há algumas estâncias neste livro), e saberá escolher entre estas flores as mais belas, das quais algumas mencionarei, como sejam: ‘Tu, Campesina’, ‘A Volta’, ‘Galope Infernal’.”

E em leve tom doutoral:

“Se, como eu suponho, for o seu livro, recebido com as simpatias e animações que merece, não durma sobre os louros. Não se contente com uma ruidosa nomeada; reaja contra as sugestões complacentes do seu próprio espírito; aplique o seu talento a um estudo continuado e severo; seja enfim, o mais austero crítico de si mesmo.”

No prefácio de *Alvoradas*, publicado em 1875, ao lado da poesia lírica, um sopro de inspiração hugoana, disse ele:

“Alvoradas, chamam-se esses versos que nem tem a luz, nem as harmonias do amanhecer... Serão como as madrugadas chuvosas – desconsoladas, mudas e monótonas.

Alvoradas são também os toques militares com que se despertam do sono os soldados... Não poderão chamar-se assim os clamores da minha poesia, os observa sentinela republicana, bradando aos soldados da causa santa que é o tempo de acordar.

Tais são as minhas alvoradas, harmonias do coração e do espírito, tributo de amor sincero e de convicção profunda, que deponho aos pés de dois ídolos da minha mocidade, minha mulher e a República.”

Na poesia social compôs as coletâneas *Visões do abismo* e *Vergastas*, posteriores de alguns anos a seus primeiros livros, que são respectivamente de 1888 e 1889. Libelos contra a Monarquia, poesias políticas, não são talvez as melhores coisas de Lúcio poeta, embora seja um dos aspectos mais definidos em seu caráter, pela combatividade que lhes deu origem.

Importantes são as *Canções de outono*, de 1896, versos mais maduros, reunidos em 1902 em *Murmúrios e clamores – Poesias reunidas*. Múcio Leão aponta a duplicidade do título: murmúrios: feições líricas, apaixonadas; clamores: o que há de revolta e revolucionário, e doutrinador político.

Sobre o poeta dizia Medeiros e Albuquerque, comentando *Murmúrios e clamores*: “Deu-nos um belo livro. A variedade e a abundância das composições selecionadas permitem ver em plena luz todo o valor do talento poético de Lúcio, o que não fazia nenhuma das coleções particulares até agora publicadas por ele.”

José Veríssimo acentua-lhe o aspecto social:

“As preocupações sociais foram um momento na sua vida de poeta e para melhor caracterizá-la é preciso notar que foram de um período de oposição política. São uma poesia intencional, querida, sem a espontaneidade do seu lirismo sentimental, pouco intenso mas legítimo, e que a correção da forma desde as ‘Alvoradas’ ajudava a dar relevo.”

Confirmava Silvio Romero ao dizer que “Lúcio de Mendonça foi o criador da poesia social em nossa terra”.

E Araripe Júnior acentuou o caráter nacional de sua poesia:

“A sua inspiração é profundamente brasileira. Se no fundo da tela do seu espírito pressentimos a existência de uma névoa de ironia, não é difícil perceber que essa ironia é dissolvida sempre numa jovialidade, muito conhecida dos amigos que lhes monopolizavam as palestras. Por exceção e atraído pela meditação dos poetas preocupados com a metafísica. Bem depressa,

porém, aquela jovialidade afinal se transformou no mais puro dos sentimentos, no amor grácil e imperturbado.”

~ O romancista

O romance *O marido da adúltera*, de 1882, despertou grande interesse. Diria Urbano Duarte:

“A estréia de Lúcio de Mendonça no romance foi assaz prometedora. *O marido da adúltera* é um livro interessante que se lê de um só fôlego. Para um romancista novel a tese de que tratou foi o que se havia de mais ousado. O estilo possui sobriedade e colorido. Sobriedade demais talvez, pois o assunto comportava o mais largo desenvolvimento. Em todo o caso, é um livro que convida à controvérsia e está a provocar uma esplêndida réplica literária.”

E Raimundo Correia diria: “Um notável romance *O marido da adúltera*, cujo tema encerra questões de interesse social.”

Para Pedro Lessa:

“O defeito capital de *O marido da adúltera* foi não ter animado o autor a prosseguir no gênero. Escrito num estilo espontâneo, simples e atraente, o romance é a explanação de uma tese moral e todo composto sob a forma de carta, o que não ficava mal a um discípulo e admirador do cidadão de Genebra. ... Há, nele, vários trechos de uma forma encantadora, pela simplicidade, pela veracidade e pelo modo leve de revelar minuciosa análise penetrante. Poucos melhor do que Lúcio terão descrito o interior de uma família de relativo bem-estar, se vai despencando na voragem do infortúnio econômico, predecessor do infortúnio moral; as degradações por que passa a crescente penúria, a acridez do espírito, prenhe de convícios, que a cada passo explodem sem motivo e a progressiva diminuição da resistência moral.”

Lúcia Miguel-Pereira assinala que com a novela *O marido da adúltera* e sobretudo com seus contos, obras da mocidade, Lúcio de Mendonça se inclui entre os precursores do Realismo.

O romance *O marido da adúltera* levantava a tese de que, ao contrário do livro de Dumas Filho, o marido traído, ao invés de ter o direito de matar a adúltera, tem o dever de matar-se. Comenta Múcio Leão:

“Confesso não conheço, em nenhuma literatura, tese mais injusta, mesmo mais aberrante da moral comum, do que essa que descarrega sobre a vítima o castigo. Também não me consta que haja em nenhuma literatura, solução mais implacável para o problema do homem traído na sua confiança conjugal. É uma solução que aberrava de Tolstói, cuja personagem caída em adultério encontra o castigo no suicídio, aberrava de Flaubert e de Eça de Queirós, cuja adúltera tem como castigo a morte, aberrava também do nosso professor de ceticismo, Machado de Assis, pois ao menos ele deu a Bentinho, vítima das possíveis infidelidades de Capitu, o direito de viver até a velhice.”

Segundo Luciana Stegagno Picchio, temos no sóbrio e conciso conto “O hóspede” o tema clássico-folclórico (numa linha ininterrupta que passa roçando o *Fatal Curiosity* de George Lillo, 1736, para chegar ao *Malentendu* de Camus) da nêmesis pela hospitalidade violada, onde um casal de velhos que, por cupidez, insidiam o hóspede rico adormecido, descobrem terem assassinado o próprio filho, que voltara tarde da noite incógnito. Ou ainda, no neo-romântico, emblemático “Luís da Serra”, o último bom selvagem da série, história do caipira ingênuo que, desiludido em seu amor pela moça da cidade, deixa-se despedaçar pela onça, agradecido, em que o modelo declarado ainda era o Peri de Alencar. A pesquisa de Lúcio de Mendonça chegava, porém, ao gênero rústico por uma experiência romântico-naturalista, *O marido da adúltera* em 1881, uma glosa do *Affaire Clemenceau* de Dumas Filho, que empregava artifícios, como cartas “autênticas” publicadas em jornais, já utilizadas com êxito por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão no *Mistério da estrada de Sintra*, que era uma

pesquisa toda voltada para os conteúdos. É curioso que, para a época, seja no conto “O hóspede”, seja em *O marido da adúltera*, Lúcio de Mendonça trate de tema tão delicado com elevação e elegância.

Ao publicar em 1905 o livro *A caminho*, documentação do concurso à causa republicana, foi de *O Colombo* que retirou a maioria das páginas que compunha o volume. Esboça o livro *O estouvado*, romance à clef em que pretende caricaturar Cesário Alvim, que tão violentamente satirizara em uma das “Características Instantâneas” publicadas na *Gazeta de Notícias*, em 1896, e reunidas em volume assinado com o pseudônimo de Juvenal Gavarni. *O estouvado* ficou incompleto, interrompido no último capítulo pela enfermidade que tomou conta de Lúcio a partir de 1907.

~ Contos

Falando do contista, valho-me de Raimundo Correia: “Seus contos, sobretudo, são verdadeiras páginas de mestre, notáveis pela profundidade da observação, e ainda mais, pela excelência da forma, onde se acha caprichosa e primorosamente fundidos. Neste gênero os que tem competido com Lúcio de Mendonça não se considerariam avantajados a ele.” E de Pedro Lessa:

“Alguns desses contos são primores de observação e de estilo, e neles temos a melhor parte da produção literária de Lúcio de Mendonça. Distingue-se geralmente um acentuado brasileirismo, naturalmente explicável por muitos anos de vida provinciana, e do contato quase ininterrupto com a natureza e com os habitantes do nosso interior. Não se procure nos contos de Lúcio uma observação paciente, trabalhados exames psicológicos que denunciavam uma investigação apurada, longa, poderosa, o estudo do profundo, que nos dá os tipos compreensivos, a preocupação artística, um conjunto sistemático. São quadros de vida, desenhados com traços leves, a reproduzirem rapidamente, em um instantâneo, caracteres e fatos, não raros ou vulgares, as alegrias fugazes de todos os dias, as tristezas, as dores comuns que com-

põem o tecido da existência humana. Reminiscências, escritas para *A Semana*, são lembranças do tempo de estudante e constituíram mais tarde os primeiros capítulos de *Horas do bom tempo*.”

Em carta de 2 de abril de 1901, Machado de Assis comenta *Horas do bom tempo*:

“Já o título trazia a frescura necessária aos meus invernos. Devem ter sido bons tempos esses, recordados em páginas lépidas, com vida e vontade. É doce achar na conta da vida passada algumas horas tais que não se esquecem, que vivem e fazem reviver os outros. Não há senão um relógio para elas. Mas é preciso um bom relojoeiro para dar corda e fazê-las bater de novo como se fez. Ao pé delas, vi os contos, reli muitos e agradeço as sensações de vária espécie que me deixaram, ou alegres, ou melancólicas, ou dramáticas. Umas destas, ‘O hóspede’, é das mais vivas. E das melancólicas não sei se alguma valerá mais que aquela. ‘À sombra do rochedo’, que é um livro em cinco páginas, a comparação da manhã e da tarde é deliciosa, e a que forma e dá título ao volume é das mais verdadeiras. E as ‘Mãos’ e a ‘Lágrima perdida’ e o resto? Eis aí boa prosa com emoção e sinceridade.’ E conclui: ‘A Academia agradece o livro ao seu fundador’.”

Por ocasião da publicação de *Horas do bom tempo* foi-lhe oferecido um almoço, e o evento está registrado em fotografia em que Lúcio aparece ao lado de Machado de Assis, com presença de grande número de acadêmicos e de Artur Peixoto, Rodolfo Bernardelli e Rodolfo Amoedo.

Tristão de Athayde, no livro sobre o primeiro Afonso Arinos, tratando da “tradição sertaneja”, diria que os contos de Lúcio de Mendonça eram obras “realmente de emoção e intensidade pouco comum no gênero e muito especialmente na época”, assinalando a “sobriedade vigorosa” e a “verdade interior”.

Na prosa regionalista nascida na década de 1880, Luciana Stegagno Picchio acentua o aspecto romântico, dizendo que o escritor Lúcio de Mendonça, de espírito ainda romântico, com uma obra de poeta socialista, oferecerá em um

grupo de contos rústicos – “Coração de caipira” (1877), “João Mandi”, “Mãe Cabocla” (1885), posteriormente coligidos em *Esboços e perfis* (1889) – o chavão de um camponês até então socialmente indiferente, portador de valores do sentimento em seu não escrito código de honra rural: código que, se não respeitado em seu rígido equilíbrio arcaico, pode ocasionar a destruição de toda individualidade pessoal e coletiva.

Para Alexandre Eulálio:

“Lúcio de Mendonça está entre os melhores contistas de sua época: autor de um romance dos mais curiosos e representativos do nosso naturalismo, foi poeta de certo modo único no gênero na história literária do Brasil. Dono da língua, que dominava com espontaneidade e brilho, suas crônicas e recordações têm raro sabor evocativo, e tanto aí, como no campo da ficção, pouca gente soube escrever e descrever como ele.

A revisão de sua obra literária, extensa e variada como é, se faz cada vez mais necessária. Como contista, foi o primeiro a realizar o regionalismo na história curta, ultrapassando os precursores do gênero de Bernardo Guimarães, do grupo de Apolinário Porto Alegre ou Franklin Távora.”

Ainda segundo ele, Lúcio iria tentar um regionalismo de outra espécie, através da dramatização psicológica das personagens, que tomam realidade da ação ou do drama, todos apresentam, onde tem origem a grandeza rudimentar trazida de histórias como “Cabocla”, “Coração de caipira”, “O hóspede”, “João Mandi”, seus contos mais conhecidos e de maior fama.

Múcio Leão também aponta o regionalismo, em alguns contos deliciosos como “O hóspede”, mas assinala que o que mais gravou na imaginação foi o intitulado “Coração de caipira”, representação de episódios a que Lúcio assistira no interior de Minas, quando ao surpreender a mulher infiel o marido decide matá-la, mas a pedido do patrão a perdoa, e ao mesmo tempo adoece gravemente. Às portas da morte, a mulher deseja lhe pedir perdão, mas ele a expulsa e manda o amigo comum dizer:

– *Diga a essa cadela que eu estou morto.*

Alexandre Eulálio realizou exegese rigorosa do conto “Luís da Serra”, o “último bom selvagem”, mostrando de um lado o princípio romântico encarnado pelo selvagem intrinsecamente bom, e outro lado a vila, onde campeia a corrupção do local civilizado.

Mário Matos, no livro *Machado de Assis, o homem e a obra*, diria que “de quantos contadores deixamos citados, não são numerosos os que produziram obras que sobrevivem ao gosto da época. Entre outros, poderemos apontar Júlia Lopes de Almeida com o livro *Ânsia eterna*, onde há ‘Os porcos’, ‘A caolha’, e mais um ou dois contos admiráveis, Lúcio de Mendonça com ‘Coração de caipira’ e ‘João Mandi’, Garcia Redondo com ‘O caso do Abade’ e ‘Choupanas das rosas’, Valdomiro Silveira com algumas páginas fortes, Medeiros e Albuquerque com ‘As calças do Raposo’ e alguns mais que me possam escapar.”

Na preparação desta conferência, reli o volume que reúne *Esboços e perfis e Horas do bom tempo* e pude mais uma vez apreciar a alta qualidade da contística de Lúcio de Mendonça, escrevendo de maneira simples mas em puro vernáculo, à la Maupassant, e descrevendo sobretudo cenas da vida campestre.

~ Obra jurídica

No discurso de posse, Pedro Lessa afirma:

“De Lúcio, o juiz, muito pouco direi. Não receies que eu cometa a profanação de no recinto da Academia aludir as suas opiniões acerca do *habeas corpus* e do recurso extraordinário. Notarei unicamente que a sua variada cultura jurídica, a pureza dos seus sentimentos, a grande elevação moral e o próprio exaltado sentimento de independência haviam forçosamente de fazer dele o digno magistrado que foi.”

Quero crer que, nesta comemoração do sesquicentenário do seu nascimento, seria grave omissão não tratar, ainda que sumariamente, da vida do magistrado.

Formado em Direito em 1877, Lúcio de Mendonça exerceu a advocacia em cidades do interior e na capital, e ocupou funções judiciárias nesses mesmos locais. Demonstrou grande cultura jurídica; sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal sofreu objeções não por falta de conhecimentos especializados, mas pelas posições políticas, e por isso foi cheia de incidentes.

Embora a nomeação dos ministros do Supremo estivesse sujeita à aprovação do Senado, Lúcio de Mendonça tomou posse a 24 de abril, antes de o Senado se pronunciar a respeito, só o fazendo a 4 de junho. Por ocasião da nomeação, a campanha da imprensa foi terrível. Se bem que secreta a votação, sabe-se que a nomeação fora aprovada por quarenta e três votos contra cinco. Escrevendo ao irmão, diz Lúcio:

“Eis-me enfim tranqüilo com a nomeação aprovada pelo Senado (quarenta e três votos contra cinco apenas, que mais não conseguiram os intrigantes e os federalistas irritados). Com o futuro dos filhos assegurado para sempre, salvo completa subversão das instituições, na qual muito provavelmente eu não salvaria nem a minha vida.”

A estréia de Lúcio se fez em julgamento sensacional, o *habeas corpus* impetrado em favor do Coronel Facundo Tavares, revolucionário gaúcho. O Tribunal por unanimidade concedera a ordem, mas Lúcio a denega, e diz entender que a morte dos filhos de Facundo, com o que se quer comover o Tribunal, foi um simples “homicídio legal”, uma vez que se achavam em resistência aos executores de mandado regular. No dia seguinte a imprensa o cobriu de injúrias, alegando o inconveniente de se transformar um literato em um jurista da noite para o dia.

Ao final do primeiro ano Lúcio escreve: “Tenho tido muito trabalho no Tribunal, onde tomo parte em todas as discussões, propositadamente, para demonstrar que tenho competência e estudos feito para o cargo.”

Em 6 de março de 1901 Campos Sales nomeia Lúcio para o cargo de Procurador-Geral da República, exercido interinamente em 1897. A nomeação,

porém, traz um séquito de aborrecimentos. A imprensa monarquista, com o concurso de alguns republicanos despeitados, toma o propósito de se opor a qualquer distinção que se faça ao adversário irredutível. José do Patrocínio declara que a nomeação de Lúcio era um ato de loucura, um sintoma iniludível da “epilepsia oficial”, de que Lúcio era “apenas a eucaristia envenenada da vontade presidencial, não passava de um aguaritado do Catete nos domínios da justiça”.

Lúcio reluta em aceitar o cargo indicando a Campos Sales o nome de Oliveira Ribeiro. Conserva-se no cargo até junho de 1902, quando se exonera, a pedido, recebendo então grandes manifestações. Em setembro o Supremo Tribunal Federal julga as apelações cíveis relativas à demissão de Almeida Barreto do posto de Marechal, e ao direito como membro do extinto Conselho do Supremo Tribunal de ser nomeado para o Supremo Tribunal Militar. O acórdão declara que as demissões do apelado e de outros oficiais das Forças Armadas, decretadas no dia anterior, haviam sido motivadas por atos de indisciplina, “como medidas necessárias à ordem pública, tomadas dentro da lei e dos poderes extraordinários de que o Congresso Nacional investira o Poder Executivo”. Segundo as leis militares, os oficiais militares não podiam ser forçosamente reformados, senão nos casos expressos nas mesmas leis.

Lúcio de Mendonça é vencido em parte, por considerar que “o cargo de membro extinto do Conselho Supremo Militar e de Justiça não é vitalício; substituído por outro, o apelado foi *ipso facto* demitido, antes que por lei fosse assegurado aos membros daquele Tribunal o direito de passar com o caráter de vitaliciedade para o Tribunal Militar. Assim, ainda que a reintegração fosse devida ao apelado, esta nunca poderia senão colocá-lo no estado em que se achava ao tempo da admissão, e não em estado posterior e mais favorecido”.

No início de 1897 um *habeas corpus* foi requerido em favor do Centro Monarquista de São Paulo, que tivera mais de uma vez fechadas as suas dependências, a fim de manter o exercício de direito da reunião e de manifestação de pensamento. Como procurador-geral afirmou Lúcio de Mendonça que “os monarquistas queriam garantias da República para melhor conspirar contra

ela. O papel da polícia podia ser também preventivo. O Centro Monarquista não podia participar das regalias da lei para ser considerado sociedade civil, pois era antes uma sociedade secreta, nos termos do artigo 382 do Código Penal, e tendo fins opostos à ordem pública e social, estava sujeita a pena de dispersão e fechamento”. O Tribunal não apoiou Lúcio de Mendonça.

Em 16 de abril de 1898 o Supremo Tribunal Federal examina os *habeas corpus* impetrados por ocasião do estado de sítio quando do assassinato do Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra, na presença do Presidente Prudente de Moraes. Segundo Lêda Boechat Rodrigues, “foram incorporadas no importantíssimo acórdão redigido pelo Ministro Lúcio de Mendonça, um dos pontos mais altos do direito constitucional brasileiro, as teses sustentadas por Rui Barbosa e as de 1892 a propósito das imunidades parlamentares e da cessação dos efeitos do estado de sítio”.

A ementa é do teor:

“É concedida a impetrada ordem de *habeas corpus*, para que cesse o constrangimento ilegal em que se acham os pacientes. As imunidades parlamentares não se suspendem com o estado de sítio. Cessam com o estado de sítio todas as medidas de repressão durante ele tomadas. A atribuição judiciária de conhecer de tais medidas, findo o sítio, não é excluída pela do Congresso para o julgamento político dos agentes do Poder Executivo. O desterro de que trata o artigo 80, § 2º, nº 2, da Constituição, não pode ser para sítio do território nacional destinado a réus de crimes comuns.”

Em 1898, na mensagem ao Congresso, Prudente de Moraes teve a infelicidade de dizer que o Supremo Tribunal, ao julgar a ação dos autores do atentado de 5 de novembro contra o Marechal Bittencourt, teria se influenciado por paixões partidárias. Lúcio leva o fato a conhecimento do Tribunal, e propõe que o mesmo envie ao Presidente moção de protesto, dizendo que o mais elevado representante do Poder Judiciário, um dos órgãos da soberania nacional, voz viva da Constituição na frase de James Bryce, lera com surpresa a mensa-

gem referida, documento no qual figuram profunda incorreção, completo desconhecimento das relações que deveriam existir entre os supremos agentes dos poderes públicos e flagrante violação do respeito que o Chefe de Estado deve aos juízos competentes para julgar o Presidente da República.

“Côncio da altíssima função que lhe competia na nossa organização política, zeloso dela e da dignidade com que sempre se exercera e exercerá, como poder político autônomo e independente, o Supremo Tribunal protesta solenemente contra a incorreção do seu ato, entregando ao juízo da nação.”

A moção foi aprovada por maioria de votos, tendo votado contra João Barbalho e Américo Lobo, declarando que o haviam feito “por entender que o Tribunal não podia tomar conhecimento de uma injúria”.

Em fevereiro de 1900 foi abortada uma conspiração monarquista, e preso entre outros o Conselheiro Andrade Figueira. Os *habeas corpus* impetrados foram denegados pelo Tribunal de Apelação; com recurso ao Supremo Tribunal Federal, ali também foram denegados. Como relator Lúcio de Mendonça profere o voto, dizendo: “Os pacientes eram os implicados na ridícula conspiração, menos perigosa que burlesca, tramada contra as instituições e o governo legal do Brasil.”

A ordem foi negada, porque dos documentos fornecidos pelo paciente constava que, em sua casa, reunira os conspiradores, “alguns dos quais bem conhecidos”, pois os nomes são cotados. Pelo *Jornal do Commercio* Andrade Figueira dirigiu a Lúcio de Mendonça uma carta em termos ofensivos, ridicularizando os critérios do voto, e o Ministro responde também pelo mesmo jornal.

Episódio curioso ocorreu em 1900, quando o Presidente Campos Sales visitou em caráter oficial a República Argentina. Lúcio de Mendonça, convidado a fazer parte da comitiva como representante do Supremo Tribunal Federal, foi recebido pela Corte Suprema Argentina em sessão presidida por Saenz Peña. Seu discurso, muito aplaudido, transcreveu acórdão da Corte daquele

país, sobre as imunidades parlamentares durante o estado de sítio. Lúcio de Mendonça visitou a Faculdade de Direito, e a visita e a recepção na Corte Suprema mereceram noticiário da imprensa argentina.

Ao voltar ao Brasil, Rui Barbosa, em editorial da *Imprensa* sob o título “A Corte na República”, censura-lhe o procedimento de haver se “encartado na cauda” da comitiva presidencial, o que a seu ver, além de “desintegrar o Tribunal de que fazia parte, prejudicando as partes e alterando talvez a solução das lides”, se lhe afigurava “a inclinação da toga à favorança”.

No dia seguinte, pelo *O País*, Lúcio dizia que “não era preciso ser autor da Constituição para saber que nenhuma ilegalidade cometera, que nenhum prejuízo causara o seu afastamento do Tribunal, a que longe de humilhar enaltecera, e quanto ao convite presidencial de ‘favorança’ era apenas ‘culto de portugueses antiquado’ a maior riqueza do estilo de seu censor”. Rui volta à carga mais comedido com o título de “A magistratura na comitiva” e em outro tom para apresentar-se como vítima, como o homem de quem o contraditor não gosta. Lúcio replica de imediato ao dizer que Rui teimava em ser injusto, pois ao homem “nunca tinha se referido senão com o acatamento que a sua estatura impunha”, e assim o episódio se encerrou.

Em 1903 o banimento da Família Imperial provocou vários *habeas corpus* impetrados ao Supremo Tribunal. Pronunciando sobre o assunto, diria Lúcio de Mendonça que “o *habeas corpus* era meio inadequado ao efeito que pretendem alcançar os impetrantes, os quais deveriam dirigir-se ao Congresso Nacional e não ao Poder Judiciário”.

A questão famosa da posse do Convento São Bento também foi outra ação importante em 1903, cujo acórdão foi redigido por Lúcio de Mendonça. Dizia:

“Porquanto, ainda que a Igreja esteja separada do Estado, as corporações religiosas são pessoas jurídicas, que vivem e se desenvolvem numa sociedade política e nas relações de ordem privada, como a que se trata, regidas pelo direito civil e aplicável pelas justiças seculares; nem de outro modo se poderia entender sem atender à soberania nacional. Era também indubitável a compe-

tência do Poder Judiciário para apreciar a legalidade dos atos do capítulo de uma associação religiosa, para eleição e destituição de seus bens, quando para os efeitos civis tais atos e regulamentos provocaram a intervenção.”

Cioso da autonomia do Supremo Tribunal Federal, Lúcio de Mendonça apresentou na sessão de 22 de maio de 1904 indicação afirmando a competência daquela Corte para organizar a lei interna. Justificando emendas ao Regimento Interno, diz que aquela competência era implicitamente constitucional, e não fora revogada pelo artigo 58 da Lei nº 2.221 de 1854. Há no Regimento Interno, dizia ele, “regras processuais, matérias legislativas em relação as quais somos um simples executor. E nesse ponto, o regimento em vigor nada criara, limitando-se no concernente à economia interna do Tribunal, a sua organização e disciplina, matéria puramente administrativa, e esta, nesta alçada, pode ser por nós sobejamente regulada, criada e alterada”.

Em outubro de 1907 Lúcio de Mendonça, quase cego, é aposentado com todos os vencimentos por invalidez: “Lúcio de Mendonça inválido! Os que há dias o ouviram no Tribunal, claro na exposição, seguro da palavra, com pensamento firme e lúcido, dificilmente acreditarão nisso. Entretanto a verdade é que para o trabalho de estudar processos, Lúcio está inválido.” São palavras de Alberto Torres em coluna não assinada em *O País*. E prosseguia: “É que, de todos os que têm passado pelo alto Tribunal, não são muitos os que, projetando em suas deliberações tanta luz de ciência e talento, marcaram também a sua passagem com os colegas da corporação e da advocacia, com as partes, e com os empregados da Casa.”

Lúcio também se dedicou a questões doutrinárias, esforçando-se por divulgar os princípios doutrinários do regime republicano.

Em 1895 Lúcio de Mendonça colabora na *Revista Brasileira* com artigos sobre temas jurídicos, especialmente o Direito Constitucional. Traduz *Estudos de Direito Constitucional* de Emile Boutmy, diretor da Escola Livre de Ciências Políticas de Paris, declarando no prefácio que o fizera com a mesma intenção ao traduzir o livro do chileno J.A. Lastarria *Princípios da polícia positiva* para ensinar a

nova geração republicana das escolas brasileiras a compreender e, portanto, amar inteligente, conscientemente, as novas instituições.

Em 1901 editava *Páginas jurídicas*, dividido em três partes: estudos, pareceres e decisões. A primeira parte, tratando de questões teóricas, tinha como peça principal o estudo sobre Recurso Extraordinário, novo instrumento jurídico ainda pouco estudado. Na análise de San Tiago Dantas:

“Sua atuação como Ministro do Supremo não podia deixar de se fixar num tema, que está na verdade menos ligado à ciência do processo do que à própria técnica do regime federativo: o recurso extraordinário. Vários homens brasileiros se têm preocupado com a doutrina desse remédio judiciário que, com muita propriedade, é chamado ‘recurso federal’, tão intimamente ele se liga ao jogo dos poderes federativo e estadual no regime federativo.

Lúcio de Mendonça, no estudo que lhe dedica, sente e exprime essa função técnico-política; diferencia com clareza o recurso de revista, com o qual ainda confundiam os práticos do tempo, e oferece uma interessante análise do caos em que tem cabimento no sistema constitucional de 91, seguindo interpretação mais rígida e restritiva.”

“Não se cogita em saber” – escreve Lúcio – “se uma lei federal qualquer deve ser entendida deste ou daquele modo, se interpretada em certo sentido dá ganho de causa ao autor e em sentido oposto ao réu.” E explica que só caberá recurso quando o Tribunal houver interpretado a lei “para declarar inaplicável por ab-rogada, por contrária à Constituição”.

Arthur Mota acentuaria:

“É difícil conceber que Lúcio de Mendonça fosse um magistrado correto, conhecido o seu temperamento irrequieto. Mas na realidade o foi por seu caráter ímpoluto, a sua honra respeitada por todos, e o seu espírito reto de justiça, qualidades essenciais ao homem em qualquer emergência da vida, eclipsaram qualquer defeito que porventura tivesse o magistrado, mesmo a paixão política de que o acusam.”

E Sousa Bandeira:

“Colocado no fastígio da magistratura federal, continua como juiz a desenvolver o seu temperamento lutador. Onde quer que se lhe figurasse em perigo a República, estava ele no Supremo Tribunal a defender a causa republicana. A sua dialética era terrível. Como cerrada a sua argumentação! Em que rede de argumentos envolvia o adversário! Duvidavam alguns da sua imparcialidade. O que havia porém era o ardor romântico com que o magistrado de cinqüenta anos continuava a obra do poeta de vinte anos. Era ainda o autor das *Vergastas* quem discutiu os *habeas corpus* do Tribunal.”

~ A fundação da Academia

No fim do século XIX Afonso Celso Júnior manifestara votos pela criação da Academia Nacional, nos moldes da Academia Francesa. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1847 e depois em 1878, também se ocupara do assunto. Em junho de 1847 alguns sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolveram criar, sob a orientação do Instituto, uma associação literária. Indo a proposta à respectiva comissão, o parecer foi favorável, discordando apenas do nome, que deveria ser Academia de Literatura Brasileira. Mas não prevaleceu esse título, pois já concluiu pela denominação Academia Brasileira. Não obstante os nomes prestigiosos que haviam firmado a proposta, a Academia não chegou a se instalar.

A convocação assinada por Manoel Ferreira Lagos, primeiro secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era para a reunião dos membros da Academia de Letras: “Na convocação, os abaixo-assinados, convencidos da necessidade urgente de uma associação que se ocupe especialmente das Belas Letras e promova o seu adiantamento, não só com trabalho próprio como também animando a mocidade e reunindo os elementos esparsos de um corpo que pode influir no progresso da literatura e animar aos que a ela se dedicam, resolveram criar debaixo da proteção do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro um instituto literário para preencher essa lacuna.” A entidade não chegou a funcionar, e todas as iniciativas foram sem êxito.

A associação literária seria dividida nas seguintes seções: a) literatura propriamente dita, subdividindo-se em prosaica e poética; b) lingüística; c) literatura dramática. Uma comissão composta de Joaquim Caetano, Frei Rodrigo de São José, Sales Torres Homem, Araújo Porto-Alegre e Raposo de Almeida, deu parecer favorável à iniciativa, e para que a nova instituição fosse denominada Academia Brasileira. Entretanto, a planejada Academia não chegou a funcionar.

Durante o Império, nas palestras literárias que sob a presidência do Imperador se realizavam em São Cristóvão, mais de uma vez tratou-se do assunto. Francisco Otaviano chegou a reunir, no Liceu de Artes e Ofícios, homens de letras para criar a associação. É a Associação dos Homens de Letras do Brasil, solenemente inaugurada a 30 de agosto de 1883, na sede do Liceu de Artes e Ofícios, sob a presidência do Conselheiro Pereira da Silva, e com a presença do Imperador, da Princesa Isabel e do Conde d’Eu. Os discursos proferidos e trabalhos lidos foram reunidos em livro que traz como apêndice a proposta de se criar uma instituição. A sociedade teve vida efêmera, dissolvendo-se logo em seguida. O Imperador mostrava-se partidário da idéia, e nas palestras literárias que se realizavam em São Cristóvão, o Barão de Loreto leu a tradução da *Evangelina* de Longfellow.

Ao escrever em 1934 a biografia do pai, os filhos de Lúcio, Edgard e Carlos Sussekind de Mendonça assinalaram que “a documentação de seu esforço pela criação da Academia já está toda feita. Mesmo ao reconhecimento da sua prioridade, como idealizador, e da sua dedicação ao realizá-la, nada há a acrescentar”.

Passados quase setenta anos, essa afirmação deixou de ser veiculada como verdadeira e raramente seu nome é lembrado. Por ocasião do centenário da Instituição, nenhuma referência foi feita ao seu nome, salvo a lembrança de um acadêmico de conceder-lhe a Medalha do Centenário *in memoriam*, outorgada a dezenas de pessoas vivas.

Fundada a República em 15 de novembro de 1889, no final do ano era necessário fazer-se o orçamento para o ano seguinte. O Ministro do Interior Aristides Lobo incumbiu Medeiros e Albuquerque, um dos diretores, de organizar este trabalho. Como a diretoria era a da Instrução Pública, quis aproveitar a ocasião para incluir no orçamento verba para uma Academia Brasileira que seria criada pelo governo. Preparados os estatutos o caso foi submetido a Aristides. Este aprovou a idéia, mas achou que não deveria figurar no orçamento. Num dia em que se conferenciava a respeito, chegou Lúcio de Mendonça, então secretário do ministro da Justiça. Nessa época, os Ministérios da Justiça e do Interior eram distintos, mas tinham os dois freqüentes comunicações, e, em geral, Lúcio e ele eram o que em linguagem militar se chamava os ‘*agentes de ligação*’, entre os dois ministérios.

Quando Lúcio chegou, Aristides submeteu-lhe o caso:

– O Medeiros quer que nós fundemos uma Academia. – E entrou em pormenores, declarando estar disposto à criação, mas só depois de janeiro e não no orçamento.

Não se sabe a opinião de Lúcio sobre o bom momento para a criação.

As poucas letras do Marechal Deodoro não se oporiam, decerto, a qualquer decreto feito por Aristides sobre uma questão literária. Mas Aristides Lobo deixou logo depois o Ministério, e nunca mais se pensou no caso, cuja oportunidade se perdera. Esqueceu de tal modo esses fatos que, quando Lúcio o convidou para fazer parte da nossa Academia por estas palavras: – Vamos fazer a sua Academia? – ele, sem saber do que se tratava, indagou: – Que Academia?

A iniciativa não vingara e coube a Lúcio de Mendonça retomá-la com vigor. Ele, em continuadas conversas, vencidas em parte as resistências do então ministro do Interior Alberto Torres à fundação de uma Academia de Letras, escrevia-lhe em data de 6 de novembro de 1896.

“Alberto Torres, – Sem tempo para ir aí hoje, escrevo. O artigo que enviei para o *Estado de S. Paulo*, comunicado à imprensa para o necessário trabalho de propaganda e recomendação da idéia: pelos jornais *Gazeta de Notícias*, *O País*,

Jornal do Commercio, Notícia, se prepara a opinião para receber bem o decreto da criação da Academia. Este, como digo no artigo, convém que seja com data de 15 de novembro próximo. Pouco tempo, há, pois, para ‘lançar-se’ a idéia, e, assim, tenho urgência de sua resposta. Se também me autoriza, obterei de Machado de Assis que redija o projeto do decreto de fundação da Academia de Letras, e consultarei cada um dos nove que comigo compõem os dez que têm de ser nomeados pelo Governo para membros da Academia. Escuso dizer que aceitarei de bom grado qualquer alteração na lista desses dez nomes, inclusive a do meu, *pois muito me contentarei da glória da iniciativa*. A idéia tem encontrado o mais favorável acolhimento por parte dos poucos a quem a tenho comunicado. Colega e amigo, Lúcio de Mendonça.” (grifos aditados)

Barbosa Lima Sobrinho, na excelente biografia que escreveu, *Presença de Alberto Torres*, nenhuma referência faz ao episódio da criação da Academia durante sua passagem no Ministério da Justiça. (Alberto Torres ocuparia a ‘cadeira nº 4I’, concorrendo à sucessão de Artur Azevedo em 1913, sendo eleito Alcides Maya.)

A matéria logo teve repercussão na imprensa. Lúcio de Mendonça colecionou os artigos e notícias publicadas na imprensa em 1896 em volume que pertence aos arquivos da Academia. A *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio*, começaram a publicar notícias sobre a criação da Academia, sempre favoráveis, notícias certamente enviadas por Lúcio. *A Notícia* publica uma carta em que se afirma: “O meu receio, porém, e não pequeno, é que a política intervenha nessa questão e prepondera na escolha dos primeiros acadêmicos.” E mais adiante citando alguns nomes: “Esses moços, entretanto, não reúnem a soma de predicados que se deve encontrar numa Academia de Letras. Mais tarde, continuando eles em seus estudos e trabalhos, tornar-se-ão dignos de tal honraria e poderiam corresponder a tão importantes deveres.”

No dia seguinte, Lúcio responde que a iniciativa prevê a nomeação dos dez primeiros membros por decreto, “naturalmente republicanos”; nomeados, elegerão os vinte membros efetivos, “que já não estão adstritos à mesma razão de exclusão,

pois não deve recear uma recusa de confrades literários, honrados com a sua escolha, inteiramente despida de qualquer preocupação política”. E concluía:

“Eis o que torna a Academia acessível a todos os homens de letras brasileiros, seja qual for a crença política de que se respeita ou, melhor, de que não se cogita. De que importa, desde então, que seja uma instituição originalmente republicana?”

Em *A Notícia* de 13 de março Valentim Magalhães defende a idéia e acrescenta:

“Uma Academia de Letras desenvolveria o consumo literário de vários modos simultâneos, consagrando de alguma forma os escritores e facilitando-lhes certos favores que, beneficiando o custo de impressão, habilitariam os editores a pagarem melhor os seus editados – tais seriam: isenção de direitos sobre papel importado, diminuição de impostos sobre tipografias, impressão a preços reduzidos na Imprensa Nacional, prêmios aos autores de obras coroadas pela Academia e mesmo aos editores que mais e melhores serviços prestassem às letras, etc.”

No *País*, em 15 de novembro, X.Y., pseudônimo de Carlos de Laet, com o título de “Nos Quoque”, tratava com ironia a matéria, “propondo-me em tempo a ser um dos membros da Academia de Letras... gordas”. E acrescentava: “Quero ser membro de tal agremiação. Esse meu nome não aparece no decreto, protestarei, se antes de mim não aparecer protesto mais sério. Quero entrar na Academia, porquanto não posso sujeitar-me ao ignóbil papel de membro de fora.”

Em 12 de novembro de 1896, em “Cartas Literárias” do *Estado de S. Paulo*, sob o título “Academia de Letras” (carta reproduzida no volume *Primeiras notícias da Academia Brasileira de Letras*. Artigos coletados por Lúcio de Mendonça. Organização e prefácio de Josué Montello. ABL, 1997), escrevia Lúcio de Mendonça:

“Coube ao autor destas cartas a honra de apresentar o projeto, ainda muito embrionário, ao jovem Ministro Alberto Torres, e logrou a satisfação de a

ver imediatamente acolhida com a boa vontade que era de esperar de tão distinto e amável confrade.

– Vença, pedi-lhe, a primeira impressão contrária à novidade vagamente ridícula, por efeito da Convenção, da superstição democrática e revolucionária que odeia as academias e todas as semelhantes manifestações do gênio artístico; odeia-as com o estúpido sentimento igualitário que levou a Revolução Francesa a abolir a criação de Richelieu, que só anos depois ressuscitou. Estúpido, disse e repito; pois que haverá menos inteligente e racional que intrometer a igualdade democrática no domínio da arte, esfera essencialmente privilegiada e de exceção?

Não se afigure, pois, estranha a fundação de uma Academia de Letras em plena República, nem venham chicanar com o nome. É bem certo que, na forma da lei, podíamos constituir-nos extra-oficialmente, mas não é mau, antes convém, por mais de uma razão, que sejamos instituto oficial, como se trata do ‘culto externo’ da arte, torna-se indispensável tal ou qual solenidade, que faltaria à associação livre; tentativas desta última forma tem falhado, uma após outras, o que já é boa razão para ensaiar coisa diversa; a feição oficial impressiona mais e melhor o vulgo, quer dizer, a generosidade do público, assegurando aos homens de letras outro respeito, que, numa civilização imperfeita como a nossa, ainda não conseguem plenamente pelo esforço individual ou das meras sociedades literárias. E há, de volta com o interesse da classe dos literatos, o próprio interesse da República: é belo e útil que esta se mostre amiga dos bons espíritos e da mais nobre das artes; e não é dos menores resultados que se hão de colher do novo instituto o conagraçamento das mais bem dotadas inteligências nacionais numa obra comum e desinteressada, numa cooperação que promoverá, naturalmente, o apagamento e a suavização das vivas antinomias que a luta política abre, profunda e envenena.

[...] A primeira objeção, que naturalmente ocorre, é a de falta de pessoal. Não a temos. E, para demonstrar a minha afirmação, mostrei ao ministro uma lista de nomes, em número superior ao necessário para compor o qua-

dro de sócios da Academia, que terá quarenta membros, como a francesa, mas apenas trinta efetivos, e dez correspondentes. [...]

No modo de compor a Academia, cumpre desde logo obviar a certas dificuldades, com que é prudente contar: temos literatos, dos mais estimados, que, por amor de suas convicções e conseqüentes escrúpulos de ordem política, não quereriam aceitar nomeação do governo, nem para funções desta natureza; mas, por outro lado, não se compreende a completa abstenção do governo na composição de um instituto de criação oficial. Penso que tudo se conciliaria mediante esta combinação: o governo nomearia dez membros para a Academia; estes elegeriam os outros vinte sócios efetivos, competindo a cada um dos nomeados propor dois nomes, e tendo-se por eleitos os propostos que reunissem maioria sobre os dez votos. Os trinta sócios efetivos elegeriam os dez correspondentes, e a diretoria do instituto, composta de presidente, secretário perpétuo e bibliotecário. E homens de letras monarquistas, ou dissidentes da política do atual Governo, como Carlos de Laet, Joaquim Nabuco, Taunay, Constâncio Alves, Rui Barbosa ou José do Patrocínio, que não aceitariam uma nomeação oficial, não recusarão, de certo, a honrosa eleição pelos seus pares.”

Ainda segundo Lúcio:

“Os correspondentes serão dos nossos homens de letras mais ilustres residentes fora desta capital, nos Estados ou no estrangeiro.

[...]

Aceito, nos lineamentos gerais, o projeto pelo Sr. Alberto Torres, sugeri-lhe ainda o alvitre de ter o decreto de criação da Academia de Letras a data de 15 de novembro. Seria a mais brilhante comemoração do 7º aniversário da fundação da República.

Eis lançada a idéia, que se me afigura simpática a todos os espíritos cultos. Tenho por conveniente trazê-la à imprensa, para o batismo da opinião pública, e para receber qualquer modificação que a discussão sugerir e parecer aceitável.”

Escreveu Fernão Neves (Fernando Néri), conhecedor da história da Casa (no volume *A Academia Brasileira de Letras. Notas e documentos para a sua história – 1896-1940*, pp. 9-15):

“*Tentativa de Lúcio de Mendonça* – A idéia aventada por Lúcio não foi, entretanto, recebida com alvoroço, pelo menos da parte de alguns que freqüentavam o cenáculo. José Veríssimo, pelo menos, não lhe fez bom acolhimento. Machado também fez a princípio algumas objeções. Mas Nabuco e Taunay, e outros, concordaram. Restava apenas assentar-se o meio de constituir-se o primeiro grupo de imortais.

O primeiro pensamento fora dar ao poder público a iniciativa da criação, devendo ser nomeado, por decreto, os dez primeiros acadêmicos, que teriam a incumbência de regulamentar a instituição e completar, por eleição, o número de seus membros, isto é, 40. Não prevaleceu, porém, este alvitre, já por dificuldades administrativas, já por se lhe oporem alguns dos convidados: Nabuco, Laet, Taunay e Afonso Celso, monarquistas intransigentes e então oposicionistas tenazes ao regime republicano. O próprio ministro do Interior, Alberto Torres, expusera a Lúcio de Mendonça os seus escrúpulos democráticos, julgando não se harmonizar com o espírito republicano a criação de uma instituição de caráter aristocrático. A tenacidade de Lúcio, entretanto, parecia ir demovendo o ministro Alberto Torres.

[...]

Animado de entusiasmo pela idéia, chegou Lúcio de Mendonça a redigir o decreto do Governo criando a Academia:

“Decreto nº ... de 15 de novembro de 1896. – Cria uma Academia de Letras no Rio de Janeiro.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

Para comemorar o sétimo aniversário da Proclamação da República,

Considerando a conveniência de ajudar, quanto possa caber ao Estado, o desenvolvimento da literatura e da poesia brasileira, não menos que a conservação, apuro e riqueza da língua vernácula;

Considerando que este fim pode ser alcançado por meio de uma associação de homens de letras, em número de trinta membros efetivos, dos quais dez serão, por uma única vez, nomeados pelo Governo Federal, e vinte eleitos por esses, constituindo-se ainda uma classe de membros correspondentes em número de trinta, dez dos quais poderão ser estrangeiros, e que serão eleitos pelos trinta membros efetivos;

Considerando que essa associação, que receberá o título de Academia de Letras, deve congregar os seus esforços no sentido indicado, coligindo trabalhos esparsos, propondo matérias de estudo, animando vocações incipientes e requerendo ao Congresso Nacional e ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os prêmios e auxílios que julgar úteis e as medidas que lhe parecerem necessárias em benefício das letras nacionais;

Resolve:

Art. 1º – Fica criada, com a denominação de Academia de Letras, uma associação de cidadãos brasileiros, que, por seus estudos, escritos e conhecimentos particulares, mostrem caber-lhes tal distinção.

Art. 2º – A Academia de Letras compor-se-á de trinta membros efetivos e trinta correspondentes.

Parágrafo único. – Dos efetivos os dez primeiros serão nomeados, nesta mesma data, pelo Governo Federal, e os outros por eleição daqueles. Os trinta membros efetivos elegerão os trinta correspondentes, dentre os escritores nacionais não residentes nesta capital e estrangeiros notáveis nas letras e amigos do Brasil, bem como os membros de ambas as classes que, de futuro, tenham de preencher as vagas que ocorrerem.

Art. 3º – A Academia de Letras, uma vez completado o número de membros efetivos, organizará os seus estatutos, de que enviará cópia ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 4º – Os dez primeiros membros efetivos, nomeados nesta data, adotarão desde logo as regras necessárias à eleição dos demais membros.

Art. 5º – O Ministério da Justiça e Negócios Interiores concederá à Academia de Letras o uso de uma sala em próprio nacional para as suas sessões e guarda de sua biblioteca.

Art. 6º – As despesas de expediente, antes que o Congresso Federal tenha votado uma pequena verba de auxílio para a Academia de Letras, ou se não for possível atender ao pedido que esta oportunamente lhe fizer, serão custeadas por uma módica pensão, contribuição mensal dos membros efetivos.

Não obstante a habilidade diplomática desenvolvida por Lúcio de Mendonça, prevendo certas objeções e removendo-as, prevalecendo-se da aproximação de uma data nacional para justificar e, sobretudo, apressar a assinatura do decreto, incluindo na lista dos futuros membros da Academia nomes de parentes e amigos chegados ao Ministério do Interior, não logrou ver realizado a 15 de novembro o sonho que há tanto vinha acalentando.”

Nas vésperas de 15 de novembro, instava Lúcio de Mendonça com o Ministro, nos seguintes termos:

“Alberto Torres, ‘Quem tem amores não dorme’; – aproveite a oportunidade do despacho de hoje para conversar com o Vice-Presidente acerca da criação da Academia de Letras, que, estou convencido, é idéia que aceitará com entusiasmo. E mande-me logo a autorização para consultar os que devem ser nomeados, que o tempo urge. Seu, Lúcio de Mendonça.”

Frustrada a iniciativa oficial, reúnem-se em caráter particular os futuros membros, convocados por Lúcio.

A ata da reunião de 15 de dezembro de 1896, um mês após, registra:

“O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Lúcio de Mendonça, que expõe os fins da reunião e declara que, conforme é sabido, ela se destina à fundação da Academia de Letras. Recorda o pensamento que tinham os iniciadores da idéia de a ver aceita pelos poderes da República, partindo do Governo o

ato da criação do instituto. Essa criação encontrou, porém, embaraços, o que determinou a presente reunião, para que os escritores simpáticos à criação da Academia se constituíssem livremente. Assim, comunica que tem em seu poder um projeto de estatutos organizado pelo Sr. Inglês de Sousa e dele dá conhecimento à Assembléia. Concluindo, pede a nomeação de uma comissão que, estudando o projeto em breve prazo, emita sobre ele a sua opinião para a definitiva instalação da Academia de Letras.”

Na sessão de 4 de janeiro de 1897 foi eleito Presidente Machado de Assis, figura que pela ascendência e pelo prestígio era a pessoa ideal para conduzir a nova instituição. Nessa sessão são nomeados para apresentar projeto de Regimento Interno Lúcio, Rodrigo, Bilac, Taunay e Rabelo.

Na sessão inaugural realizada a 20 de julho de 1897, Joaquim Nabuco, como Secretário, pronunciou longo discurso sobre a criação da Academia e suas finalidades, e declarava que “houve uma boa razão para nos reunirmos ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça”.

Rodrigo Octavio, Primeiro-Secretário, fazendo o relatório dos trabalhos dos meses anteriores, declara que “foi nas salutares e íntimas confabulações da sala de redações da *Revista Brasileira* que o nosso confrade Lúcio de Mendonça, em dias de novembro do ano passado, lembrou a idéia da criação da Academia Brasileira de Letras para que se constituísse o centro e a vida da expansão literária”. E, dando conta do fracasso do apoio oficial, afirma: “Foi então a idéia levada a efeito diretamente por um grupo de homens de letras que, de boa vontade, atenderam ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça.”

A afirmação do diário de Inglês de Sousa confirma a primazia de Lúcio de Mendonça, e fornece outros esclarecimentos adicionais, pois revela que o ministro do Interior Alberto Torres tivera dúvida do ponto de vista jurídico sobre a criação da Academia:

“15 de dezembro de 1896. Instala-se hoje, ou antes, foi a sua segunda reunião, a Academia Brasileira de Letras, fundada por iniciativa do Dr. Lúcio

de Mendonça, e para a qual sou por ele convidado. A primeira idéia era ser a criação feita pelo governo e assim o havia prometido o vice-presidente, Dr. Manuel Vitorino. Escrúpulos do ministro do Interior, Dr. Alberto Torres, sobre a constitucionalidade da atribuição, impedem a publicação do decreto. Resolvemos então fundar a Academia por associação particular.”

Mas o depoimento definitivo é do próprio Machado de Assis em carta de 9 de janeiro de 1897 a Salvador de Mendonça:

“Meu caro Salvador. A notícia é que foste, como de justiça, eleito pela Academia Brasileira de Letras, que aqui fundou o nosso Lúcio. Poucos crearam a princípio que a obra fosse a cabo; mas sabes como Lúcio é tenaz, e a coisa fez-se. A sua amizade cabalou em favor da minha presidência...”

Depõe Graça Aranha:

“A Academia Brasileira saiu da Revista. Era natural que aquela contínua assembléia da inteligência, vivificada pela simpatia mútua, suscitasse a idéia de uma ‘fundação’ literária como uma satisfação ao remoto espírito de organização da nossa raça latina. Para os escritores mais independentes da Revista a Academia era um contra-senso num país sem literatura definitiva, e num período de plena transformação social a estratificação das letras seria prematura e nociva. A oposição não vingou, e a Academia organizou-se. Nascida da vontade de Lúcio de Mendonça, deram-lhe Machado de Assis e Joaquim Nabuco um prestígio imenso e foram-lhe admiravelmente fiéis. Daí em diante quando eles se correspondem o assunto principal é a Academia.”

Machado de Assis, em carta de 16 de junho de 1899 a Lúcio de Mendonça, dando conta da próxima realização de sessão e eleição do sucessor do Visconde de Taunay, escreve: “Conto com você que é o pai da Academia e espero que não falte.”

Nabuco, no exterior, se corresponde com Machado. Em 12 de junho de 1900, escrevia:

“Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós então? Foi para isso, para morremos, que o Lúcio e V. nos convidaram?”

Dirigindo-se a Machado de Assis em 28 de janeiro de 1901, ao receber a comunicação de que a Academia obtivera sede, responde: “O Lúcio deve estar muito satisfeito com a instalação da sua ‘Companhia’.”

Machado de Assis agradecendo em carta em 1901 a remessa do livro *Horas do bom tempo*: “A Academia agradece o novo livro ao seu fundador e cá o espera para fazermos algumas sessões necessárias.” E novamente Machado, falando de várias providências relativas à Academia e uma próxima sessão: “Conto com você que é o pai da Academia e espero que não falte.”

Em carta a Graça Aranha de 27 de junho de 1907, Nabuco diria: “Acabo de ler que o Ferrero (Gugliermo) passou pelo Rio e o nosso Machado o foi buscar a bordo. O Lúcio de Mendonça deve sentir-se ufano – fez uma criação, a Academia é hoje uma instituição nacional.” (In *Cartas a amigos*, de Joaquim Nabuco, vol. II, p. 273.)

Na carta de Machado de Assis a Joaquim Nabuco de 14 de janeiro de 1908: “Alguns de nossos amigos andam dispersos. O Lúcio de Mendonça, que organizou a Academia, foi há tempos acometido de uma doença dos olhos, e resolveu ir à Alemanha para ser examinado e tratado.”

E em carta de 13 de fevereiro de 1908, escreve Nabuco a Machado de Assis, sabendo da doença de Lúcio de Mendonça: “Muito sinto o que você me diz do nosso fundador. Possa ele não sofrer muito e ter ao menos algum alívio a tão triste fim, ainda mais triste para quem foi pouco feito como ele para a passividade e a inação.”

Lúcio de Mendonça veio a falecer em 23 de novembro de 1909.

Outros depoimentos são definitivos, como o de Alberto de Oliveira:

“Não obstante residir por esse tempo em Petrópolis e me distinguirem com sua estima Afonso Celso, Taunay e Raimundo Correia, então professor de História no Ginásio Fluminense, raramente eu os visitava e não me lembra houvesse entrado alguma vez a Academia em nossa palestra. Lúcio de Mendonça apenas um dia o vi em todo o período da gestação e nascimento da que ele chamava a ‘causa máxima das letras’. Não foi em Petrópolis, mas aqui, na capital, à porta da Livraria Laemmert. Gritou-me, simulando cólera, à minha descrença e dando-me por indigno do culto apolíneo. Penso haver sido ele que me quebrou em parte a atonia de ânimo em que me achava.”

Graça Aranha, que a princípio recusara o convite que lhe fizera Lúcio de Mendonça, acabou cedendo depois, e em condições especialíssimas: era o único que ainda não publicara nenhum livro. As razões de tal recusa, deu-as em carta a Lúcio de Mendonça:

“Confrade Dr. Lúcio de Mendonça. – Fez-me V. uma insigne e honrosa surpresa convidando-me a ser um dos membros da Academia de Letras, que por sua iniciativa vai ser fundada. Confesso que fiquei embaraçado para imediatamente recusar, como devia, o lugar que a sua bondade me assinala entre os imortais brasileiros.”

As expressões de Constâncio Alves são significativas:

“Pela sua feição, podia ser Machado de Assis o fautor da Academia. Mas quem a planejou, quem mais se interessou por ela, com tenacidade e entusiasmo, quem lhe deu existência, foi Lúcio de Mendonça, que, muitos, e sem inverosimilhança, julgariam inadequado a esse empreendimento. A sua intransigência militante de republicano radical, a sua veemência de polemista apaixonado, eram contra-indicações para a tarefa pacificadora de harmoni-

zar, no interesse da literatura, dissidências políticas e hostilidades de crenças. Todavia, é ele o arquiteto dessa construção, e não admira que o seja, pois nesse batalhador de tão rigoroso partidarismo e tão ásperas guerrilhas, luzia um nobre espírito de homem de letras, com largo e fervoroso amor das coisas belas.”

Nas palavras de Sousa Bandeira:

“O espírito entusiasta de Lúcio de Mendonça, percebendo nas boas palestras da *Revista Brasileira*, que os nossos intelectuais se podiam encontrar para tratar de coisas do espírito, apertando os laços que os uniam, teve a idéia de fundar a Academia Brasileira, idéia que, segundo afirmam, tinha passado pelo nobre espírito de D. Pedro II.

Com a energia de que dispunha, reuniu elementos, expediu convites, aplainou dificuldades, dissipou escrúpulos, animou boas vontades, desfez receios, e poucos meses depois estava fundada a Academia.

Dada as dificuldades que entre nós se deparam aos cometimentos desta ordem, só um temperamento como o de Lúcio de Mendonça poderia levar à efeito a fundação da Academia. Os outros, possuindo qualidades que talvez lhe faltassem, puderam fazer a instituição chegar à sua fase atual. Era necessário, porém, ser um sonhador e um combatente, para tirar do nada a sua formação.

Por força da contradição humana coube essa iniciativa conservadora a um homem de temperamento acentuadamente revolucionário; o promotor da fundação da Academia foi Lúcio de Mendonça.”

Escreveu Humberto de Campos na *Antologia da Academia Brasileira de Letras*:

“As raízes reais e visíveis da Academia Brasileira de Letras acham-se verdadeiramente em 1896. A atuação de Lúcio de Mendonça, em novembro desse ano, está hoje esclarecida e documentada. A corporação por ele ideada compor-se-ia de quarenta membros como a Academia Francesa, sendo porém trinta efetivos, indicados pelo governo, e dez correspondentes, eleitos por aqueles. Essa fórmu-

la encontrou, todavia, objeções. Entre os homens de letras mais em evidência no tempo, alguns havia, monarquistas, que se não conformariam em receber um título de nomeação partindo de autoridade republicana. Outros, republicanos, mas adversários do governo, não pretendiam capitular, entrando em relações com ele. Tudo contribuía para impedir um conagraçamento, mesmo no terreno neutro da literatura. Lúcio de Mendonça não era, no entanto, vontade que se detivesse diante de dificuldades embora dessa ordem. Para vencê-las apresentou outro alvitre, que consistia em uma nova divisão das cadeiras acadêmicas: eles continuariam a ser quarenta, mas o governo preencheria apenas dez; estes, por seu turno, elegeriam vinte companheiros; composto, assim, o cenáculo efetivo, este elegeria os dez correspondentes. Era pensamento de Lúcio solenizar com a fundação da Academia, a 15 de novembro de 1896, o sétimo aniversário da República. Para isso, redigiu, ele próprio, o decreto respectivo, que enviou a Alberto Torres, instando com este, em cartas quase diárias, até às vésperas daquele dia, para a assinatura do ato. Chegou, porém, o dia 15 de novembro e o decreto não apareceu. O desastre não arrefeceu, no entanto, o entusiasmo do chefe ostensivo desse generoso movimento. Perdida a esperança da oficialização do instituto, tratou Lúcio de organizar a Academia como instituição particular. Lúcio queria mostrar, e mostrou, que o pensamento, para triunfar, prescinde da chancela dos governos. O sucesso da tentativa foi, em verdade, o resultado de três fatores – a existência de uma geração rica em talentos; o espírito generoso dos remanescentes de outra anterior, que se não desdouraram de, renunciando à glória consolidada, nivelar-se com ela, vindo ombrear, em baixo, com as glórias nascentes; e o aparecimento de Lúcio de Mendonça, que, pertencendo a uma pelo temperamento, e a outra, pelas relações de amizade, conseguiu realizar essa obra de diplomacia literária, que foi a junção dos dois grupos, quebrando entre eles a fronteira das prevenções. ‘O rio São Francisco, acima de sua queda’ – diria Joaquim Nabuco, semanas mais tarde – ‘possui formas particulares de peixes inteiramente diversas das que vivem abaixo; o invencível precipício separou as duas faunas.’ Lúcio havia suprimido as cachoeiras e misturado os peixes...”

Coelho Neto:

“A Academia Brasileira nasceu no escritório da *Revista Brasileira*, no primeiro andar de um prédio humilde na antiga Rua Nova do Ouvidor. Duas salas acanhadíssimas: redação em uma, secretaria em outra. Dos sócios da casa, o menos assíduo era o sol, representado, quase sempre, pelo gás, porque, desde a escada, tinha-se a impressão de que, em tal cacifo, mal os galos começavam a cantar matinas, a noite recolhia a sua sombra...

Foi em tal pobreza obscura que nasceu a Academia. Fraca, entanguecida, morre não morre, só não sucumbiu porque teve a desvelá-la a dedicação dos seus fundadores, que a aleitavam com esperanças, leite muito dessorado, e envolviam-na, para aquecerem-na, em faixas de entusiasmo.

Lúcio era o mais corajoso e solícito dos aios da pobrezinha. Foi ele que a vacinou com a linfa da perseverança. Foi ele que a curou da coqueluche, que lhe pôs ao pescoço o colar de âmbar para evitar as crises da dentição, que a batizou no templo das musas e que lhe incutiu na alma a grande fé, tônico que a fortaleceu para vencer os percalços da primeira infância...

Foi em tal pobreza obscura, como a do presepe (*bonni soit qui mal y pense!*) que nasceu a Academia, e, se anjos não esvoaçaram no beco, anunciando o natal da instituição, cá em baixo, na terra rasa, teve a recém-nascida vozes que, se não a glorificaram com hosanas, fartaram-se de a arrasar, anunciando-lhe a morte com prognósticos ridículos.”

Portanto, ali, na redação da *Revista*, reunidos para o chá das 4 horas, é que viria a renascer a idéia da fundação da Academia Brasileira de Letras.

Muitos outros subsídios poderiam ser citados em apoio à tese de que Lúcio de Mendonça foi o verdadeiro fundador da Academia, mas os depoimentos aqui coligidos já provam de forma insofismável essa autoria.

É curioso assinalar que na sessão inaugural da Academia, em 20 de julho de 1897, Lúcio de Mendonça não compareceu justificando a ausência por carta.

Cumprir apontar que o fundador da Academia reconheceu que cabia a Machado de Assis, pela alta posição e reputação, ocupar o cargo de presidente. Por outro lado, é interessante registrar que Lúcio de Mendonça não foi eleito para nenhum cargo de diretoria, certamente porque, fundador da Casa, achava que outros deveriam conduzi-la a bom termo.

A presença de Lúcio continuou marcante na Academia. Em 8 de agosto de 1898, endereçou à mesa o projeto de emblema feito por Rodolfo Amoedo. E a pedido de Lúcio de Mendonça o escultor Augusto Girardet desenhou e moldou uma belíssima medalha para a Academia.

Dois fundadores tomaram posse em sessão solene:

Lúcio de Mendonça recebeu Domício da Gama em 1º de junho de 1900, e Oliveira Lima foi recebido por Salvador de Mendonça. A posse de Domício foi a segunda, precedida pela de João Ribeiro, primeiro ocupante eleito, em 30 de novembro de 1898, saudado por José Veríssimo. O patrono da Cadeira foi Raul Pompéia, a ele cedido por Rodrigo Octavio, que o escolhera em primeiro lugar. O discurso de Domício é bastante sucinto, falando do amigo desaparecido, e Lúcio, em apenas quatro páginas, diz que o acadêmico que está sendo recebido “tem o melhor de sua bagagem literária já avultada, prodigamente dispersa na imprensa periódica: até hoje publicou apenas um livro de prosa *Contos à meia-tinta* (*Histórias curtas* seria publicado em 1901), que são primores de observação psicológica, mas sobeja-lhe matéria para meia dúzia de volumes de igual ou maior tomo.” E tratando-o de parente: “Que boa fortuna esta minha, de o ter de receber e cumprimentar perante vós; é fácil como falar bem em família de um parente amado, cada palavra diz mais do que soa, porque é a expressão do sentimento de todos.”

Por ocasião da tramitação no Congresso do projeto de auxílio à Academia, Machado de Assis quase parece prestar contas ao colega, como a pedir ajuda: “Há dias, encontrando-me com o Epitácio Pessoa, falei-lhe de passagem sobre o projeto, mas não há intimidade entre nós, e estávamos com outras pessoas. Até aqui fiz o que pude, e achei boa vontade em todas as câmaras.”

Lúcio de Mendonça é atuante na aprovação do projeto que daria instalação permanente à Instituição em prédio público e impressão na Imprensa Nacional das publicações oficiais e obras de grandes escritores.

Uma carta do Senador Azeredo, primeiro-secretário do Senado Federal, é expressiva:

“Meu caro Lúcio – acaba de ser aprovada, em segunda discussão, a proposição da Câmara dos Deputados sobre a Academia, devendo entrar em segunda discussão amanhã, de acordo com a dispensa do interstício, concedida pelo Senado a meu pedido. Cumprida a minha promessa, fico ao seu inteiro dispor.”

Em 1901, a tentativa de obter a instalação definitiva no novo prédio da Escola de Belas Artes que o Governo projetava construir, tem sua colaboração, conforme se depreende de carta a Machado de Assis de 3 de janeiro de 1902:

“Meu caro Mestre – Ia hoje procurá-lo, mas aproveito o seu portador para a má notícia de que ficamos sem instalação para a Academia no edifício novo das Belas Artes, cujo plano foi aprovado apesar disto; de viva voz, lhe comunicarei as explicações que ontem me deu o ministro. – Promete agora dar-nos instalação na casa que a Escola de Belas Artes vai deixar. Uhm!... – Domingo lá estarei, na Panelinha. – Sempre seu – Lúcio de Mendonça.”

Alguns aspectos da vida e da obra de Lúcio de Mendonça se depreendem da síntese de San Tiago Dantas, que assim o retrata em resumo:

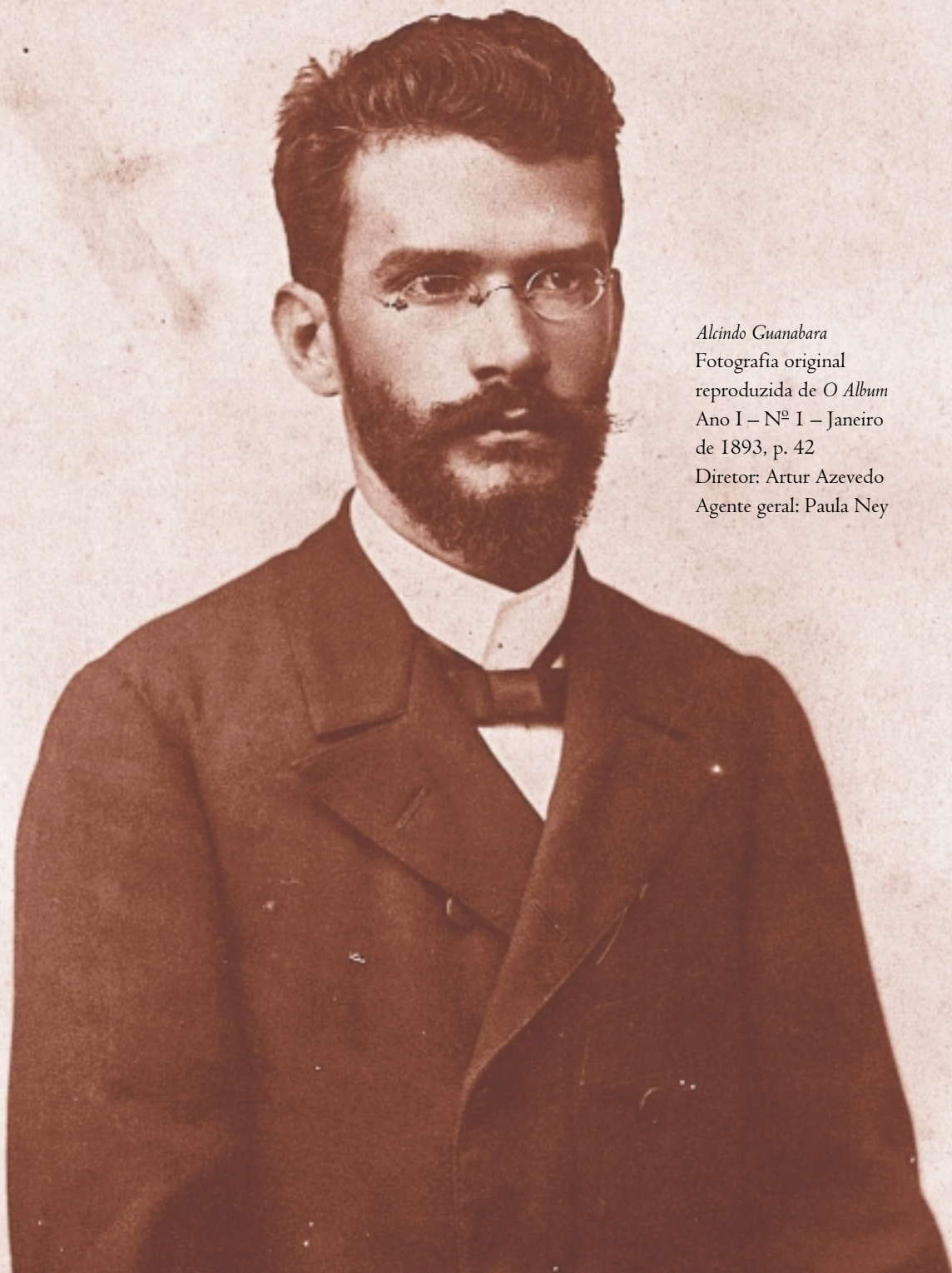
“Lúcio de Mendonça foi um desses homens que espelham a época, não refletindo passivamente seus episódios e acompanhando as suas tendências comuns, mas absorvendo e sintetizando no íntimo de uma personalidade própria e distinta tudo que constitui o problema geral da vida oferecido

como um desafio aos seus contemporâneos. Poeta-líder, como foram os homens da elite acadêmicos do seu tempo, entrou-lhe na alma pela porta larga da emoção artística o ideal político que guiaria todo o seu anseio de ação prática.”

No centenário do nascimento de Lúcio de Mendonça, Múcio Leão, depois de apontar algumas omissões e erros na escolha dos fundadores e dos patronos, concluiria: “Contudo, a Academia foi uma obra de harmonia perfeita. E por ter sido seu criador, tanto quanto por ter sido o suavíssimo poeta que foi, é que Lúcio de Mendonça deve ser visto como uma das culminâncias da vida espiritual do Brasil.”

Wilson Martins, com a severidade e exagero de alguns momentos, assevera: “O elogio acadêmico que Pedro Lessa traça de Lúcio de Mendonça, segundo os estilos consagrados, pode ser também considerado como a oração fúnebre de Lúcio de Mendonça enquanto escritor.”

Ainda que fosse procedente este julgamento de Wilson Martins – que contestamos veementemente – para a Academia não há orações fúnebres de seus membros. Cumpre aos sucessores manter-lhes a chama viva de sua vida e sua obra, como faz a Academia agora com o fundador Lúcio de Mendonça.



Alcindo Guanabara
Fotografia original
reproduzida de *O Album*
Ano I – Nº I – Janeiro
de 1893, p. 42
Diretor: Artur Azevedo
Agente geral: Paula Ney

Alcindo Guanabara e o jornalismo do seu tempo

CÍCERO SANDRONI

O tema da palestra desta tarde é a vida e obra do jornalista Alcindo Guanabara, um dos 40 fundadores da Academia Brasileira de Letras, Cadeira nº 19, patrono Joaquim Caetano. Antes de mais nada esclareço que não adotei o estilo acadêmico dos trabalhos universitários. Vamos navegar em águas pouco profundas, e tudo acontecerá como se eu estivesse lendo uma reportagem sobre a vida do personagem da minha história, entremeadas de entrevistas feitas com seus contemporâneos ou com os que o estudaram.

Jornalista do século XXI que se dispõe a dissertar sobre jornalista do século XIX, começo com algo que nos une, embora o tempo nos separe: uma notícia. A notícia da sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras a 20 de julho de 1897, que apareceu, na véspera, na *Gazeta de Notícias*. O jornal do combativo Ferreira de Araújo “furou” o *Jornal do Commercio*, que só se referiu à Academia na edição do dia 21, com uma pequena nota do registro do evento, perdida no meio de página interior. Não existia ainda o assessor de imprensa, que preparasse

Conferência proferida na ABL, durante o ciclo *Origens da Academia*, em 16/3/2004.

um *press-release*, para lembrar aos jornalistas de então a importância daquela sessão inaugural que só um profeta poderia prever. Embora um dos fundadores, Urbano Duarte, fosse à época redator do *Jornal do Commercio*, é até compreensível o pouco interesse pelo evento, por parte de um diário que no dia 1 de outubro daquele 1897 completaria 70 anos de existência e já acompanhara várias tentativas de fundação de instituições congêneres desaparecidas na poeira do desinteresse e na falta de pecúnia. Mas vale dizer que, com o correr do tempo, as relações do *Jornal do Commercio* com a Academia se estreitaram, ao ponto do *Jornal* vir a ser, mais tarde, quase o órgão oficial da instituição, tantos os jornalistas que da sua redação passaram para a ilustre companhia.

Segundo informa a ata da primeira reunião, manuscrita por Rodrigo Octavio, o primeiro secretário-geral, apenas 16 dos fundadores estavam presentes à sessão inaugural. Dois justificaram a ausência por carta: Lúcio de Mendonça, como já nos informou Alberto Venancio Filho, na conferência da semana passada, e Valentim Magalhães. “Achavam-se ausentes desta cidade”, segundo se lê na caligrafia perfeita de Rodrigo Octavio, doze acadêmicos. Outros dez, presentes nesta cidade, entre os quais Alcindo Guanabara, deixaram de comparecer, sem informar a razão da ausência. Alcindo completara 32 anos na véspera da primeira reunião da Academia, e por mais animada que tenha sido a festa de aniversário, o regabofe não chegaria a ser razão para justificar a sua ausência. Não citarei nomes dos outros ausentes, escritores importantes. Certamente tiveram motivos imperiosos para não comparecer e não informar a razão pela qual não compareceram; é bom lembrar que naquele tempo ainda não havia o *jeton*.

Quase todos os membros fundadores da Academia Brasileira de Letras eram jornalistas ou colaboravam em jornais. Seria impossível falar sobre todos eles. Escolhi Alcindo Guanabara por ter sido jornalista durante toda a sua vida. Profissional da imprensa completo, tornou-se vítima de incompreensões, que o levaram à prisão, e de calúnias, algumas das quais se repetiram em forma de anedota até depois de sua morte e ainda perduram no anedotário do jornalismo carioca. E mais: chegou à política e à administração pública sem jamais abandonar as redações. Gustavo Barroso, terceiro ocupante da cadeira fundada

por Alcindo, assim se referiu a ele, no seu discurso de posse: “Alcindo Guanabara foi um homem de letras que o jornalismo prendeu em suas garras e atirou para as lutas cruentas da política.”

Republicano, mas adversário da abolição da escravatura, por convicção e não por ser pena de aluguel, na época da fundação da Academia Alcindo Guanabara era redator político de *A República*, jornal que fazia violenta oposição ao governo de Prudente de Moraes. Em *A vida de Nilo Peçanha* Brígido Tinoco descreve o ambiente político do Rio de Janeiro, à época da revolta de Canudos:

“Conhecido o malogro da terceira expedição, a anarquia atinge o ponto culminante. Nilo Peçanha, num *meeting*, imputa ao presidente da República o erro de mancomunar-se com a caudilhagem monárquica [...] Alcindo Guanabara é aclamado pelo populacho em frente à redação do jornal *A República* [...]”

O empolgado orador que desfechava ataques violentos contra Prudente de Moraes e era apoiado pelo populacho não poderia supor que, menos de quatro meses depois da sessão fundadora da Academia à qual ele não compareceu, seria preso e deportado para Fernando de Noronha, acusado da participação no complô da tentativa do assassinato do Presidente da República, quando se comemorava o regresso da tropa que combatera em Canudos. Como se sabe, Prudente escapou do atentado, mas na confusão o assassino conseguiu atingir o seu ministro da Guerra, o general Machado Bittencourt e matá-lo. Artur Mota, que mais tarde escreveu o perfil de Alcindo, conta tê-lo visto embarcar, preso, ao lado de Barbosa Lima, levando nas mãos um exemplar de *A conquista do pão*, de Kropotkine. O detalhe é uma achega para os que estudam a influência das idéias socialistas no Brasil no começo do século.

Perdoem-me se me estendo um pouco sobre o atentado contra a vida do Presidente Prudente. O criminoso, Marcelino Bispo de Melo, alagoano de 22 anos e anspeçada do 10.º Batalhão de Infantaria, saiu da formação em que estava, deu um salto de felino para o interior do palanque presidencial, encarou o Presidente e disparou dois tiros. Ao ver que sua arma falhara, sacou de um punhal e fez várias vítimas entre os militares que cercavam o Presidente da República. Um jornal da época descreveu assim a terrível cena:

“... estabeleceu-se um momento de grande confusão. O Presidente era envolvido num círculo de oficiais e pessoas do povo. Gritam senhoras, corre gente atropeladamente em direção ao portão. Cai ao solo o soldado, (isto é, o Marcelino), com a cabeça por baixo de um canhão, mas ergue-se de súbito a meio corpo, sob os golpes das espadas que empunham vários oficiais da Casa Militar do Presidente. [...] Prosseguia a luta e o Presidente, arrebatado do local por oficiais, atravessa o pátio entre aclamações cada vez mais calorosas, tomando, sob a pressão de insistências, seu carro postado junto ao portão e logo se dirigindo, seguido de seu piquete de cavalaria, para o Palácio Friburgo. [...] Mas no palanque a luta prosseguia. O alferes Cunha Morais conseguira com grande custo arrebatar a pistola da mão do soldado. Este, como um tigre acuado, já sem boné e com os botões da farda arrebentados, tornava-se cada vez mais furioso. [...] Tenta o soldado arrancar da bainha o sabre que trazia, mas arrebatam-lhe nesse momento o cinturão. Escorregando, caindo e levantando de novo, o criminoso e oficiais atracavam-se, lutando com ele corpo a corpo, a socos, a pontapés, herculeamente. Já não podiam atingi-lo as espadas porque o círculo tornava-se cada vez mais estreito. Desvencilhando-se num salto, arranca de dentro da farda uma faca e entra a desferir golpes tremendos. Crava a arma no peito do Ministro da Guerra renovando-lhe golpes; fere o coronel Mendes de Morais e em seguida os alferes Mendes de Faria e Oscar de Oliveira. Subjugam-no afinal, sendo-lhe a arma arrebatada, abrindo nessa ocasião um profundo golpe na mão do alferes João de Garcia. Ferido com três facadas, uma das quais atravessara-lhe o pulmão, é o Ministro transportado em braços para uma sala, ali expirando. O criminoso, ofegante, desvairado, ferido, é recolhido ao xadrez.”

A reportagem, de onde o sangue esguicha de cada frase, é do *Jornal do Comércio*, que à época apoiava o Governo de Prudente. O texto é extenso, com tantos detalhes e tão bem feito que tomei a liberdade de transcrever esse trecho para mostrar o horror do atentado e perguntar: teria o jornalista e acadêmico Alcindo Guanabara, fundador da Academia Brasileira de Letras, participado

do complô que armou a mão do ensandecido Marcelino Bispo de Melo, matou o Marechal Bittencourt e feriu tantos oficiais que defendiam a vida do Presidente? Apesar do seu jornalismo de oposição – e aqui vale lembrar a máxima de Millor Fernandes, jornalismo é oposição, o resto é balcão de negócios – tudo leva a crer que Alcindo não era um dos mandantes do crime. Julgado e defendido por Rui Barbosa, foi absolvido no Supremo Tribunal Federal, juntamente com outros acusados, como o político Barbosa Lima, tio de Barbosa Lima Sobrinho. O mesmo Barbosa Lima Sobrinho de quem temos tantas saudades e que nascera em janeiro daquele ano, seis meses antes da fundação da Academia, na qual ele ingressaria em 1936.

Quem era Alcindo Guanabara, jornalista e político cuja obra notável, sempre lembrada no âmbito da Academia, é fora dela menos conhecida do que as anedotas que se contaram sobre ele, uma das quais, segundo Nelson Werneck Sodré, “ficou inserida em sua vida como uma irreparável mácula, para os que a conhecem e repetem”?

Adiante voltaremos a essa anedota. Mas, antes, é bom lembrar que, nascido em Magé, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda do Guapimirim, a 19 de julho de 1865, fez os estudos preparatórios no Colégio Paixão, em Petrópolis (com matrícula gratuita), onde, adolescente, já escrevia para o jornal *Avante* daquela cidade. Coursou o Externato Pedro II no Rio e em 1884 matriculou-se na Faculdade de Medicina; para sustentar-se arranhou emprego como porteiro do Jockey Club, mas abandonou o curso no primeiro ano, já conquistado pela tentação do jornalismo. Em 1886, fundou seu primeiro jornal, *Fanfarrã*, órgão acadêmico, que contou com a colaboração de Olavo Bilac.

Marcos Almir Madeira, até aqui o último ocupante de sua Cadeira, o vê chegando no Rio de Janeiro com vocação de jornalista “que lhe brotava com os primeiros fios de barba: tinha 17 anos quando apareceu em folhas de imprensa. E jornalista ficou para sempre – continua Marcos –, por entre faiscas da crônica política e nos editoriais, notadamente”.

R. Magalhães Júnior conta que a iniciação jornalística do jovem Alcindo deu-se pela mão de José do Patrocínio, que sempre acolhia os moços de talen-

to que o procuravam, na *Gazeta da Tarde*, jornal abertamente abolicionista. Mais tarde, quando Patrocínio perdeu a *Gazeta* e fundou a *Cidade do Rio*, também dirigida por Raul Pompéia, Alcindo acompanhou-o. O escritor Artur Mota – que por duas vezes tentou ingressar nesta Academia e, mesmo frustrado em seu desejo, jamais deixou de reverenciá-la, em sua biografia de Alcindo Guanabara, publicada na *Revista da Academia* – conta que, ainda considerado foca por toda a redação, certo dia, ao chegar, foi avisado de que José do Patrocínio e Pompéia estavam em São Paulo, certamente em busca de recursos para manter o seu jornal. Por falta de pagamento, o pessoal da redação resolvera fazer uma parede, como se chamava a greve, naquele então. O rapaz não hesitou e disse a Serpa Júnior, o gerente da folha, que não se preocupasse, ele faria o jornal sozinho. Fechou-se na sala da Redação, escreveu artigo de fundo, a sessão humorística, ecos, crônicas, crítica, noticiário geral e mandou tudo para as oficinas. Artur Mota conta que os colegas de Alcindo ficaram fascinados com a capacidade de trabalho e o talento do rapaz e, em vez de acusá-lo de fura-greve, resolveram homenageá-lo com um banquete. A partir de então José do Patrocínio entregou-lhe a crônica política e ele passou a fazer a campanha abolicionista, sob o pseudônimo de Aranha Minor.

Artur Mota soube da história em que Alcindo aparece no papel de fura-greve por “conservar-se (*a narrativa*) entre os que se dedicam ao trabalho na imprensa, transmitida por tradição oral às gerações posteriores”. O texto consta dos anais da Academia Brasileira de Letras. Mas mesmo numa fase em que o jornalismo passava por sua época romântica, onde profissionalismo e boêmia se confundiam, é de se estranhar que a corporação de um jornal homenageasse um foca fura-greve. A história revela o talento e a capacidade de trabalho de Alcindo Guanabara, atestado também pelo depoimento de Mario Hora no livro *48 anos de jornalismo* que Josué Montello reconta no seu livro *Anedotário geral da Academia Brasileira de Letras*:

“Ao tempo em que dirigia *A Imprensa*, Alcindo Guanabara realizava o prodígio de ditar a três redatores, simultaneamente, enquanto passeava de

um lado para o outro, um tópico, um comentário político e uma crônica elegante. Ao terminar o ditado, Alcindo saía para jantar. No seu regresso, entre uma e duas da manhã, escrevia o artigo de fundo do jornal, numa letra que era a tortura e o desespero dos tipógrafos. Uma noite, já ao clarear do dia, o revisor do jornal bate à porta do gabinete do diretor:

– Dr. Alcindo, dá licença?

– Entre, que há?

E o revisor, mostrando os originais do artigo de fundo:

– Não conseguimos entender estas palavras que estão num círculo.

Alcindo Guanabara ergueu a cabeça sonolenta. E pondo os óculos, estre-munhado:

– Deixe ver.

Daí a um momento, olhou o revisor, restituindo-lhe os originais:

– Também não consegui ler.

E numa ordem:

– Ponha aí palavras que dêem sentido ao texto e não me amole mais.

E voltou a cerrar os olhos, pernas estendidas para baixo da mesa, mãos cruzadas no peito, dominado pelo sono.”

Mas estamos nos adiantando no tempo. Antes de dirigir *A Imprensa*, Alcindo trabalhava, em 1886, para o jornal do José do Patrocínio e para a revista *A Vida Moderna*, dirigida por Artur Azevedo e Luís Murat, impressa no Laemmert, com colaboração de Xavier da Silveira Júnior, Moreira Sampaio, Luís Delfino, Araripe Júnior, Guilherme Belegarde, Guimarães Passos, Raul Pompéia, Alberto Torres, Rodrigo Octavio e outros. No ano seguinte, ele abandona jornal e revista ao aceitar o primeiro convite para dirigir um jornal.

Acosados pela campanha abolicionista que avança e se avoluma, em 1887 os fazendeiros escravistas agrupam homens de fortuna para fundar *Novidades*, jornal cujo único objetivo era apoiar o regime da escravidão e combater a abolição. Entre eles, o Barão de Cotegipe, Andrade Figueira, Francisco Belisário, Paulino de Sousa, Coelho Bastos e Alberto Bezamar. Para dirigi-lo, convidam

o jovem Alcindo Guanabara então com 22 anos. Artur Motta justifica o fato do jornalista aceitar o convite: “Em matéria de abolicionismo o jovem jornalista manifestava-se prudente e reservado. Ponderava conseqüências, aduzia argumentos baseados em ampla documentação, encarando os problemas econômicos e a situação da lavoura, se se visse privada repentinamente do trabalho dos escravos.”

Por melhores que fossem os argumentos de Alcindo para aderir à ideologia escravocrata, não conseguiu escapar da crítica dos amigos abolicionistas, embora para a parte literária do seu jornal tenha atraído nomes do quilate de Coelho Neto e Artur Azevedo. Também Cruz e Sousa escreveu para o *Novidades*, depois da abolição. Mas mesmo a libertação dos escravos, a 13 de maio de 1888, não abalou as convicções de Alcindo. Odylo Costa, filho, em testemunho dado em sessão da Academia que homenageava o jornalista, afirmou:

“Alcindo teve a coragem de escrever, no dia 13 de maio de 1888, um artigo dizendo que era o único jornalista, no Brasil, que tinha sido contra a Abolição. Ora, um homem que tem a coragem, no dia da confraternização nacional, no dia em que todo o Brasil pensava da mesma maneira, a não ser os fazendeiros ressentidos que iam depois passar para a República, de escrever e assinar ter sido o único jornalista contrário à Abolição, não pode ser considerado venal.”

Na década final do século XIX a imprensa do Rio de Janeiro viveu momentos de transformação e muita polêmica. Nelson Werneck Sodré registra que naquele tempo os jornais de maior circulação no Rio de Janeiro eram a *Gazeta da Tarde*, o *Correio da Tarde*, *O País*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. O *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas, dava os seus primeiros passos. Os dois últimos citados são os sobreviventes daquele grupo, sendo que a 1 de outubro deste ano, 2004, o *Jornal do Commercio* completará 177 anos de existência; hoje é o mais antigo jornal na América do Sul com circulação ininterrupta desde que fundado, em 1827, por Pierre Plancher. O *Diário de Pernambuco* que o

precede em dois anos, fundado em 1825, teve circulação interrompida e *El Mercurio* do Chile, também daquele ano, começou como semanário.

Alcindo Guanabara participou desse momento de intensa atividade política e jornalística. Após a Abolição, trabalhou no *Diário do Comércio* e, em 1889, distinguiu-se como um dos propagandistas da República, no *Correio do Povo*. Eleito para a Constituinte pelo estado do Rio de Janeiro, utilizou toda a capacidade de argumentação e índole combativa para defender suas idéias. E na Câmara, não estava a serviço de ninguém. Contrário à eleição do Marechal Deodoro, apoiou a derrotada candidatura de Prudente de Moraes. Quando da dissolução do Congresso, com o golpe de estado de 1891, protestou veementemente contra Deodoro. Em 1891 e 92, colaborou no *Jornal do Commercio*, que também atacava Deodoro. Restabelecida a legalidade, permaneceu na Câmara até 1893, quando foi nomeado por Floriano Peixoto superintendente geral da imigração na Europa. Ao irromper a Revolta da Armada, Floriano o incumbiu da compra, na Europa, de torpedeiros para a esquadra brasileira.

Ao regressar ao Brasil, voltou à Câmara e rompeu com o governo de Prudente de Moraes, militando na facção partidária chefiada por Francisco Glicério. Nesse tempo era também um dos redatores de *A República*. Com sua atitude de franca rebeldia ao governo de Prudente, e fidelidade aos princípios nacionalistas afirmados e seguidos por Floriano, tornou-se, aos olhos do governo, um jacobino, acusado de participar da conspiração que levou ao atentado de 5 de novembro. Esta história já foi contada no início da palestra.

Absolvido, de volta ao Rio de Janeiro Alcindo é convidado por Antônio Azeredo para dirigir *A Tribuna*, onde trabalhavam Eduardo Salomonde, Gastão Bousquet e Germano Hasslocher, como redatores, e três repórteres que teriam um grande futuro no jornalismo carioca: Leal de Sousa, Euricles de Matos e Irineu Marinho. O último, como se sabe, fundou *A Noite* em 1911 e, em 1925, *O Globo*. Irineu faleceu dezesseis dias depois de circular o primeiro número de *O Globo*, e seu filho mais velho, Roberto, então com 19 anos, entregou a direção a Euricles de Matos, até que, com mais experiência, pudesse assumir

o cargo, que exerceu até o fim da vida em novembro de 2003. Roberto Marinho foi eleito para esta Academia em 1993.

Quando dirigia *A Tribuna*, já nos seus 40 anos, Alcindo era reconhecido pela estampa austera e rígida. Artur Mota, no estudo apologético sobre ele, afirma:

“Alcindo era um jornalista completo. Como qualidades matrizes ostentava a do verdadeiro escritor, pela energia e fulgor do estilo, cuja maleabilidade o fazia amoldar-se aos temas em discussão, fosse qual fosse a natureza, nos de maior gravidade, como nos de menor importância. Políticos, na maioria das vezes, eram os assuntos que o chamavam à liça, para se bater com adversários da força de Laet, Patrocínio, Ferreira de Araújo e tantos mais. [...] Outros predicados de que dispunha em alta dose eram a ilustração, a calma, o bom senso e a tolerância. Guardava sempre atitudes compatíveis com o seu físico austero e a sua catadura sizuda, a infundir respeito pelo semblante hirsuto, cenho carrancudo e aspecto lúgubre que lhe atraía o apelido de Cipreste. A sua fisionomia severa dava-lhe a gravidade de um conselheiro, agravada pelo traje negro, quase sempre a sobrecasaca, e pelos óculos de míope.”

No *Anedotário geral da Academia Brasileira*, Josué Montello confirma este retrato de Alcindo:

“A barba cerrada, cobrindo parte do colarinho, que usou desde cedo, dava à sua fisionomia uma gravidade trágica, o que levou Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*, a dizer que, ao vê-lo de longe, na certeza de que alguma desgraça tinha acontecido ao confrade, se sentia tentado a ir a seu encontro, para manifestar-lhe, com expressão de pesar:

– Sinto muito da minha parte...”

Josué Montello continua:

“Medeiros e Albuquerque, que também usava barba, – no caso um elegante cavanhaque, que lhe emprestava ao semblante um ar o seu tanto me-

fistofélico —, sugeriu um dia a Alcindo Guanabara que raspasse a barba cerrada, deixando apenas o bigode.

— De modo algum! — protestou Alcindo.

E justificando-se:

— Estas barbas são mais da metade da minha carreira política...”

Em meados da década de 1890 as mudanças nos jornais não paravam. Ferreira de Araújo escreveu no dia 2 de agosto de 1895:

“A *Gazeta de Notícias* iniciou na imprensa do Rio, com o serviço de zincografia, os ‘bonecos’ como o público lhes chama, tendo ainda há pouco tempo como seu desenhista um professor da Academia de Belas Artes, Belmiro de Almeida, que lhe forneceu excelentes páginas; o zincógrafo é o Cardoso, por assim dizer um discípulo da *Gazeta*. Mais tarde, a *Gazeta* começa a publicar *portrait-charges*, de políticos e homens de letras, com a série de Caricaturas Instantâneas, de Lúcio de Mendonça, e com os bonecos de Julião Machado.”

No seu livro *A vida contraditória de Machado de Assis*, Elói Pontes pinta assim essa fase:

“A imprensa do tempo, redigida por homens de capacidade, jornalistas de vocação, ardorosos e intrépidos, tem prestígio extraordinário. Ferreira de Araújo, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Alcindo Guanabara, José do Patrocínio são dominadores sem contrastes. A cidade é favorável às demasias de quantos trabalham na imprensa. Os debates se faziam na Rua do Ouvidor, aqui, ali, acolá, nas portas das lojas, nas mesas dos cafés, nas confeitarias.”

De 1899 a 1902, época de Campos Sales, Alcindo tornou-se o grande jornalista da situação e lançou, após o quadriênio, o livro apologetico, mas muito bem fundamentado, *A Presidência de Campos Sales*. Fundou *A Nação*, com artigos de ideologia do programa socialista. Trabalhou em *O Dia* e publicou, sob o pseudônimo de Pangloss, ótimas páginas literárias. Colaborou em *A Universal*

em 1901 e 1902. Nomeado redator-chefe de *O País*, lá ficou até 1905. Fundou o já citado jornal *A Imprensa*, onde apoiou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República. Elegeu-se senador pelo Estado do Rio de Janeiro e, no Senado, atuou com brilho, ao apresentar projetos de interesse nacional.

Sobre essa fase Nelson Werneck Sodré comenta: “Duas grandes figuras dominam a imprensa da época: Alcindo Guanabara e Paulo Barreto; sob alguns aspectos, caracterizam-na mesmo. O primeiro, mais jornalista do que escritor; o segundo, mais escritor do que jornalista.”

A análise é perfeita. A obra de Alcindo publicada em livros não se destaca entre a de seus contemporâneos. Gustavo Barroso, um dos poucos que elogiou sua literatura, afirma: “quem ler sua conferência sobre a *Dor*, quem meditar suas formosas palavras acerca desse maior agente da marcha do mundo, concluirá que, no conferencista, se mostra claramente o estofado de um grande literato.”

Mas, em relação ao jornalista, Nelson Werneck Sodré, mesmo compartilhando com Alcindo a admiração por Floriano Peixoto, é um crítico severo:

“Alcindo Guanabara, da fase em que o movimento abolicionista se avolumou, dominando a imprensa, à fase final da guerra mundial, foi o jornalista político por excelência, ora usado pelos escravocratas para combater a onda abolicionista avassaladora, ora para defender as idéias republicanas; no início do século XX, atacando o governo e sofrendo por isso, depois, servindo ao governo com a fidelidade do escriba – e em todos esses lances trabalhando bem, escrevendo com clareza e com brilho; no fim, cético, desencantado consigo mesmo, apesar da notoriedade e das recompensas, vivendo o drama do homem inteligente que se conformou em servir à mediocridade; e terminando por figurar em episódio quase anedótico, que ficou inserido em sua vida como irreparável mácula, para os que o conhecem e repetem. Nada, em verdade, chegou para compensar a descaída do jornalista-servidor que foi – nem a glória acadêmica, nem a notoriedade entre os pares, nem as funções públicas eminentes que desempenhou. Esse homem incontestavelmente capaz, lúcido,

inteligente, consentiu sempre em apagar-se, em conformar-se, em submeter-se. Polemista seguro, como provou ser algumas vezes, no início de sua carreira principalmente, acabou aceitando traduzir apenas o pensamento alheio e limitou o seu prestígio e encontrou o seu público no restrito círculo dos que se interessavam pela pequena política. Tinha consciência do seu papel e sofria por isso, mas sem capacidade para libertar-se, refugiando-se em reserva, em silêncio e em isolamento.”

Sobre esta amargura de Alcindo e seu silêncio nos últimos tempos, Gilberto Amado legou-nos depoimento comovente, contendo conversa com o jornalista, depois que ambos deixaram a casa de Pinheiro Machado, levando instruções precisas do político sobre o que escrever. Conta Gilberto:

“Saí com o Alcindo, que me levou à Casa Carvalho e, diante de aperitivos, — eu ignorava até então que Alcindo dera para gostar de bebida — aquele obelisco de silêncio abriu-se comigo em confidências. Rasgou-se todo. Oh conversa! Grande parte dela não posso reproduzir. De uma franqueza estarrecedora. Impublicável. O amargor daquele grande espírito!”

Gilberto afirma ter ouvido de Alcindo a seguinte confissão:

“Vão fazer com você o que fizeram comigo. Sugar... tirar tudo de dentro de você... e manter você em situação sempre subalterna. Defenda-se. Reserve-se. Se não você se perde.”



Os depoimentos que acabo de citar fazem de Alcindo Guanabara o patrono dos editorialistas brasileiros.

Alcindo faleceu a 20 de agosto de 1918, aos 53 anos de idade. Era, então, senador da República e os jornais do Rio de Janeiro deram grande destaque à notícia do seu desaparecimento. Mas mesmo depois de morto o jornalista continuou provocando polêmicas e discussões. Seu sucessor foi D. Silvério

Gomes Pimenta, mas a sucessão do ilustre morto na Academia causou certa confusão, conforme o verbete sobre a eleição de D. Silvério publicado no livro *A Academia Brasileira de Letras, notas e documentos para a sua história, 1896-1940*, de Fernão Neves, hoje raridade bibliográfica.

No seu discurso de posse, D. Silvério fez o elogio de Alcindo e ressaltou nele as virtudes cristãs:

“Uma cousa tem particularmente excitado a curiosidade pública na minha investidura nesta cadeira. Estão aflitos por ver como se há de haver um Bispo tendo de homenagear um literato de talento superior, mas reputado totalmente profano e inteiramente indiferente ao ideal religioso. Folgo porém de declarar que essa dificuldade que despertava os curiosos me ocasionou verdadeiras consolações e contentamento, porque estudando a vida e escritos de meu antecessor me convenci de que Alcindo Guanabara não foi um ateu, desconhecedor, quando não desprezador, do Supremo Senhor do Universo, nem um desses espíritos que se dizem emancipados; foi sim um varão deveras crente, e na vida pública nunca procurou encobrir suas crenças religiosas, antes proclamava sua fé sem reboço, com acentos e vigor pouco comum em nossa atual sociedade. ‘Onde não existe a fé, não vibra a paixão pelas cousas superiores’, disse Alcindo Guanabara em solene discurso, ‘o que fica é o pântano do interesse espúrio, é um miserável declínio moral que macula os indivíduos, dissolve a sociedade e faz perecer a nação. Não podemos nos submergir, vivendo indiferentes e enervados, roídos pelo ceticismo sem fé religiosa... Daqui desta assembléia,’ continua ele, ‘levante-se reboando por todo o ângulo do país o clamor quotidiano de nossa religião: *Sursum corda!*’”

Quem recebeu D. Silvério foi Carlos de Laet, que não perdeu a oportunidade para tratar com cruel ironia o fundador da cadeira:

“Vosso imediato predecessor, Sr. D. Silvério, na cadeira que hoje vindes ocupar, foi bem feliz em vos ter antecedido. Com máxima solicitude, com aquele esmero que pondeis em todas as vossas obras de caridade, perulustrastes, cuidadoso, os escritos do notável jornalista e atraente orador que ele soube ser, e neles descobristes o *quantum satis* para, a todos os espíritos generosos – e entre eles requeiro um lugar –, levar a convicção de um cristianismo que passara talvez despercebido, mas que hora já não o está, depois que sobre ele projetastes o luminoso feixe da vossa crítica. Inquisidor benévolo, aí sublinhastes solenes profissões de fé clarões de esperança, suavíssimos arroubos de piedade. Vossos esforços em tal sentido eu os considero coroados de pleno êxito; e tanto me convenceram que de modo nenhum me sorririam, neste lugar e nesta ocasião, as penosas funções que nos processos de canonização cabem ao *advocatus diaboli* – funções aliás necessárias, e absolutamente não desairosas, como não são as dos órgãos do ministério público nos juízes criminais. Delas entretanto abro mão, Senhor D. Silvério, primeiro porque, como já disse, não há resistir à vossa demonstração; e, depois, porque altamente me sensibiliza o afeto com que estudais os homens, não investigando culpas para as acusar, mas esmerilhando bondades para abençoá-las.”

“Não investigando culpas para as acusar, mas esmerilhando bondades para abençoá-las.” Atentem bem para a maldade de Laet, pois, não satisfeito, ele prossegue:

“Fui contemporâneo e franco adversário do vosso antecessor; terríveis e sem tréguas os combates em que nos empenhamos; mas pronto me acho para, diante de seu túmulo, abater a minha espada e fazer-lhe continência, desde que, com vossa grande autoridade, nos dais a segurança de que ali, naquela sepultura entreaberta, repousa um pensador cristão.”

Infelizmente Laet não teve caridade cristã suficiente para, depois de fazer continência a um morto, deixar de citar aquele episódio quase anedótico, “inserido em sua vida como irreparável mácula, para os que o conhecem e o repetem”, nas palavras de Nelson Werneck Sodré.

O episódio é conhecido e passa de geração em geração, nas redações dos jornais, em forma tão resumida que nas últimas versões até o nome de Alcindo Guanabara é ignorado. Um diretor de jornal pede ao editorialista que escreva, para a edição da Sexta-feira da Paixão, um artigo sobre Jesus Cristo e o editorialista pergunta:

– A favor ou contra?

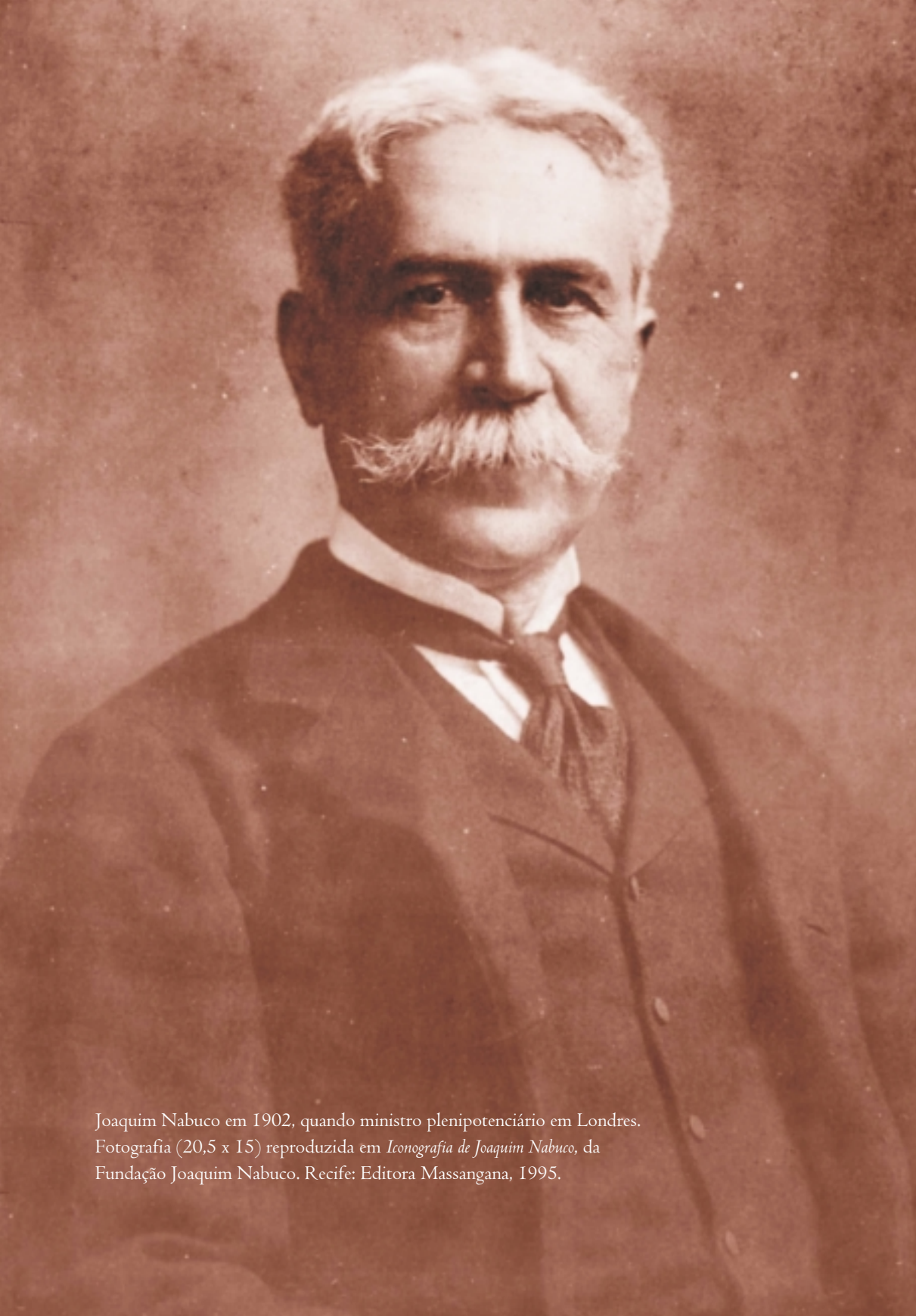
A história serve para fazer a caricatura deste sofrido profissional das redações, o editorialista, cuja pena – hoje o terminal de texto – deve servir sempre aos interesses do dono do jornal, isto é, ser escrito de acordo com “a ortografia da casa”, na expressão de Paulo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*.

Esta anedota já foi explicada várias vezes aqui na Academia, mas a versão maldosa permanece. Creio que o testemunho mais insuspeito a desfazer o equívoco é o de Américo Jacobina Lacombe, que afirmou em seu discurso de posse na cadeira fundada por Alcindo:

“Não é verdade que (Alcindo) tenha jamais perguntado se um artigo, que lhe era pedido, deveria ser contra ou a favor de Jesus Cristo. A versão exata do episódio que deu origem a essa anedota distorcida pelo espírito carioca, ouvi-a de Tobias Monteiro, a esse tempo redator chefe do *Jornal do Commercio*. Dela já deu testemunho neste mesmo recinto há cerca de dez anos, Elmano Cardim ao comemorar, com o bom gosto e a autoridade do costume, quando do centenário do versátil, mas não corrupto jornalista. Aproximava-se a Semana Santa e estava ausente do país o diretor da folha, José Carlos Rodrigues. Costumava este publicar regularmente na Sexta-feira da Paixão, na primeira página, um longo artigo ‘análogo à comemoração’ como então se dizia. Entre os redatores, a começar por Tobias, ateu impenitente, nenhum ousaria tocar o assunto sagrado. Foi lembrado então

o auxílio de um estranho que permitisse manter a tradição estabelecida pelo diretor. Convidado, Alcindo Guanabara aceitou. A pergunta feita ironicamente a Tobias Monteiro, dias após, foi simplesmente se o artigo podia ser escrito do ponto de vista católico, já que Rodrigues era tido como protestante, posto que jamais ingressasse em nenhuma igreja acatólica, e costumava revestir os seus artigos do som bíblico e untuoso dos autores americanos em que se especializara.”

Talentoso e contraditório, a exemplo de todo o jornalista que se destaca e influi nos acontecimentos do país, Alcindo Guanabara deixou um exemplo de profissional exemplar. Infelizmente para ele, a época conturbada em que viveu levou-o para caminhos em que sua capacidade profissional defendeu idéias com as quais nem sempre concordava. Problemas da profissão tão difícil de ser exercida nos últimos anos do Império e nos primeiros da República, quando os interesses políticos e econômicos norteavam a orientação dos jornais. Hoje a situação não é muito diferente – mas o jornalismo continua a exigir, como naquele tempo, além de talento, capacidade e persistência, princípios éticos que D. Silvério Gomes Pimenta vislumbrou, mas Carlos de Laet não encontrou na trajetória de Alcindo Guanabara.



Joaquim Nabuco em 1902, quando ministro plenipotenciário em Londres.
Fotografia (20,5 x 15) reproduzida em *Iconografia de Joaquim Nabuco*, da
Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1995.

Nabuco, acadêmico e diplomata

AFONSO ARINOS, FILHO

O fato de integrar a Academia Brasileira de Letras sempre representou uma distinção para os seus membros. Mas, conforme reconheceu Joaquim Nabuco, ao discursar traçando as intenções e os objetivos da entidade na sessão inaugural, a 20 de julho de 1897, os fundadores foram escolhidos sobretudo pelo privilégio da amizade, em que pese o valor indiscutível de alguns dentre eles. “Nós, os primeiros – afirmava o secretário-geral perpétuo e orador –, seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito em sê-lo, quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta. E, nessas escolhas, cada um de nós como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera; só d’ora em diante, depois que a Academia existir, depois de termos uma regra, tradições, emulação, e em torno de nós o interesse, a fiscalização da opinião, a consagração do sucesso, é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós, de fato, constituímos apenas um primeiro eleitorado.”

Conferência proferida na ABL, em 23/03/2004, durante o ciclo *Origens da Academia.*

A referência aos “poucos [...] eleitos pela Academia ainda incompleta” resulta, como é sabido, do fato que os fundadores originais eram trinta, mas eles optaram por adotar o modelo da Academia Francesa, com os seus quarenta membros. E Nabuco assinalava. “O número de quarenta era quase forçado, por que não dizê-lo? Tinha a medida do prestígio, esse quê simbólico das grandes tradições [...]: as proporções justas de qualquer criação humana são sempre as que foram consagradas pelo sucesso. Não tomamos à França todo o sistema decimal? Podíamos bem tomar-lhe o metro acadêmico.”

Por esse motivo, o último remanescente dentre os primeiros acadêmicos, Carlos Magalhães de Azeredo, com quem convivi em Roma nos anos cinqüenta, quando o chamei fundador da Academia, corrigiu-me: “Fundador fundado”. E explicou por quê.

Assim, tanta honra trouxe a Academia a Joaquim Nabuco quanto este a ela. Pois o arauto da liberdade, o apóstolo da Abolição, o historiador imperial, o defensor incansável dos interesses nacionais no exterior quando o governo republicano exigiu o seu concurso de monarquista convicto, devotou, até o fim (embora quase sempre afastado do Brasil em missões diplomáticas), interesse ativo e constante pela Academia Brasileira. Nabuco compôs, com Rio Branco e Rui Barbosa – ambos também acadêmicos –, a tríade simbólica das virtudes pátrias na fase de transição entre o Império e a República, porém sua glória imperecível estará sempre na coragem moral com que soube superpor, aos interesses de classe e da família, a solidariedade concreta, atuante e vigorosa com os oprimidos, humilhados e ofendidos.

Mas, naqueles tempos inaugurais de incertezas, de dificuldades financeiras e logísticas, Nabuco estava longe de prever que o destino da Academia Brasileira de Letras fosse um porto seguro. Para ele, “a homens de letras que se prestam a formar uma academia não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa-fé. A questão é se ela bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta, como esta, a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre”.

Em conseqüência, julgava que o empenho para assegurar a continuidade da “cultura da língua e da literatura nacional”, obrigação primordial constante do artigo Iº dos nossos Estatutos, deveria prevalecer sobre o personalismo dos acadêmicos. A meta da entidade recém-criada seria, primordialmente, educativa. Assim, “a uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor. Decerto, deixamos ao talento a liberdade de se apagar. Alguém fez uma bela obra? Admiremos a obra e deixemos o autor viver como toda gente; não o forcemos, querendo que se exceda a si mesmo, a refazer-se uma e mais vezes, a viver da sua reputação, diminuindo-a sempre. Não o condenemos à série, deixemo-lo desaparecer na fileira, depois de ter feito uma brilhante ação como soldado. A altivez do talento pode consistir nisso mesmo, em não diminuir. É a primeira liberdade do artista, deixar de produzir; não, porém, renunciar a produzir; repelir a inspiração, abdicar o talento, deixar a imaginação atrofiar-se. Isso é desinteressar-se das suas próprias criações anteriores, as quais só podem viver por essa cultura literária, que perdeu para ele toda a primazia. Não há, em nosso grêmio, omissão irreparável; a morte encarrega-se de abrir nossa porta com intervalos mais curtos do que o gênio ou o talento toma para produzir qualquer obra de valor.”

Para Joaquim Nabuco, sendo os acadêmicos livres de prosseguir ou suspender sua produção literária, muito mais o seriam, naturalmente, no tocante a uma pretensa unanimidade de opiniões, ou de estilo acadêmico. Eles poderiam, até, mostrar-se unidos, mas necessariamente diversos. E a força da Academia se expressaria nesta aglutinação sem unidade, na união com diversidade. “Já tivemos a Academia dos Felizes; não seremos a dos Incompatíveis, mas na maior parte das coisas não nos entenderemos. Eu confio que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar; essa desinteligência essencial é a condição da nossa utilidade, o que nos preservará da uniformidade acadêmica.” Ele se apressa, contudo, em qualificar e circunscrever os limites de tais divergências: “Para não podermos fazer nenhum mal, basta isso; para fazermos algum bem, é preciso que tenhamos algum objetivo comum.

Não haverá nada comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos [...]. A utilidade desta companhia será, a meu ver, tanto maior quanto for um resultado da aproximação, ou melhor, do encontro, em direção oposta, desses ideais contrários, a trégua de prevenções recíprocas em nome de uma admiração comum, e até, é preciso esperá-lo, de apreço mútuo. Porque [...] qual é o princípio vital literário que precisamos criar por meio desta Academia [...]? É a responsabilidade do escritor, a consciência dos seus deveres para com a sua inteligência, o dever superior da perfeição, o desprezo da reputação pela obra.”

Condição primordial para a concretização desses ideais seria, segundo Nabuco, a independência política. Não alheamento da política, entendida como inserção do acadêmico na vida da *polis* nacional, mas como meta das atividades da Academia. Nesta, dizia ele, “estamos certos de não encontrar a política. Eu sei bem que a política, ou, tomando-a em sua forma a mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras [...]. A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressent, em cada povo, a literatura toda de uma época, mas, para a política pertencer à literatura e entrar na Academia, é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu [...]. Só assim não seríamos um parlamento.”

“A formação da Academia de Letras – concluía o grande brasileiro – é a afirmação de que, literária como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com os seus recursos próprios, só querendo, só aspirando à glória que possa vir de seu gênio.”

A preocupação constante de Joaquim Nabuco pelo presente e o futuro da Academia evidencia-se, claramente, na correspondência com Machado de Assis e outros acadêmicos, estivesse ele no Brasil ou no exterior, em missões diplomáticas que o levaram à Inglaterra, Itália e Estados Unidos. E, renovando-se as academias tanto em vida como através das mortes, era permanente o interesse que demonstrava pela sucessão dos companheiros desaparecidos. Via-se, neste caso,

o secretário-geral freqüentemente sugestionado, ou mesmo orientado, por seu amigo e mestre literário, o presidente da casa.

Assim, ainda do Rio de Janeiro, Nabuco escreveu a Machado em fevereiro de 1899. Nessa carta, já se patenteiam a formação de facções e as manobras eleitorais, inevitáveis em todos os agrupamentos humanos, marcados pelas imperfeições do criado. “Agora queira dizer-me como se vai formando em seu espírito a sucessão do Taunay na Academia... O Loreto disse-me anteontem que na *Revista*, aonde não vou há muito tempo, falava-se em Arinos e Assis Brasil. Eu disse-lhe que minha idéia era o Constâncio Alves. O Taunay era um dos nossos, e se o substituimos por algum ausente, como qualquer daqueles, teríamos dado um golpe no pequeno grupo que se reúne e faz de Academia. Depois, ficaríamos sem recepção. O Arinos talvez viesse fazer o elogio... Eu, pela minha parte, que entre os dois votaria nele, porque o elogio do Taunay pelo Assis Brasil [...] podia ser uma peça forçada; confesso-lhe que não vejo como o Constâncio; mas se V. não pensa que o Constâncio tem a melodia interior, a nota rara, que eu lhe descubro, submeto-me ao mestre. Com o voto do Dória, que me prometeu, e o meu, o Constâncio já tem dois. Se V. viesse, era o triângulo, e poderíamos até falsificar a eleição. Sério!”

No mesmo ano, entretanto, dar-se-ia uma guinada decisiva na vida de Joaquim Nabuco. Ele já recusara a Legação em Londres, que o Governo Provisório lhe havia oferecido tão logo proclamada a República. Sob a presidência de Prudente de Moraes, outra oportunidade não mereceu, de sua parte, melhor acolhida. Em 1899, contudo, o Brasil se aprestava a colocar sob arbitramento a pendência de limites com a Guiana Britânica. O Barão do Rio Branco tratava, então, do litígio com a França sobre a questão do Oiapoque como fronteira com a Guiana Francesa, cujo arbitramento fora entregue ao Conselho Federal Suíço. Ele conduziria a incumbência a bom termo em 1º de dezembro de 1900, como já vencera a disputa do território de Palmas com a Argentina, arbitrada pelo então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, em 6 de fevereiro de 1895. O Presidente Campos Sales convidou Nabuco para defender os interesses nacionais, e o monarquista histórico acedeu enfim, a 5 de

março, em carta ao chanceler Olinto de Magalhães, após haver sugerido, entre outras alternativas, o nome de Rio Branco. “Mas, dada a grande importância que reconheço ter a nova sentença que vamos disputar, e sendo legítima a solicitude de V. Exa., de amparar, do modo que lhe pareça mais seguro, a sorte dos territórios amazônicos em litígio, uma vez que, ouvidas todas as minhas reflexões, V. Exa. continua considerando necessária minha colaboração, eu não posso menos que submeter-me. Para não fazê-lo *prima facie*, eu só poderia valer-me das minhas conhecidas idéias monárquicas. Tratando-se, sem embargo, de uma questão de caráter puramente nacional, como é a reivindicação de território brasileiro contra pretensões estrangeiras, seria até faltar à tradição do passado que há anos procuro recolher e cultivar, que eu invocasse uma dissidência política, sobre a qual o próprio governo republicano teve o nobre desprendimento de elevar-se. Nessas condições, sr. ministro, não me resta senão pôr-me inteiramente às ordens de V. Exa., agradecendo-lhe, assim como ao presidente da República, a confiança que demonstra na minha lealdade para com o país.”

Havia, porém, uma condição. Joaquim Nabuco fora nomeado para cuidar do litígio sobre limites, ficando a Legação em Londres entregue ao ministro plenipotenciário Artur de Sousa Correia, com quem a Inglaterra ainda tentava um acordo direto. Assim, o monarquista por tradição defenderia uma causa nacional, mas sem colocar-se a serviço permanente da República. Mas ele já constatava, por outro lado, as dificuldades de que duas cabeças cuidassem da mesma questão, quando Correia, seu amigo íntimo, faleceu em março de 1900. Nabuco tentou, ainda, a solução complicada de ser acreditado como plenipotenciário em Missão Especial, e a Legação entregue a um encarregado de Negócios, ficando ambas, virtualmente, sob sua direção. Em dezembro, contudo, pressionado pelo Governo e consciente da situação esdrúxula em que se encontrava o posto a ele confiado, aceitou a chefia efetiva da Legação. E foi o último ministro a entregar credenciais à rainha Vitória, idosa e enferma.

Até então, Nabuco viajara pela Europa, e trabalhava onde melhor lhe aprofuisse. Assim, escreveu a Machado de Paris, em dezembro de 1899, sem-

pre manifestando interesse por esta Casa, ao perguntar pela “nossa Academia” e a “nossa *Revista*”. E repreendeu o amigo: “V. não aparece em nenhuma, mas eu se fosse ministro (não há nenhuma irreverência nisto) mandava-o ir a ambas, na expressão legal, debaixo de vara... do pálio.” Acrescentou ainda haver-lhe Magalhães de Azeredo escrito “propondo um modo original de termos casa para a Academia, que era contribuir os acadêmicos com uma mensalidade para o aluguel. Respondi-lhe que V. advogava de preferência o *jeton de présence*, que seguramente é menos *bourgeois* que o recibo do tesoureiro, e que nos pressupõe uma instituição de Estado.”

Seis meses depois, a carta do secretário-geral ao presidente da Academia seria bem mais severa. Ao escrever de Pouges, em junho de 1900, Nabuco exortava Machado: “Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós então? Foi para isso, para morrermos, que o Lúcio e V. nos convidaram? Não, meu caro, reunamo-nos (não conte por ora comigo, esperemos pelo telefone sem fios) para conjurar o agoiro, é muito melhor. Trabalhem todos vivos.”

A 8 de dezembro de 1900, o Presidente Campos Sales sancionara a Lei nº 726, de iniciativa do deputado baiano Eduardo Ramos, autorizando o governo a instalar, de forma permanente, a Academia Brasileira de Letras, “para cultura e desenvolvimento da literatura nacional”. Assim, Nabuco, já instalado em Londres, podia escrever a Machado em 28 de janeiro de 1901: “Dê-me notícias da nossa Academia. Felicito-o por ter conseguido a casa. V. lembre-se da minha proposta que as 40 cadeiras tivessem insculpidos os nomes dos primeiros acadêmicos, que foram todos póstumos. Os chins enobrecem os antepassados, nós fizemos mais, porque os criamos...”

A Academia realizou uma sessão solene no dia 2 de junho, quando da inauguração da herma de Gonçalves Dias no Passeio Público. Naquele ensejo, Medeiros e Albuquerque referiu-se à Secretaria Geral, que assumira em lugar de Joaquim Nabuco, de cuja permanência em Londres não se podia prever o

fim. “A substituição interina do nosso ilustre secretário-geral pôs-me na contingência de ocupar a atenção desta assembléia, lendo o relatório do movimento da Academia. Nunca a substituição me foi mais penosa. Não porque me doa o amor-próprio ferido, sentindo que todos hão de estar a evocar a bela figura eloqüente de Joaquim Nabuco e a fazer uma comparação, que só pode ser esmagadora. O amor-próprio desaparece neste momento. O que há apenas é, ao contrário, que eu reclamo para mim ser, nesta assembléia, quem mais sente a desproporção entre o substituído e o substituto, e, por um desdobramento cerebral, enquanto profiro estas palavras mal alinhadas, lembro o que seria aqui a voz eloqüente do dominador das multidões, que tanto soube outrora arrastar um povo inteiro à conquista da redenção para uma raça oprimida, como saberia, hoje, tornar-se persuasiva para nos falar da arte e do belo.”

Em novembro do mesmo ano, Joaquim Nabuco escreve a Machado de Assis defendendo o voto dos ausentes, ainda polêmico, e se precata contra possíveis fraudes: “Como vai a nossa Academia? Eu realmente penso que aos ausentes devia ser dado o direito de voto. Era mais honroso para os eleitos reunir o maior número possível de votos. VV. estatuiriam o modo de enviar a nossa chapa, ou de poder alguém da Academia votar pelos ausentes. Não haveria perigo de ata falsa nem de fósforos. O procurador ao votar, por exemplo, por mim, declararia que eu lhe escrevera (mostrando o documento) para votar por mim, nessa eleição, no candidato F. Talvez o voto dos ausentes devesse ser aberto e declarado. Quem são os candidatos às duas cadeiras?”

Uma semana depois, ele volta a interpelar Machado: “O Arinos escreveu-me que é candidato, e que os ausentes votam. Desde quando? Como? Quem são os seus candidatos? Muitas lembranças a todos que em nossas letras se acolhem do seu lado e professam o lema: ‘Um só rebanho, um só pastor’.”

No mês seguinte, nova carta ao presidente, consequência da anterior: “Aí vai o meu voto. Dou-o ao Afonso Arinos por diversos motivos, sendo um deles ser a voga do Eduardo Prado. (*Arinos era casado com Antonieta, sobrinha de Eduardo Prado, filha do Conselheiro Antônio Prado e irmã de Paulo Prado.*) Para a cadeira do

Francisco de Castro, eu votaria com prazer no Assis Brasil. Por que não se reuniram as eleições num só dia?”

Na mesma data, Nabuco informaria Rodrigo Octavio: “Recebi a circular e respondo mandando ao Machado a minha cédula. Infelizmente não podemos acompanhar o movimento e a cabala literária, que é a parte mais interessante das eleições acadêmicas. O nosso voto vai como que petrificado, e não pode acompanhar as flutuações do escrutínio. [...] Para a vaga de Eduardo Prado, eu não podia votar senão no Arinos, que nos dará dele um belo retrato, de que precisamos muito.”

Em seguida, expõe opinião, que foi sempre a sua, favorável a que, tal como a Francesa, a Academia Brasileira não se destinasse apenas a escritores, mas também abrigasse expoentes de outros quadrantes da vida nacional: “V. sabe que eu penso dever a Academia ter uma esfera mais lata do que a literatura exclusivamente literária, para ter maior influência. Nós precisamos de um certo número de *grands seigneurs* de todos os partidos. Não devem ser muitos, mas alguns devemos ter, mesmo porque isso populariza as letras.”

A carta seguinte, de janeiro de 1902, responde a sugestão feita por Machado de que Nabuco recebesse Afonso Arinos na Academia, missão que caberia, afinal, a Olavo Bilac, amigo fraterno do escritor mineiro: “Estou às suas ordens para escrever a resposta ao discurso do Arinos, com algumas condições, porém. A primeira é que V. me dará tempo. A segunda que o Arinos me mandará o que o Eduardo escreveu; tenho tudo isso nos meus papéis e caixões, mas fora de mão. [...] A terceira é que o discurso do Arinos me seja remetido. Isso é óbvio, mas que depois dele corra o meu prazo, pelo menos de três meses. Aceitando V. e ele tudo isso, está tomado o compromisso. Para mim, trabalhos desses são uma distração necessária dos meus estudos da questão. No caso de ser o Assis Brasil candidato agora na vaga do Francisco de Castro, vote por mim nele. Esta é a minha cédula. Se for preciso, corte o nome acima, que vai por minha mão, e meta o retalho no envelope.” E não esconde a nostalgia da ausência: “Quanta saudade me faz tudo isso! Não tenho outro desejo senão acabar o mais cedo possível a minha tarefa e recolher-me à Academia.”

Havia quase quatro anos que Nabuco se ocupava e preocupava-se com a delicada questão de fronteiras cuja defesa lhe fora confiada. Assim, a carta que dirigiu a Machado, de Pau, em fevereiro de 1903, cuida sobretudo das memórias que ia construindo, monumentos de erudição histórica, geográfica e cartográfica, de embasamento jurídico, solidez documental e lógica expositiva. “Proximamente os exemplares da minha primeira *Memória* serão expedidos para o Ministério do Exterior. Irão primeiro os exemplares em francês, e mais tarde os exemplares em português. Desejo que V. tenha um destes; a coleção dos documentos, cinco volumes, segue com os exemplares da *Memória* em francês [...]. Além disso, há um atlas. São, ao todo, oito volumes, formando, porém, duplicata, por causa da tradução. Veja se o Rio Branco o inscreve na lista para a *Memória* em português, da qual lhe mandarei 200 exemplares. [...] Eu mesmo ainda não escrevi ao Rio Branco sobre essas remessas, de maneira que lhe dou a primeira notícia. Sei que V. gosta delas. Inscreva-se, portanto, para a *Memória* em português. Deixe a *Memória* em francês e os documentos ser distribuídos à vontade da Chancelaria.” E, referindo-se ao barão, manifesta apreço pelo grande ministro, ao admirar-lhe a atuação. “Suponho que V. está em excelentes relações com o nosso homem. As notícias do Acre estão chegando boas, e vejo que ele, além de chanceler, se fez comandante-em-chefe.”

Em agosto, de Challes, Nabuco voltaria ao assunto, embora “muito cansado. Desta vez, em 6 meses darei 6 vols. para juntar aos 8 da primeira *Memória*. Fico, assim, em 14. Em dezembro darei mais 2, 16. É um *record*, uma biblioteca de *in folio* em um ano. A *Memória* já está aí na Secretaria. Os meus amigos e os que se interessam pelo assunto devem recorrer ao Rio Branco”.

Mas não olvidava a Academia, encontrando tempo para interessar-se pelas eleições que nela transcorriam. “Meu voto é pelo Jaceguai, caso ele se tenha apresentado. Se o Quintino se apresentar, será do Quintino, pela razão que dou na carta inclusa quanto aos da velha geração. Não creio que o Jaceguai se apresente contra o Quintino. Nesse caso V. explicaria a este o meu compromisso; a minha idéia sobre a representação da Marinha, que mesmo a ele não deve ceder o passo; a minha animação ao Mota (*Artur Silveira da Mota, Barão de*

Jaceguai) dizendo-lhe que, desde a fundação, eu pensei que homens como ele, Lafayette, Ferreira Viana, Ramiz Galvão, Capistrano e os outros que V. sabe deviam ser dos que têm a honra de ser presididos por Machado de Assis. [...] No caso de não haver candidatura Quintino, nem Jaceguai, o meu voto será pelo Euclides da Cunha, a quem peço que então V. faça chegar a carta inclusa. Se o Jaceguai nos freqüenta ainda, mostre-lhe o que digo dele nessa carta ao Euclides.”

Enquanto isso, disputava-se a questão do Pirara, para definir os limites entre o Brasil e a então Guiana Britânica. Em sua memória sobre *O direito do Brasil*, Joaquim Nabuco demonstrou claramente a posse e o domínio brasileiros sobre os rios Amazonas, Negro e Branco. A área em litígio era parte da bacia do rio Branco. O Tratado de Arbitramento, firmado entre o Brasil e a Inglaterra a 6 de novembro de 1901, a delimitara. Nesta zona, o Rupununi, principal afluente do Essequibo, hoje corre por inteiro em território da Guiana, embora os primeiros exploradores ingleses não o atravessassem sem autorização portuguesa. O Tacutu define, agora, a fronteira do Brasil com a Guiana. O rio Branco nasce da sua confluência com o Uraricoera, e vem a constituir, com o Negro e o Amazonas, nosso principal sistema fluvial. Um dos seus tributários traz ao Tacutu as águas do rio Pirara, chave do vale do Amazonas, e única via de comunicação entre as bacias amazônica e do Essequibo.

No Congresso de Utrecht, em 1713-14, o representante britânico, *lord* Bolingbroke, já dizia, a propósito do Amazonas, que “nem os franceses, nem os ingleses, nem qualquer outra nação (exceto Portugal e Espanha) deve ter uma entrada aberta para esse país”. A ocupação do grande rio pelos portugueses se estendera, desde o século XVII, para além da confluência do rio Negro, de que o Branco é afluente. A posse dos três cursos d’água por parte de Portugal, e, depois, do Brasil, nunca fora disputada até 1838, quando o explorador Schomburgk, alemão naturalizado inglês, viajou para a região, enviado pela Royal Geographical Society. Em suas primeiras memórias, ele chegara a reconhecer os limites reivindicados pelo Brasil, ao referir-se ao Rupununi como “linha de fronteira da Guiana Britânica”. Assim, Nabuco podia afirmar, na



A Legação Brasileira em Londres, em março de 1901, vendo-se da esquerda para a direita: Graça Aranha, Silvino Gurgel do Amaral, Joaquim Nabuco, Domício da Gama e Oliveira Lima. Fotografia (23,4 x 28,3) reproduzida em *Iconografia de Joaquim Nabuco*, da Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1995.

memória final entregue, em Roma, a 25 de fevereiro de 1904: “O Brasil sustenta que a Inglaterra não tem nenhum direito de atravessar o Rupununi e estabelecer-se na bacia do Amazonas.”

O fatal equívoco brasileiro foi ter aceito, como árbitro, o rei da Itália. Pois, se a argumentação histórica e jurídica de Joaquim Nabuco não podia ser contestada, outras, bem diversas, eram as motivações do monarca, baseadas em interesses a barganhar com a Inglaterra na África e no Mediterrâneo. Incorreto de caráter, Vítor Manuel III – que se dobraria pusilânime, por duas décadas, a

todas as exigências, vontades e caprichos do ditador Benito Mussolini, para atraí-lo tão logo o viu decaído do poder de outrora – não hesitou em exorbitar das atribuições a ele conferidas pelo Tratado de Arbitramento, que o levariam a resolver juridicamente a pendência. Declarando-se impossibilitado de fazê-lo, dividiu o território entre os estados litigantes, quando a própria Inglaterra já havia oferecido ao Brasil, que a declinara por injusta, solução mais favorável para nós.

De fato, um alto funcionário do Foreign Office apresentou a Nabuco, verbalmente, em agosto de 1900, uma linha divisória que não atribuía a qualquer dos contendores supremacia sobre o rio Pirara, o qual passaria a servir de fronteira. Fronteira esta quase toda fluvial, terminando no Rupununi. Mas Joaquim Nabuco, cômico dos nossos direitos sobre toda a extensão do território contestado, descartou a proposta, que nos deixava com 22.930 quilômetros quadrados, restando à Inglaterra 10.270. Porém, como o Brasil a rejeitara, a Inglaterra retirou-a, sem apresentá-la oficialmente. E Nabuco, com escrúpulo talvez excessivo, não a levou ao conhecimento do árbitro. O rei acabou por conferir 13.570 quilômetros quadrados ao Brasil, e 19.630 aos britânicos. Em benefício destes últimos sobretudo, conforme palavras do representante brasileiro à esposa, Vítor Manuel abriu “o rombo através do qual a Inglaterra penetrou na bacia do Amazonas, depois de ter impedido a França de fazê-lo”.

O diplomata e acadêmico Carlos Magalhães de Azeredo servia, então, em Roma, na Legação junto ao Vaticano, e seguia os trâmites da questão, embora sem dela participar. Eis o testemunho que deixou em seu *Diário*, ainda inédito, quando se conheceu o laudo arbitral, datado de 6 de junho de 1904: “Foi dada esta manhã a sentença, e é-nos contrária. Quero dizer, recebemos do território contestado, não só muito menos do que pedimos, mas um pouco menos até do que a própria Inglaterra nos oferecia confidencialmente para trancar a questão; ora, todos sabem que a Inglaterra não costuma oferecer senão aquilo que sabe muito bem não ser seu... Quanto à sentença em si própria, dizem os meus amigos da Missão que é um monstro jurídico, contraditório, e não arbitral mas arbitrária, e que, se o tratado feito com a Inglaterra não nos obrigasse a acei-

tá-la incondicionalmente, poderíamos protestar, e impugnar-lhe os fundamentos. Eles conhecem a questão, estudaram-na cinco anos, e entre nós, brasileiros, não têm por que dissimular a verdade; se, de fato, a razão não estivesse da nossa parte, longe de ser uma agravante isso para a nossa contrariedade, seria um consolo. Eu conheço o assunto apenas vagamente, mas não é preciso ser forte nele para reconhecer que o laudo de Vítor Manuel III está longe de ser uma produção brilhante; em resumo, ele declara que depois de ler as memórias e os documentos apresentados por ambas as partes (uns 25 volumes!) continua a ignorar a quem aquele território pertence; e que, não podendo dividi-lo ao meio (!), adota uma linha geográfica que lhe parece a mais eqüitativa e natural para resolver a questão. Verdadeiramente, parece que o jovem monarca, ao menos por vaidade, poderia mostrar um pouco mais de talento. Se ele não sabia a quem pertencia o território, devia, antes de pronunciar o seu extravagante laudo, chamar a Inglaterra e o Brasil para ver se obtinha um acordo. Pedia-se-lhe uma sentença jurídica, não uma sentença de Salomão; ele excedeu as suas atribuições. Além disso, pela primeira vez é invocado, em um laudo arbitral, um argumento extremamente perigoso, sobretudo para os países fracos; e é que a intenção de exercer a soberania não basta para contar a mesma soberania como incontestável, mas que é preciso a ocupação efetiva do território; [...] a verdade é, porém, que as nações fortes não provam essas cousas por argumentos jurídicos mas pela autoridade das armas; de modo que só às débeis a inovação pode fazer mal. Que a sentença do rei seja especialmente política, isto é, que se tenha inspirado em motivos de interesse inteiramente estranhos aos elementos históricos e jurídicos da questão, não posso pô-lo em dúvida. Vítor Manuel III é árbitro, também, em outra questão semelhante, entre a Inglaterra e Portugal; dizem que, desejando ele favorecer o rei Dom Carlos, que é seu primo-irmão, e não podendo declarar-se duas vezes contra a Inglaterra, favoreceu-a agora, sacrificando o Brasil. Será assim? Não sei. Mas, seja como for, o laudo é sinceramente considerado injusto por pessoas esclarecidas, que estudaram cabalmente o assunto. [...] Essa consequência de desmoralizar o princípio em si é o que mais me preocupa diante do laudo do rei; a decisão deste tem, no mais,

uma importância secundária. Perder uma questão desta ordem não representa para um governo desastre nenhum, derrota nenhuma; quando se recorre ao arbitramento, admite-se a dúvida sobre os próprios direitos, e deve-se admitir, portanto, a possibilidade de os ver anulados; de resto, o Brasil é grande demais para sentir, agora, a perda de uns tantos mil quilômetros quadrados completamente desertos, e parece que a situação garantida pelo laudo aos ingleses não oferece estrategicamente perigo algum para nós; não será pelas cascatas do Tacutu que eles penetrarão no Amazonas...” Azeredo prosseguiu, pouco depois: “Chegam continuamente telegramas do Brasil para Nabuco; o povo brasileiro tem-se portado admiravelmente nessa ocasião [...]. Não só o Governo, mas o Congresso, a imprensa inteira, inúmeras corporações de toda a espécie, enfim, todos os órgãos da opinião pública porfiam em louvar e exaltar o nosso eminente compatriota. O povo brasileiro foi sempre magnânimo, e, portanto, era natural que, mais cedo ou mais tarde, reconhecesse os serviços extraordinários do Nabuco, independentes do seu resultado [...]. O Nabuco se comove com todas essas manifestações de afeto, mas está sempre triste, e eu entendo isso. Afinal, como quer que seja, não é o triunfo que ele esperava, e a que se sentia com direito. O seu trabalho de cinco anos foi hercúleo, e ele não pode reconhecer, sem pesar, que foi inútil, acrescentando a melancolia humana e filosófica de ver que, com ele, a causa da razão foi vencida. Na sua idade (*Joaquim Nabuco tinha, então, 54 anos*), essa Missão Especial é, talvez (Deus queira que não), o último grande ato da vida pública, que conheceu tantas vitórias, e não representa uma vitória... Eu, de resto, nas minhas conversas de todos os dias com ele, tenho combatido energicamente essa impressão dolorosa, mostrando-lhe que ela é, como de fato eu a considero, fruto da preponderância exagerada e usurpadora do momento atual, no seu espírito, sobre o conjunto harmônico da sua vida. Esta questão de limites é transitória e secundária, mesmo na história pessoal do Nabuco; ele é e será sempre, na alma e na memória da pátria, o apóstolo triunfante do abolicionismo; essa é a sua grandeza imortal, que ninguém lhe pode tirar, essa é a soberania moral que faz dele, não só um dos mais gloriosos filhos do Brasil, mas um dos mais belos e puros tipos da humanidade no século XIX.”

Da Academia, não podia faltar, nem demorou, vinda em junho, a palavra confortadora de Machado de Assis: “Aqui esperávamos, desde muito, a solução do árbitro. Conhecíamos a capacidade e a força do nosso advogado, a sua tenacidade e grande cultura, o amor certo e provado a este país. Tudo isso foi agora empregado, e o trabalho, que vale por si, como a glória de o haver feito e perfeito, não perdeu nem perde uma linha do que lhe custou e enobrecerá a todos. Esta foi a manifestação da imprensa e dos homens, políticos e outros.”

Sob pressão das circunstâncias e afazeres, só em outubro Nabuco responderia, sensibilizado com as palavras do amigo, e já, em parte, apaziguado quanto ao desfecho da pendência: “Há tempos, recebi a sua boa carta sobre a sentença, carta verdadeiramente primorosa, e uma das que mais vezes hei de reler, quando tiver tempo para voltar ao passado e viver a vida das recordações. [...] Não estou certo de que não teríamos perdido tudo sem o esforço que fiz para coligir e deduzir a nossa prova, e, por isso, me vou desvanecendo de ter reivindicado a melhor parte, para nós, da divisão feita pelo árbitro. Não foi uma partida vencida, foi uma partida empatada, e isto, quando o outro jogador era a Inglaterra, é, por certo, meia vitória.”

Anos depois, Rui Barbosa escreveria a Joaquim Nabuco: “Ultimamente, [...] fui levado a abrir as tuas *Memórias* sobre a questão da Guiana, [...] ferrei-me a elas e as li todas. Tal a magia da superioridade com que as redigiste. Acabei [...] cheio de admiração. As qualidades que ali desenvolveste, de crítica, de argumentação, de lógica, de bom senso, de clareza, de tino e de amenidade, elegância, brilho, com um fôlego de encher todos aqueles volumes, sem fastio ou vulgaridade, em matéria tão seca, tediosa e longa, fazem desse trabalho teu porventura a mais notável expressão do teu talento. [...] Conviria [...] atrair a distraída curiosidade e chamar a atenção dos estudiosos a esse episódio pouco animador nas iniquidades da justiça internacional.” Após a morte de Nabuco, a viúva testemunharia que esta carta constituía a última grande alegria da sua vida.

Em 1932, Afonso Arinos visitou, na Suíça, Guglielmo Ferrero, por recomendação de Magalhães de Azeredo, velho amigo de ambos. Ferrero, que ali se refugiava da perseguição política de Mussolini, foi membro correspondente

desta Academia, onde fizera uma série de conferências em 1907. Num ensaio sobre *A diplomacia americana e o Brasil nos últimos 75 anos*, Arinos conta que, “na minha juventude, [...] em Genebra, tive a honra de freqüentar a casa do ilustre professor italiano Guglielmo Ferrero, então exilado na Suíça. E de Ferrero ouvi que os estudos feitos pelos técnicos italianos reconheciam o direito do Brasil, mas que o rei mandara alterar as conclusões do laudo, para consentir em assiná-lo”. Confirmava-se, assim, a colusão de interesses entre as monarquias britânica e italiana, em detrimento do Brasil.

A resposta de Nabuco a Machado mostrou, por outro lado, sensível melhora no estado de espírito do nosso ilustre representante injustiçado, que nela já se entretinha com o próximo pleito na Academia: “E a nova eleição? Não falo da eleição do futuro presidente (*da República*), da qual parece já se estar tratando aí, mas da eleição do novo acadêmico. O Bandeira escreveu-me e eu teria prazer em dar-lhe o meu voto, mas o meu voto é seu, V. aí é quem vota por mim. Eu pensei que o Jaceguai desta vez se apresentaria. Ele, porém, achou mais fácil passar Humaitá do que as baterias encobertas do nosso reduto. Quais são essas baterias? A do Garnier lhe daria uma salva de... quantos tiros? Onde estão as outras? Eu nada sei, mas se ele for candidato, meu voto é dele, pela razão que fui eu quem lhe sugeri o ano passado a idéia. V. terá uma carta minha dizendo que ele não se apresentaria contra o Quintino. Não sei por que o Quintino não foi membro fundador. [...] Se entretanto ele se apresentar, julgo melhor esperar outra vaga para a combinação e eleger dois ao mesmo tempo. Eu acho bom dilatar sempre o prazo das eleições, porque, no intervalo, ou morre algum dos candidatos mais difíceis de preterir, ou há outra vaga. A minha teoria já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do país. A Academia formou-se de homens na maior parte novos, é preciso, agora, graduar o acesso. Os novos podem esperar, ganham em esperar, entrarão, depois, por aclamação, em vez de entrarem agora por simpatias pessoais, ou por serem de alguma *côterie*. A Marinha não está representada no nosso grêmio, nem o Exército, nem o clero, nem as artes, é preciso introduzir as notabilidades dessas vocações que também cultivem as letras. E as grandes individualidades também. [...] Com o Jaceguai entrava a glória para

a Academia. É verdade que ele nenhuma afinidade tinha com o Martins Júnior, mas a cadeira ainda está vaga — é a cadeira de Taunay, e patrono Otaviano, e desses dois o Jaceguai seria o substituto indicado por eles mesmos. Nas minhas cartas, V. achará o compromisso que tomei para a eleição do Assis Brasil. Não sei se este será candidato. Não o será sem o seu concurso, V., então, decida por mim, sem prejuízo do Jaceguai. Em uma palavra, V. é o guarda da minha consciência literária, ausente do prélio como me acho.”

Mas, antes de terminar, Nabuco não contém um último suspiro de inconformidade contra a baixaza de que ele e o Brasil foram vítimas por parte do rei da Itália: “V. compreenderá agora por que tardei tanto em responder-lhe, era-me preciso escrever uma nova *Memória*, e tenho horror, hoje, às *Memórias*.”

Em abril de 1905, Nabuco enviou, de Londres, a Graça Aranha, para ser ofertado a Machado de Assis em sessão acadêmica, um ramo do carvalho sob cuja fronde se assentava o Tasso, por ele colhido em Roma, e hoje preservado entre as relíquias desta Academia.

A luta que mantivera contra as pretensões descabidas da Inglaterra abalou bastante, por outro lado, a devoção sempre mostrada por Joaquim Nabuco à cultura inglesa e às instituições britânicas. É de se notar, ademais, que sua admiração pelos Estados Unidos vinha de longe. Rio Branco, convidado para o Itamarati por Rodrigues Alves, chegara a sugerir, em seu lugar, a indicação de Nabuco ao presidente-eleito, mas este insistiu em nomear o barão. Quando o grande chanceler o informou de que aceitara o cargo, Nabuco respondeu-lhe, em setembro de 1902: “Como lhe disse, sou um forte monroísta, e, por isso, grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois anos, V. deveria, talvez, em fazer-me seu colaborador naquela política.” Foi, assim, com prazer, em janeiro de 1905, nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves para a primeira Embaixada que o Brasil abria no mundo, em Washington, mantendo-se as demais chefias de missão em nível de legação.

Das Montanhas Brancas, onde Nabuco descansava, veio sua primeira carta dos Estados Unidos para Machado de Assis, em julho. Sempre atento às elei-

ções acadêmicas, graceja com as hesitações de Jaceguai, e condena a formação de grupelhos internos na Academia: “O meu voto para a vaga do Patrocínio é para o Jaceguai. Acho que ele deve apresentar-se. Não compreendo que ele, que não teve medo de passar Humaitá, o tenha de atravessar a praia da Lapa (*rumo ao prédio do Silogeu, onde então se alojava a Academia, no local em que hoje se encontra o Instituto Histórico*). Se ele não for candidato e o Artur Orlando o for, votarei neste. Seria lastimável se as candidaturas as mais brilhantes que em nosso país possam surgir, como essas, recuarem diante de qualquer suspeita de haver na Academia grupos formados, e fechados. Devemos torná-la nacional.”

No mês de outubro, o embaixador informaria Magalhães de Azeredo, em Roma, que mandara, “pelo telégrafo, o [...] voto em favor do Mário de Alencar. Pago assim a minha dívida, ou antes, expio a minha falta para com o pai”, José de Alencar, cuja obra Nabuco criticara severamente na mocidade.

Em 1906, Joaquim Nabuco presidiria, no Rio de Janeiro, a 3ª Conferência Pan-Americana, à qual conseguiu trazer o secretário de Estado Elihu Root. Era a primeira vez em que um chefe da diplomacia americana se deslocava dos Estados Unidos. A pedido de Nabuco, Rio Branco obtivera do Presidente Rodrigues Alves dar o nome de Palácio Monroe ao pavilhão onde se efetuava a Conferência. De regresso ao seu posto diplomático, o nosso embaixador em Washington, sem o saber, despedia-se para sempre do Brasil.

Datada de março de 1907, nova carta de Nabuco a Machado, vinda da capital americana, mantinha a preferência pelos mesmos candidatos anteriores às eleições acadêmicas: “O meu voto é pelo Dr. Artur Orlando, se ele for o único candidato, e, tendo competidores, ainda é dele, exceto se os competidores forem o Assis Brasil e o Jaceguai, que têm compromisso meu anterior em cartas escritas a V. mesmo. Não me deixe o Dr. Orlando naufragar sem uma combinação que lhe garanta a eleição para a futura vaga. Um homem como ele pode ser vencido numa eleição acadêmica, não pode, porém, ser derrotado sem pesar para os eleitores. A nossa balança é de pesar ouro somente. Ele mesmo, estou certo, não se aborreceria de ser segunda escolha em competição com o Dr. Assis Brasil, que já teve uma (ou duas?) *non réussites*. Eu desejava-lhe, entretanto,

uma vaga que lhe permitisse falar de Pernambuco largamente, mas teria que escolher entre mim e o Oliveira Lima, e nenhum dos dois ele podia preferir ao outro. Em todo caso, alguém mais da filosofia que o Dória. Mas é odioso esperar vagas determinadas.”

Em 27 de maio, Nabuco reiterava: “Como, para a vaga do Barão de Loreto, só concorreu o Dr. Artur Orlando, o meu voto, prometido a ele sob condição de não ser o Jaceguai nem o Assis Brasil candidato, é dele *ipso facto*. Sob a mesma condição, dou o meu voto na eleição para a vaga do Dr. Teixeira de Melo ao Paulo Barreto. Concorrendo ou o Jaceguai ou o Assis Brasil, o meu voto será do que concorrer. Concorrendo os dois, do Jaceguai. Terei sido quem o animou a apresentar-se, e tenho sempre sustentado que a Marinha falta na nossa Academia (assim como o Exército [...]), por isso votarei no Jaceguai, por mais que me custe não poder dar também o meu voto ao meu colega Assis Brasil. Queira V. votar por mim de acordo com estas instruções.”

No ano seguinte, em fevereiro, Nabuco explicaria a Machado o alcance dos sentimentos que o inclinavam a favor dos Estados Unidos na política internacional: “Muito prazer tive com a simpatia mútua entre o nosso povo e os americanos. A Haia ia-nos fazendo perder de vista a nossa única política possível. Eu, em diplomacia, nunca perdi um só dia o sentido da proporção e o da realidade. É que um indivíduo pode sempre fugir à desonra e ao cativeiro, mas as nações não se podem matar como ele. Alguns milhares morrerão em combate, mas a totalidade passa sob o jugo. As maiores nações procuram, hoje, garantir-se por meio de alianças; como podem as nações indefesas contar somente consigo? E, desde que o nosso único apoio possível é este, por que não fazermos tudo para que ele não nos venha a faltar? Essa é a minha intuição, e tive, por isso, o maior prazer com esse renascimento da simpatia entre as duas nações por ocasião da visita da esquadra americana.”

Esta não fora sempre, todavia, sua visão dos Estados Unidos. Em fevereiro de 1899, escrevendo, do Rio, a Carlos Magalhães de Azeredo, Nabuco dizia-lhe estar entre os “convencidos de que a nossa decadência nacional começou; que entramos na órbita americana, como Cuba ou as Filipinas, o México ou a

Nicarágua; que nossa evolução far-se-á no mesmo sentido que a dos outros satélites de Washington”.

Mas numa carta a Machado de Assis, enviada em junho de 1907, Joaquim Nabuco já reconhecia que a saúde começava a faltar-lhe (ele faleceria cerca de um ano e meio mais tarde, no princípio de 1910, aos 60 anos; e Machado, em setembro de 1908, aos 69): “Mando-lhe duas coleções dos discursos que andei ultimamente proferindo, uma para a nossa Academia. V. verá, com prazer, que me tornei um propagandista, aqui, dos *Lusiadas*. [...] Vou receber, este ano, o grau de doutor em Letras por Yale, e a Universidade de Chicago convidou-me para pronunciar o discurso oficial no encerramento do ano letivo, ou no dia da colação dos graus, o que é uma grande honra. V. vê que estou fazendo render, aqui, as poucas forças que me restam. Também comprometi-me a pronunciar, para o ano, o discurso oficial em um dos grandes dias da Universidade de Wisconsin, e já me anunciaram o convite de outra universidade. Estou muito contente, pelo Brasil, com todas essas honras, que são principalmente feitas ao país.”

A derradeira mensagem de Joaquim Nabuco ao presidente da Academia, enviada de Hamilton, Massachusetts, a 3 de setembro de 1908 (vinte e seis dias antes da morte de Machado), dava conta de sua impressão sobre o *Memorial de Aires*, último romance do amigo, que acabara de enviar-lhe: “Quanto ao seu livro, li-o letra por letra, com verdadeira delícia, por ser mais um retrato de V. mesmo, dos seus gostos, da sua maneira de tomar a vida e de considerar tudo. É um livro que dá saudade de V., mas também que a mata. E que frescura de espírito!”

Na véspera da morte de Machado de Assis, Nabuco escrevera, em 28 de setembro de 1908, a Graça Aranha: “O estado do Machado causa-me verdadeira consternação. Como passaremos sem ele? [...] Deus lhe dê um declínio curto e um fim suave, se ele começou a entrar na decadência. Mas também a quanta ternura, a quanto carinho de nossa parte essa não obriga!”

Três dias depois, em carta ao cunhado, Hilário de Gouveia, ele reconhecia que “a morte do Machado de Assis empobreceu-nos muito. Não temos outro espírito como aquele. Perco também um amigo. [...] Mas, no estado de isola-

mento em que se achava, e com aquela doença, foi uma bondade de Deus levá-lo, deixá-lo descansar”.

No mês seguinte, Nabuco enviou a Magalhães de Azeredo “o nosso abraço de pêsames um ao outro pela perda do nosso querido Machado de Assis. Que afeição paternal ele lhe tinha! Eu sou muito contrário a estátuas. Estão-se tornando de uma banalidade [...] revoltante, como os nossos antigos títulos. A verdadeira veneração se provaria pela compra da casa onde ele viveu tantos anos. Mas era preciso que ele fosse outra coisa, e não um simples poeta, para se poder levantar dinheiro para tanto. Assim é a vida. A verdadeira glória é pobre”.

Em setembro de 1909, Joaquim Nabuco se queixava da saúde a Azeredo: “Há meses não estou bem. Cheguei fático e exausto ao cimo da vida. Eu não fui feito para velho, e estou envelhecendo, não por minha conta, mas por conta dos que me querem o mais tempo possível neste mundo, por mais diferente que eu vá ficando de mim mesmo. É uma combinação de doenças que me cerca por todos os lados, um verdadeiro círculo vicioso. Ontem o médico veio despedir-se, e disse-me que eu estava outro, muito melhor do que cheguei. É preciso acreditá-lo, mas, por mim mesmo, eu não o afirmaria.”

Foi, entretanto, em missiva anterior a Machado, escrita em agosto de 1908, que Nabuco anteviu o próprio fim: “Muito lhe agradeço suas boas palavras sobre minhas conferências de Yale. A 28 de agosto, devo estar em Chicago, já lhe disse. Aqui, levo uma vida de peregrino, de universidade em universidade. Mas que saudades da nossa Academia e da *Revista*, de que ela nasceu! É uma grande privação viver longe dos amigos, em terra estranha, como estrangeiro. Sobretudo acabar assim. Mas espero voltar ainda antes da noite.”

Joaquim Nabuco não regressaria ao Brasil antes da noite. A “indesejada das gentes” o levou em 17 de janeiro de 1910. Ele pudera, contudo, visualizar à distância, plenamente realizados, o fulgor da própria mocidade, o brilho da madurez, o exemplo que sua vida gloriosa daria, sempre, aos jovens brasileiros. Contemplava-os desde a velhice, ao mesmo tempo precoce e olímpica. Mas, como lembrou André Gide, o fato de ser vista do poente não torna a aurora menos bela.

Machado de Assis e a Academia

DOMÍCIO PROENÇA FILHO

O tema é complexo. O traçado da biografia do autor, já levado a termo por muitos, é marcado por discordâncias. Longa a história desta centenária Instituição de que foi o primeiro presidente. Tratar de um e de outra, sobretudo diante dela mesma e dos que hoje dão continuidade ao projeto dos fundadores, conhecedores em profundidade da história da Casa e da vida do consolidador, é um desafio e uma temeridade. Corro o risco de sensacionalizar o óbvio. Sobretudo diante dos conferencistas que me antecederam no presente seminário, os acadêmicos Alberto Venancio, Cícero Sandroni e Affonso Arinos de Mello Franco. Mais ainda diante do precioso ensaio do acadêmico Graça Aranha, no volume da Coleção Afrânio Peixoto, dedicado à correspondência mantida entre Machado e Joaquim Nabuco, com sua terceira edição em boa hora publicada por esta Academia. Muito mais, se consideramos o percucientíssimo livro de Mestre Josué Montello, machadiano maior. Tais textos podem levar a minha fala ao território da reiteração ou da redun-

Conferência proferida na ABL, em 30/3/2004, encerrando o ciclo *Origens da Academia*.

dância. Arrisco-me por entender que todo texto é diálogo. Com muito mais razão o texto crítico. E porque é sempre oportuno voltar a aspectos pouco claros na imagem historicizada do escritor.

Para tratar de Machado de Assis e da Academia, nos termos que me foram propostos, buscarei apenas, nos limites da presente situação de fala, selecionar alguns traços do seu perfil. Como ser humano, como funcionário, como acadêmico. Destacada a sua vinculação com a Casa. Situados ambos no contexto sociocultural da época. Seleção implica necessariamente omissões. Procurarei que não sejam significativas. As tintas e a linha do desenho me foram fornecidas, entre muitos, por Josué Montello, Luís Viana Filho, Raymundo Magalhães Jr., Jean-Michel Massa e Lúcia Miguel-Pereira, biógrafos do escritor; pelos machadólogos Valentim Facioli e Alfredo Bosi, além dos textos da sua correspondência ativa e passiva e das atas das sessões da Academia realizadas entre 1897, data de sua instalação, e 1908, ano da morte do seu primeiro presidente.

Seja-me permitido recordar, para efeito de contextualização, alguns fatos de relevância sobre o Brasil desses tempos.

A época em que Machado de Assis vive é, no Brasil, sabemos todos, marcada pelo signo da crise e da mudança. Trata-se de um tempo brasileiro em que uma sociedade fundamentalmente agrária, latifundiária e escravocrata, abre espaço para a presença de fortes dimensões burguesas e urbanas, abolido, gradativamente, o trabalho escravo.

Desenvolve-se e amplia-se a lavoura cafeeira. Ganha destaque a atividade mercantil, o comércio interno e externo. As grandes somas disponíveis, por força da eliminação da escravatura, são em grande parte objeto de reinvestimento em empreendimentos urbanos. Ferrovias, telégrafo e portos favorecem o progresso. Prepara-se o advento da industrialização. A imprensa estabiliza-se. A sociedade descobre a rua, com seus entretenimentos, entre eles o teatro, as novidades da moda, as festas.

Esse progresso traz a ascensão da classe média, ainda que com consciência de classe bastante reduzida. E o seu modelo de comportamento, na economia, na política, nas atitudes, é dado pela classe dominante, que, ciosa e experiente,

assegura sua presença no comando do poder público. Inicia-se, paralelamente, um proletariado urbano.

A burguesia emergente trava contato com as idéias dominantes no mundo europeu de então. Conscientiza-se da importância do conhecimento, como estratégia de ascensão social. Ganha novos matizes. Formam-se médicos, militares, engenheiros. Adaptam-se as novas tendências do pensamento europeu à realidade brasileira. É tempo, inclusive, de reformas, sobretudo no ensino. E essas reformas repercutem necessariamente no processo de formação dos novos profissionais.

As mudanças na estrutura social, a emergência dessa nova burguesia, alimentada de saberes, a nova dinâmica oriunda dos antagonismos com os grupos senhoriais, não determinam, mas condicionam concomitantes alterações na política e na arte, em especial no tratamento e na recepção da literatura. E muda, em decorrência, o público e o gosto do público.

Vale destacar alguns acontecimentos históricos vinculados ao novo perfil da sociedade que marcam a segunda metade do século XIX no país:

1. A abolição dos escravos mobiliza a emoção nacional e leva a mudanças nos rumos da economia.

2. A Guerra do Paraguai reacende o sentimento de nacionalidade. Traz coesão e estabilidade ao Exército, que não mereceu a participação nem o entusiasmo dos senhores rurais, e cuja relevância como poder o civilismo da monarquia agrária não soube perceber: é de representantes da classe média emergente que se faz o contingente de oficiais, quer os formados na Escola Militar, quer os forjados na carreira da caserna.

3. Instaura-se a Questão Religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional posicionamento do Governo, defensor da ingerência dos chefes de estado nos assuntos de religião. Mobiliza-se o espírito liberal. Emergem questionamentos. A tranquilidade da fé se vê abalada.

Esses e outros fatos configuram efetivamente um momento de crise, em que a hostilidade dos senhores de engenho, agravada pela não-indenização pela

perda dos escravos, alia-se à insatisfação dos oficiais do Exército, com seu prestígio diluído e já mobilizados pelas idéias positivistas, e à hostilidade das províncias ao centralismo do poder imperial. A República não tarda. E vem, como se sabe, a ser proclamada em 1889.

Os presidentes militares, Deodoro da Fonseca, que governa de 1889 a 1891, e Floriano Peixoto, seu vice, que o substitui e permanece na Presidência até 1894, mantêm a tendência conservadora e buscam apoio na classe média, cada dia mais ampla.

Com os primeiros presidentes civis, representantes da classe dominante paulista, notadamente os fazendeiros do café, ganham destaque o federalismo e o conservadorismo. São eles, só para lembrar, Prudente de Moraes, cujo governo se estende de 1894 a 1898, e Campos Sales, que governa de 1898 a 1902. Depois é tempo de Afonso Pena. Em contrapartida, agora a insatisfação emerge do embrião do proletariado e de representantes da classe média urbana, formada por funcionários do Estado, por profissionais militares e por profissionais liberais.

O que ainda não vem é o esperado desenvolvimento econômico. Diminuto, ele não absorve a pequeno-burguesia. Esta se vê obrigada a arcar com os prejuízos socializados pela agricultura de exportação, através do reajuste cambial, nas baixas cíclicas do preço internacional do café. Ao fundo o domínio do poder das oligarquias a negar a reivindicação dessa classe média emergente.¹

É essa mesma classe média, entretanto, que começa a construir o seu lugar social e político. A busca desse lugar se fundamenta na tradição da cultura ocidental que vem desde o Renascimento: a valorização do conhecimento, a valorização do saber e das qualidades intelectuais. É a estratégia usada para contrapor-se pelo intelecto à aristocracia do sangue e da riqueza. Nesse espaço, a carreira literária ganha notável destaque. E esse dimensionamento, no Brasil, vem desde o Romantismo. É o alto prestígio do escritor que propicia a criação, em 1896, da Academia Brasileira de Letras, um acontecimento histórico altamen-

¹ Cf. Nelson Sodré, *História da literatura brasileira*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, cap. 7.

te significativo quando reúne, no processo de fundação, Machado de Assis, classe média ascendente, e Joaquim Nabuco, classe alta privilegiada.

A vida de Machado é um excelente exemplo da estratégia: o menino pobre da chácara do Livramento converte-se, pelo estudo e pelo trabalho, no intelectual consagrado e socialmente reverenciado. Ultrapassa pelo saber e, sobretudo, por sua condição de escritor, as restrições veladas ou explícitas da sociedade de então à sua condição étnica e a sua condição social de advindo de estamento considerado mais baixo. Muitos escritores seus contemporâneos viveram experiência semelhante. Entre eles, ainda que sem a sua dimensão excepcional, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Lima Barreto e Cruz e Sousa. Ressalte-se que, à medida que o criador de *Dom Casmurro* progride na sua produção literária, vão se abrindo as portas à sua carreira de funcionário.

Machado representa, nesse sentido, a vitória da “aristocracia do espírito”. A verdade é que era um funcionário e um cidadão que atualmente seria considerado “politicamente correto”. A crítica aguda e denunciadora ele a instaurou no texto de sua literatura.

E mais: se no seu tempo os horizontes filosóficos e científicos do mundo se ampliam em direção do universal; se os escritores buscam afirmar-se socialmente a partir do seu convívio com o conhecimento; se esse conhecimento vem sobretudo da matéria livreira da Europa; e se a literatura se torna um veículo de afirmação e reconhecimento social, ampliam-se também os padrões da nossa literatura. Esse aspecto envolve, de imediato, o próprio leitor, consumidor dessas novas dimensões necessariamente presentes no texto. Matéria nacional e matéria universal passam a integrar-se com maior efetividade no texto da literatura brasileira, ainda que o público leitor seja diminuto. Mas esse é um aspecto que permanecerá durante muito tempo na realidade do nosso país.

Para ficar com os pés na realidade: dos milhões de habitantes que integram a população brasileira da época, a maioria era constituída de analfabetos. Mais absolutos do que funcionais. Nas palavras de Machado, em crônica de 15 de agosto de 1876: “A nação não sabe ler. Há só 30% de indivíduos residentes

neste país que podem ler; desses, uns 9% não lêem letra de mão, 70% jazem em profunda ignorância [...] As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos.”² Poucos liam, portanto, e assim mesmo no ambiente urbano de poucas cidades e menos ainda liam livros, e um número ainda mais restrito, livros de literatura, as tiragens ficavam entre mil e no máximo, raro, três mil exemplares.

Mas já havia leitores capazes de esgotar os dois mil exemplares da primeira edição de *Dom Casmurro*, lançada em Paris, em 1899, e de ler, em jornais ou nos livros, os seis romances anteriormente lançados pelo escritor, e de acompanhar, com interesse, as crônicas que publicava na imprensa.

Não se alimentem ilusões de fausto e riqueza: mesmo com esse êxito sempre crescente, que acompanha a sua produção de nove romances, seis volumes de contos, três de poesia, cinco peças de teatro, Machado não vivia de livros. Não havia como. Suas obras ficcionais ocupavam, é certo, o primeiro lugar em vendas. Logo depois, vinha Aluísio Azevedo. A informação de Luís Edmundo, no seu *O Rio de Janeiro do meu tempo*, é ilustrativa em termos de mercado livreiro:

“Paga-se a um bom autor, por um bom romance ou um bom livro de contos, de quinhentos mil-réis a um conto de réis; por uma novela popular, de cinqüenta a quinhentos mil-réis; [...] Para os livros de versos, abundantíssimos, não há tarifa. Em geral são impressos por conta do próprio autor, ou entregues ao editor, sem compromisso de paga. As exceções à regra são raras.”³

Nesse contexto, fato sintomático, o escritor Joaquim Maria, de quem a Garnier é responsável pela edição do *Dom Casmurro* em 1899, vendera ao editor a propriedade “inteira e perfeita da obra literária, constando de quinze li-

² Machado de Assis, *Obra Completa* (org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar, 1959, p. 345.

³ Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, vol. II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, p. 702.

vros, pela irrisória quantia de oito contos de réis. Anteriormente, em 1896, a terceira edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas* e a segunda de *Quincas Borba* tinham sido negociadas, com o mesmo Garnier, a 250 mil-réis cada uma”, informa Brito Broca em *A vida literária no Brasil*. Era pouco. Basta lembrar que o mesmo Machado recebia da *Gazeta de Notícias* a quantia de cinquenta mil-réis por conto publicado.

Encontrar editor não era fácil. O que garantia a sobrevivência dos escritores era o jornalismo e o Serviço Público. A declaração de Joaquim Nabuco em *O Estado de S. Paulo* de 25 de setembro de 1898 dá medida da dificuldade: “A minha missão em política parece-me acabada com a vida de meu pai que pude terminar e para a qual tive a fortuna de achar editor.” O livro é *Um estadista do Império*.

Verdade é que nos começos do século XX o ofício de escritor passa a ser reconhecido. Culmina uma conquista que vinha se configurando desde as duas décadas anteriores. Fatos sintomáticos: Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque recebem ordenados mensais pelas crônicas publicadas respectivamente na *Gazeta de Notícias* e em *O País*. Coelho Neto, no *Correio da Manhã*.

A esse tempo, sintetiza Valentim Facioli, “o mercado literário havia ganhado uma dimensão, tanto no livro, como nos jornais e revistas, que indicava profundas alterações na vida econômica, social e cultural do país. O trabalho livre, a diversificação econômica, a divisão de atividades, a urbanização, a ampliação da rede escolar média e superior, o crescimento do aparelho democrático estatal, o crescimento de frações das classes médias, a consolidação de alguns jornais e o aumento de sua tiragem e circulação, enfim, um sem-número de fatores e indícios demonstrava, entre outros aspectos, que a divisão de classes na sociedade brasileira entrava em processo de atualização capitalista e isso favorecia a circulação de bens culturais, diversificando sua produção e apropriação.”⁴

⁴ Valentim Facioli, *Várias histórias para um homem célebre*. In: Alfredo Bosi et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982, p. 12.



Machado de Assis

Fotografia original reproduzida de *O Album*. Ano I – Nº I – Janeiro de 1893, p. 9
Diretor: Artur Azevedo Agente geral: Paula Ney

Bilac se dá conta desse momento histórico e testemunha, na introdução de *Ironia e piedade*, datada de 1908:

“Hoje não há jornal que não esteja aberto à atividade dos moços. O talento já não fica à porta, de chapéu na mão, triste e encolhido, vexado e em farrapos, como o mendigo tímido que nem sabe como haverá de pedir esmola. A minha geração, se não teve outro mérito, teve este, que não foi pequeno: desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho. Antes de nós, Alencar, Macedo, e todos os que traziam a literatura para o jornalismo, eram apenas os tolerados: só o comércio e a política tinham consideração e virtude.”⁵

Consolida-se a figura do profissional das letras. Na direção dessa consolidação, ganha papel importante a fundação da ABL. Um sintoma e um agente. No centro da sedimentação da Instituição fundada por Lúcio de Mendonça, o já consagrado autor de *Dom Casmurro*.

~ O ser humano Machado de Assis

Mas quem era Joaquim Maria Machado de Assis, o homem?

Colou-se ao autor de *Dom Casmurro* uma imagem de misantropia e de ensiamesamento. Não é o que demonstram as cartas. As que fazem a sua correspondência com o amigo querido Mário de Alencar, com Magalhães de Azevedo, mesmo com Joaquim Nabuco, só no final acrescida de adjetivos emocionalmente aproximadores. E, sobretudo, as cartas a D. Carolina, esposa e presença forte, marcada, como revela o soneto famoso, por “aquele afeto verdadeiro / que, a despeito de toda a humana lida, / fez-nos a existência apeteçada / e num recanto pôs um mundo inteiro”. Só restam duas, do tempo de noivado, datadas de 1869. As demais ele as fez destruir, cioso que era de sua

⁵ *Ironia e piedade*, introdução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, p. 12.

privacidade. Duas cartas, dele para ela, então residente em Petrópolis, cujo acesso exigia um trecho de viagem de barca do cais Pharoux ao fundo da baía, de onde se prosseguia de trem.

Vale recordar, por serem reveladores, alguns aspectos desse mútuo envolvimento.

Carolina Augusta Xavier de Novais nasce em Portugal, em 20 de fevereiro de 1835. Quatro anos e quatro meses, portanto, mais velha do que Machado, cujo nascimento data de 21 de junho de 1839. Falecidos os pais, por volta de 1867, vem para o Brasil, a pedido de Faustino, um de seus cinco irmãos, poeta, amigo de Machado. Para cuidar dele, que passara a sofrer de distúrbios mentais intermitentes. Desembarca em 18 de junho de 1868. Movida também por outra razão, informa Jean-Michel Massa: perto dos trinta e quatro anos, solteira e sem recursos e traumatizada por um misterioso drama íntimo de família, sua vida tornara-se difícil.

Difícil também identificar o momento de seu encontro com o jovem Machado, então na plenitude dos seus trinta anos.

Sabe-se que o mútuo compromisso se deu no relampejar de um minuto. Machado visita Faustino. De repente, a sós com Carolina, senta-se a seu lado, toma-lhe das mãos, e ousa perguntar se quer casar com ele. A resposta, afirmativa, é firme e decidida. As cartas dão a medida da natureza e da intensidade dos sentimentos que os une.

Um trecho da primeira é iluminador:

“Minha querida C.

Recebi ontem duas cartas tuas, depois de dous dias de espera. Calcula o prazer que tive, como as li, reli e beijei! A m^a tristeza converteu-se em súbita alegria. Eu estava tão aflito por ter notícias tuas que saí do *Diário* à 1 hora para ir à casa, e com efeito encontrei as duas cartas, uma das quais devera ter vindo antes, mas que, sem dúvida, por causa do correio, foi demorada. Também ontem deves ter recebido duas cartas minhas; uma delas a que foi escrita no sábado, levei-a no domingo às 8 horas ao correio, sem lem-

brar-me (perdoa-me!) que ao domingo a barca sai às 6 horas da manhã. Às quatro horas levei a outra carta e ambas devem ter seguido ontem na barca das duas da tarde. Deste modo, não fui eu só quem sofreu com a demora das cartas. Calculo a tua aflição pela minha, e estou que será a última.”⁶

Seguem-se preocupações materiais, reveladoras da relação com os futuros cunhados Faustino (F.) e Miguel (M.). A referência tranqüila a este último põe em xeque a opinião de que, por preconceito racial, acirrava a oposição ao casamento. O texto revela também a posição de Machado em relação à vida familiar:

“Eu já tinha ouvido cá que o M. alugara a casa de Laranjeiras, mas o que não sabia era que se projetava essa viagem a Juiz de Fora. Creio, como tu, que os ares não fazem nada ao F., mas compreendo também que não é possível dar simplesmente essa razão. No entanto, lembras perfeitamente que a mudança para outra casa no Rio seria excelente para todos nós. O F. falou-me nisso uma vez e é quanto basta para que se trate disto. A casa há de encontrar-se, porque empenha-se nisto o meu coração. Creio, porém, que é melhor conversar outra vez com o F. no sábado e ser autorizado positivamente por ele.”

Voltam considerações sobre o relacionamento do casal:

“Ainda assim, temos tempo de sobra; 23 dias; isto é quanto basta para que o amor faça um milagre, quanto mais não é milagre nenhum. Vais dizer naturalmente que eu condescendo sempre contigo. Por que não? Sofreste tanto que até perdeste a consciência do teu império; estás pronta a obedecer; admiraste de seres obedecida. Não te admires, a cousa é muito natural;

⁶ Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III (org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1959, p. 1044.

és tão dócil como eu; a razão fala em nós ambos. Pedes-me cousas tão justas, que eu nem teria pretexto de te recusar se quisesse recusar-te alguma cousa, e não quero. A mudança de Petrópolis para cá é uma necessidade; os ares não fazem bem ao F., a casa aí é um verdadeiro perigo para quem lá mora. Se estivesses cá não terias tanto medo dos trovões, tu que ainda não estás *bem brasileira* mas que o hás de ser espero em Deus.”⁷

Esta mesma carta descreve, na seqüência do texto, uma Carolina desconfiada e curiosa. Talvez por sofrida. Por força do mistério não revelado em torno do problema familiar em que esteve envolvida. E de que, seguramente, Machado tem conhecimento. Ela deseja saber do passado do noivo. Mais precisamente, de amores desses tempos. O esclarecimento abre-se à plena sinceridade, num belo exemplo de discurso de sedução:

“Acusas-me de pouco confiante em ti? Tens e não tens razão; confiante sou; mas se não te contei nada é porque não valia a pena contar. A minha história, passada do coração, resume-se em dous capítulos: uma amor, não correspondido; outro, correspondido. Do primeiro nada tenho a dizer; do outro não me queixo; fui eu o primeiro a rompê-lo. Não me acuses por isso; há situações que se não prolongam sem sofrimentos. Uma senhora de minha amizade obrigou-me, com os seus conselhos, a rasgar a página desse romance sombrio. Fi-lo com dor, mas sem remorso. Eis tudo. A tua pergunta natural é esta: Qual destes dous capítulos era o de Corina? Curiosa! Era o primeiro. O que te afirmo é que dos dois o mais amado foi o segundo. Mas nem o primeiro nem o segundo se parecem com o terceiro e último capítulo do meu coração. Diz a Staël que os primeiros amores não são os mais fortes porque nascem simplesmente da necessidade de amar. Assim é comigo; mas, além dessa, há uma razão capital, e é que tu não te pareces nada com as mulheres vulgares que tenho conhecido. Espírito e coração como os teus são prendas raras; alma tão boa e tão elevada, sensibilidade tão melindrosa,

⁷ Idem, *ibidem*.

razão tão reta não são bens que a natureza espalhasse às mãos cheias pelo teu sexo. Tu pertences ao pequeno número de mulheres que ainda sabem amar, sentir e pensar. Como te não amaria eu? Além disso tens para mim um dote que realça os demais: sofreste.”

O texto deixa perceber uma ponta de ciúme em torno dos “Versos à Corina”, publicados em *Crisálidas*. Musa desse amor não retribuído: Gabriela Augusta da Cunha, famosa atriz portuguesa. A outra paixão, correspondida: mais uma figura da ribalta: Augusta Candiani. Dezoito anos mais velha do que ele, referência constante em sua obra. Ambas sombras, memórias. O lugar, no coração e na poesia, agora é dela, Carolina, a amada. Que inspirará poemas publicados em *Falenas*. O texto deixa ver também o que, a esse tempo, o criador de Virgília, Sofia e Capitu pensa das mulheres.

A segunda missiva segue reveladora da intensidade da paixão mútua, de carinhos e cuidados. Paixão que se consolida com o casamento a 12 de novembro de 1869. O lar: Rua do Fogo, 119, depois Rua dos Andradas. Perto do morro do Livramento. Modestamente mobiliado. Dificuldades financeiras. Antigas. Como na relação de D. Carmo e Aguiar, no *Memorial de Aires*: “A pobreza foi o dote dos primeiros dias de casados.”

Aos poucos, porém, a vida do casal estabiliza-se. Em 1872, o marido de D. Carolina já é poeta, teatrólogo e jornalista de sucesso, funcionário público. Em 1877, chefe de seção no Ministério da Agricultura, escritor reconhecido, rico de amigos. A relação solidificada pelo sentimento amadurecido, posto à prova diante das doenças de Machado: as crises de epilepsia, a “tísica mesentérica”, curada em Friburgo, de dezembro de 1878 a março de 1879. Depois, a retinite grave, quando Carolina é seus olhos e a mão que escreve o que dita. Machado testemunha, mais tarde, em carta ao amigo de fé Magalhães de Azeredo, datada de 2 de abril de 1895:

“Eu não sei se teria agora tanta paciência; e, contudo, já fui doente exemplar, quando padeci de uma conjuntivite, e me proibiram de ler. Estive

assim longas semanas. Era minha mulher que me lia tudo. Para o fim serviu-me de secretária. [...] As *Memórias póstumas de Brás Cubas* foram começadas por esse tempo; ditei-lhe creio que meia-dúzia de capítulos.”⁸

A contrapartida, no convívio do lar. Na nova casa da Rua do Catete, nº 206. Depois, a partir de meados de 1883, o Cosme Velho, chalé nº 18, dois andares, jardim, árvores, um regato. Embaixo, sala de visitas, sala de jantar, a pequena varanda de tranqüilidade. Em cima, os dormitórios, três janelas abertas para a rua, o gabinete de trabalho. No interior, o cuidado de Carolina, com os tapetes que ela mesma tece, com os bordados que adornam o mobiliário. Na companhia, a cadelinha, a quem Machado regala com biscoitos, na volta do trabalho.

Humanamente, o chefe de família também era envolvido por preocupações com o pagamento do aluguel que pagava ao cunhado Miguel, proprietário do imóvel. Ao que parece, em algum momento atrasado. A cobrança incisiva se deve à iniciativa do procurador por ele nomeado, seja porque, afinal, cunhado não é parente, ou porque cunhado, cunhado, negócios à parte. Quem dá notícia do episódio e da carta “seca, taxativa e informal” é R. Magalhães Júnior:⁹

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1895

Ilmo. e Exmo. Sr.

Comunico a V. Exa. que estou investido de procuração geral do Exmo. Sr. Miguel de Novais, proprietário do imóvel que V. Exa. ocupa, com todos os poderes para receber os aluguéis e outros efeitos e, por isso, peço a V. Exa. o obséquio de satisfazer, na minha residência, à Rua do Cosme Velho, nº 20, até o dia 5 de cada mês, o aluguel vencido no último dia do mês precedente.

Com toda consideração, de V. Exa. Mto. Ato. *Visconde de Thyayde*.

Note-se que o procurador morava ao lado. Cobrança de atraso ou facilidade de tramitação?

⁸ Luís Viana Filho, *Vida de Machado de Assis*. São Paulo: Liv. Martins Editora, 1965, pp. 117 e 121.

⁹ Magalhães Júnior, R. *Vida e obra de Machado de Assis*, Maturidade, vol. 3, p. 258.

~ Machado e a política

Aquela *Diário* a que o noivo apaixonado se refere na primeira carta é o *Diário do Rio de Janeiro*, um dos periódicos dos vários em que colaborou regularmente, desde 1858. Ali assinava a seção denominada “Comentários da Semana”, assinados ora com seu próprio nome, ora com o pseudônimo de Gil. Seus textos, notadamente os publicados entre 1860 e 1862, revelam sua militância no jornalismo político. Pesquisas de Jean-Michel Massa e estudos de R. Magalhães Júnior e Brito Broca dão conta do colunista combativo, de crítica agudíssima, na linha do liberalismo que marca o jornal. Ele aponta “a incoerência, a inconseqüência, a asnice dos membros do governo”; um exemplo, assinala o primeiro, é o seu juízo sobre o ministério chefiado pelo Duque de Caxias, em que denuncia “o imobilismo, a incapacidade, a venalidade, a mediocridade, o fatalismo, a ambigüidade, a duplicidade, a ilegalidade, a hipocrisia, o favoritismo”.¹⁰

A militância levará inclusive o seu nome, em 1866, à lista de candidatos à futura Câmara dos Deputados pelo 2º Distrito de Minas Gerais. Não foi eleito: acreditou que teria sido derrotado, o que, na verdade, não aconteceria. Retirou a candidatura antes das eleições. Resolveu, a partir de então, dedicar-se totalmente à literatura.

Não se entenda a sua posição liberal como ideologia incorporada e permanente. Cedo ele entendeu o jogo de poder das oligarquias, o oportunismo dos jornais interessados menos na autenticidade de posições ideológicas e muito mais na possibilidade de chegar com alguma facilidade às instâncias do poder. Coerência não era o forte de tais grupos de interesse. Eram liberais, como poderiam ser conservadores. Com argumentação semelhante à de D. Cláudia em relação ao marido Batista, no capítulo 47 do romance *Esau e Jacó*, Machado deu-se conta da hipocrisia de tal jogo. Por outro lado, paternalismo, clientelismo, poder centrado em minorias assentadas na ordem escravocrata, na politicagem vinculada a interesses pessoais de grupos, marcadas de provincianismo, tornavam difícil a atuação da pena denunciadora de “um mestiço de origem

¹⁰ Cf. Valentim Faccioli. Ob. cit., p. 22.

proletária”. Machado teria certamente consciência de que os liberais de um dia seriam os conservadores de outro. “Política é como nuvem”, como dizia um experiente e influente político de poucos anos atrás. Entendeu os mecanismos de poder da oligarquia. Substituiu, pouco a pouco, o entusiasmo pela ironia e pelo humor. Com o talento que lhe permitiu a garantia do espaço social conquistado a duras penas. E mudou o lugar de sua trincheira: uma das marcas fortes de sua literatura será justamente desvendar o que se esconde sob a máscara dos fatos e das pessoas, como demonstra a lucidez crítica de Alfredo Bosi. Há que ler os seus textos no entre-espaço do narrador e da matéria narrada, no silêncio do seu texto, como recomenda para a boa leitura literária a percuciência maior de Eduardo Portella.

Desde 1877, quando falece José de Alencar, Machado de Assis já é reconhecido e aclamado como “o mestre das letras pátrias”. Paralelamente, é o burocrata também de carreira estável e em ascensão. Experiência e pedras do caminho incluem-se, por certo, entre as forças alimentadoras do relativismo e da ambigüidade de valores com que seu texto maduro vergasta a hipocrisia humana e as formas de dominação. Nesse sentido, o lugar privilegiado de leitura é o entrelugar destacado. No espaço da crônica, é de ver-se o acompanhamento das mudanças que ocorrem no país, comandadas por uma dinâmica social acelerada. A propósito, Astrogildo Pereira esclarece:

“O Império, até 1871, fora uma coisa; de 1871 em diante, será outra bem diferente, por sua evolução, por suas finalidades, pelas novas exigências da nação, pela própria mentalidade dos estadistas que a dirigem. Faltaria apenas acrescentar a essa característica um elemento invisível, subterrâneo, mas a meu ver essencial – o de que o Império será desde então diferente porque em verdade começava a negar-se a si mesmo, corroído, pouco a pouco, pelo germe da própria decomposição, num processo histórico que teria na Abolição de 88 e na República o seu desenlace imutável.”¹¹

¹¹ Astrogildo Pereira. *Machado de Assis e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: São José, 1959. In: Valentim Facioli, ob. cit., p. 39.

O texto machadiano, a partir das *Memórias póstumas de Brás Cubas* e das crônicas de 1887, testemunha literariamente, sob uma visão crítica, e marcadamente, esse processo. O narrador deixa percebê-lo, seja na sua atuação na trama, seja no constante exercício crítico e de metalinguagem, narrador inserido na classe superior que a vê criticamente de dentro e por dentro. Com ironia e humor. Parodicamente, no sentido bakhtiniano do termo. É a nova maneira machadiana, que dá continuidade à maneira anterior, na sua criação literária em processo. (Mas lá se me vai o discurso, indevidamente, a desviar-se para o literário.)

Nesses espaços, por exemplo, Machado, em crônica de 22 de agosto de 1889, satiriza a volubilidade das idéias políticas reinantes. Um candidato à deputação por Minas Gerais é apresentado, ao mesmo tempo, por três partidos: o liberal, o conservador, o republicano. E Machado conclui: “Oh! não mudeis de casa! Mudai de roupa, mudai de fortuna, de amigos, de opinião, de criados, mudai de tudo, mas não mudeis de casa!”¹² A ironia persiste em crônica de 27 de novembro de 1892:

“A República trouxe-me quatro desgostos extraordinários: um foi logo remediado; os outros três não. O que ela me remediou, foi a desastrada idéia de meter as câmaras no palácio da Boa Vista. Muito político e muito bonito para quem anda com dinheiro no bolso; mas obrigar-me a pagar dous níqueis de passagem por dia, ou ir a pé, era um despropósito. Felizmente, vingou a idéia de tornar a pôr as câmaras em contato com o povo, e descemos da Boa Vista.

Não me falem dos outros três desgostos. Suprimir as interpelações aos ministros, com dia fixado e anunciado; acabar com a discussão da resposta à fala do trono; eliminar as apresentações dos ministérios novos...”¹³

Em relação à República, situo-me entre os que entendem que a sua posição é de marcada ambigüidade. Não a aplaude nem a nega. Não caracteriza prefe-

¹² Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1959, p. 557.

¹³ *Idem*, *ibidem*, p. 586.

rência pelo Império, embora não esconda sua simpatia pelo Imperador. Mas a questiona em suas bases. Na condição de institucionalizadora de novos mecanismos de dominação. Um pouco além da mudança de tabuletas de nome de padaria. *Plus ça change...*

Esse mesmo Machado assume, na letra escrita de várias crônicas, tomadas de posição em relação ao episódio de Canudos. É tempo em que recrudescer a luta do governo federal com o grupo de Antônio Conselheiro. Machado trata do assunto em várias crônicas. Numa delas, protesta “contra a perseguição que se está fazendo à gente do Conselheiro”. Em duas outras, faz sugestão premonitória. Numa delas: “Ora bem, quando acabar esta seita de Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos, daqui a um século, um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada.”¹⁴

O texto veio no calor da hora, como sabemos. E não foi obra de Coelho Neto. Escreve a saga de Canudos o vigor do texto de Euclides da Cunha.

Em que pesem as mudanças de avaliação, o cronista está longe de ser um alienado, indiferente à realidade. Muito menos se pode dizer que é anti-social: lá está, presidente da Academia, no dia 24 de fevereiro de 1897, apesar da confusão na alma e de uma desconfortante dor aguda no sobrolho direito, marcando presença na pompa da festa oficial comemorativa do aniversário da Constituição de 1891. Como estará também na inauguração solene do Palácio do Catete como sede da Presidência da República.

E encontra tempo e disposição para fazer parte de banca de concurso para professoras primárias aberto a senhoras e moças, com habilitações para lecionar primeiras letras, ainda que não fossem portadoras de diplomas. O diretor do Ensino Municipal era o acadêmico Medeiros e Albuquerque. Todas as candidatas foram aprovadas.

¹⁴ Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1962, p. 765.

~ Machado funcionário público

A esse tempo, o criador de Brás Cubas está longe de ter a vida mansa dos seus personagens, que raramente trabalham para sobreviver. No ano de 1880, ei-lo, a convite do Ministro Conselheiro Buarque de Macedo, oficial de seu gabinete. Em 86, o Imperador o nomeia vogal do Conservatório Dramático, de que era membro desde 1871. Em 1889 é nomeado Diretor da Diretoria de Comércio; salário: oito contos anuais, excelente para um casal sem filhos, num tempo em que a libra valia 8\$300 (oito réis e trezentos) e o aluguel da casa do Cosme Velho era de 130\$000 (cento e trinta mil réis). Acrescente-se que, em 1892, será promovido a diretor-geral do Ministério da Viação. Nesse cargo é posto em disponibilidade em 1898, para voltar ao trabalho no mesmo ano. Disponibilidade conjuntural, de repercussão altamente negativa no seu temperamento. Em 1902, a 28 de novembro, assume a Diretoria da Secretaria da Indústria, no mesmo Ministério da Viação, de onde será transferido, em 18 de dezembro, para o cargo de diretor-geral de Contabilidade. O antigo aprendiz de tipógrafo da Tipografia Nacional chegava à culminância de seu progresso no Serviço Público. Verdade que o servidor público alternava trabalho e licenças para tratamento de saúde e frustrações.

A propósito de sua relação com a função pública, vale registrar, por curioso, o trecho da crônica ao tempo da revolta de 1893. Machado serve no então Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sediado nas imediações do cais Pharoux, na Praça 15 de Novembro, área de risco: o prédio não escapou das balas perdidas. Machado registra, em crônica de 5 de janeiro de 1896, ao comentar a inauguração do Panorama do Rio de Janeiro ocorrida em 1891:

“O Panorama resistiu, notai bem, às balas da revolta. Certa casa próxima, onde eu ia por obrigação, foi mais de uma vez marcada por elas. Na própria sala em que me achei caíram duas. Conservo ainda, ao pé de algumas relíquias romanas, uma que caiu lá, na segunda-feira, 2 de novembro de 1893. O Panorama do Rio de Janeiro não recebeu nenhuma, ou resistiu-lhes por

um prodígio só explicável à vista dos fins artísticos da construção. Que as paixões políticas lutem entre si, mas respeitem as artes, ainda nas suas aparências.”¹⁵

Esse é o cidadão e o escritor consagrado que será chamado a participar da criação da Academia Brasileira de Letras.

~ Tempos de Academia

Voltemos, pois, à Academia.

Para situá-lo, nos inícios da Instituição, reconhecido e louvado, temos como prova o jantar de homenagem aos 22 anos de publicação das *Crisálidas*, realizado, em 1886, no Hotel Globo. O registro é de Lúcia Miguel-Pereira: “Presentes os velhos amigos como Bocaiúva Cunha e Sizenando Nabuco, os moços de então, Raul Pompéia, Bilac, Paula Nei, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, momento em que foi saudado como ‘o mestre das letras brasileiras’, ‘o primeiro de todos’, ‘o único’. Antes dos cinquenta anos. Em plena produção.”

E são os velhos e moços de 1896 que se congregam em torno dele no momento de fundação da Instituição idealizada por Lúcio de Mendonça.

Mas, esclarece a percuciência de Josué Montello, “não se pode incluir Machado de Assis entre os idealizadores da Academia. Este papel cabe, em épocas diferentes, a Medeiros e Albuquerque e a Lúcio de Mendonça. Entretanto, pode-se afirmar, com segurança, que, sem a figura de Machado de Assis, a idéia não se teria concretizado”.¹⁶

A Instituição nasce, na expressão feliz de Graça Aranha, de “um pacto entre espíritos amigos”. Entre eles, no momento da fundação, os que mais se empenharam na realização da idéia comum, além de Machado e de Lúcio: Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Rodrigo Octavio e Inglês de Sousa. Unidos pela

¹⁵ Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1962, p. 696.

¹⁶ Josué, Montello, *O presidente Machado de Assis*. 2ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 10.



amizade. Colegas de jantares tranqüilos e austeros no Hotel dos Estrangeiros, promovidos pela *Revista Brasileira*. Registra R. Magalhães Júnior:

“A partir de maio de 1896, José Veríssimo, da *Revista Brasileira*, passou a promover mensalmente jantares de confraternização, para os quais eram convidados colaboradores das mais diversas tendências políticas e literárias. Embora pouco freqüentasse as páginas daquela publicação, Machado de Assis quase sempre participava de tais jantares, aos quais se referiu em várias de suas crônicas. Ao primeiro deles, combinara ir com Mário de Alencar, que era um dos mais jovens colaboradores da revista, perdendo apenas por alguns meses para Carlos Magalhães de Azeredo. Casado porém em data recente, Mário acabou por se escusar, delicadamente [...]”¹⁷

Machado comparece e registra, em crônica de 17 de maio:

“Chego ao Hotel do Globo. Subo ao segundo andar, onde acho alguns homens. São convivas do primeiro jantar mensal da *Revista Brasileira*. O principal de todos, José Veríssimo, chefe da *Revista* e do Ginásio Nacional, recebe-me e a todos, com aquela afabilidade natural que os seus amigos nunca viram desmentida um só minuto. Os demais convivas chegam, um a um, a literatura, a política, a medicina, a jurisprudência, a armada, a administração... Sabe-se já que alguns não podem vir, mas virão depois, nos outros meses.”¹⁸

A crônica não deixa perceber a difícil familiaridade que caracterizava o Seu Machado, a esse tempo longe do jovem Machadinho dos verdes anos, presença participante das reuniões da livraria de Paula Brito, do Grêmio das Letras e Artes, ou o Machado que o cunhado Miguel numa carta afetuosa chamou de boêmio. É verdade que participava dos encontros da Garnier e, notadamente,

¹⁷ *Vida e obra de Machado de Assis, Maturidade*, vol. 3, p. 279.

¹⁸ Machado de Assis, *Obra Completa*, vol. III, 1962, p. 707.

da Laemmert, onde se convertia em centro natural da reunião, “com seu ligeiro gaguejar que dava mais graça às suas observações, sempre deliciosamente maliciosas” e carregadas de fina e velada ironia.

Outros jantares mensais também reuniam, para “uma hora de agradável convívio”, escritores e artistas no Rabelais, clube fundado por Araripe Júnior e Raul Pompéia. Era mais um grupo que cultivava com galhardia a arte de conviver. Estes, com festa e alarido.

O Rabelais se dilui, por força de dissensões de idéias políticas em torno da revolta de 1893, em que a Armada, sob o comando de Custódio de Melo, rebelou-se contra Floriano Peixoto. Como se depreende, cultivava-se o encontro e a conversa.

É na esteira desse hábito de reunião e convívio que floresce a idéia da Academia, lançada no escritório da *Revista*. Leio ainda em Josué Montello, *O presidente Machado de Assis*, o relato da repercussão nos circunstantes:

“Antônio Sales, testemunha do nascimento da Academia, contou, numa página de reminiscência, que a idéia do instituto, entusiasticamente lançada pelo poeta de *Vergastas* no escritório da *Revista Brasileira*, não foi recebida com alvoroço pela roda ilustre que ali se reunia. ‘Lembro-me bem’, – diz o memorialista – ‘que José Veríssimo, pelo menos, não lhe fez bom acolhimento. Machado, creio, fez a princípio algumas objeções’.”¹⁹

O ceticismo machadiano a propósito da idéia pode ser medido pela referência ocasional que faz em crônica, centrada em neologismos, onde, após discorrer sobre o termo *engrossador*, recentemente cunhado e com conotação política, comenta, após perguntar quem teria inventado o termo:

“Talvez algum cético, por horas mortas, lembrando uma procissão qualquer, mas também pode ser obra de algum religionário, aborrecido com

¹⁹ *O presidente Machado de Assis*, ob. cit., p. 13.

ver aumentar o número de fiéis [...] Mas fosse quem fosse o inventor do vocábulo, certo é que este, apesar de anônimo e popular, ou por isso mesmo, espalhou-se e prosperou; não admirará que fique na língua, e se houver, aí por 1950, uma Academia Brasileira, pode bem ser que venha a incluí-lo no seu dicionário.”²⁰

Mas eis que abraça a causa e converte-se em entusiasmada e afetuosa liderança agregadora, reativada. Medeiros e Albuquerque, “instado a falar sobre Machado de Assis numa sessão da Academia”, assim registra o cotidiano do escritor, sistemático e rotineiro:

“A sua vida, ao tempo em que o conheci, pautava-se de um modo monotonicamente uniforme. Vinha todas as tardes – nesse tempo o expediente das repartições terminava às três horas – do Ministério da Viação para a Garnier. Aí se instalava numa pequena roda e conversava sobre literatura. Se alguém se aventurava em questões incandescentes da política, em grandes questões sociais, ele se encolhia. Não dava opiniões francas. Quando muito, para a conversa não morrer, atirava nela algumas frases neutras, que não dessem a compreender nitidamente o seu pensamento. Não se comprometia. – Havia um meio seguro de fazê-lo afastar: era dar um tom livre à conversa. Ele calava-se, sorria, não dava mostra nenhuma de enfado, mas achava logo um pretexto para sair.”²¹

Uma academia, como todas as instituições congêneres, nasce da afinidade de sentimentos, de aspirações identificadoras. Mas exige a energia e entrega de personalidades aglutinadoras, dispostas ao desprendido sacrifício da liderança e do trabalho. E essa força e essa animação, no sentido etimológico do termo, a agremiação idealizada por Lúcio de Mendonça encontrou na consagrada e respeitada presença e na ação dedicadíssima do autor das *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 13.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 16.

A primeira sessão preparatória da criação se dá em 15 de novembro de 1896. Na acanhada redação da *Revista Brasileira*, na Travessa do Ouvidor 81. Machado é aclamado presidente. Aceita. E convida Rodrigo Octavio e Pedro Rabelo para secretários. É a primeira diretoria. Em caráter provisório. Machado a esse tempo está com a vida estabilizada. Funcional, pessoal e literária. Acrescentará agora à sua rotina a presidência da Instituição. Abraça a causa. Converte-se em entusiasta e afetuosa liderança agregadora. Reacende-se o espírito do jovem frequentador dos encontros da Paula Brito, das reuniões do Grêmio de Letras e Artes, criado em 1887, de cuja presidência, mesmo eleito, declinou. Atente-se: o grêmio cedo dissolveu-se.

Sessão de instalação solene: 20 de julho de 1897. 17 membros presentes. Ausentes do Rio: 12. Deixaram de comparecer: 10, e sem explicação. Sala do *Pedagogium*, instituição de fins educativos. Rua do Passeio nº 82. Condizente com a circunstância do acontecimento. Não como as duas pequenas e escuras salas da redação da *Revista*, mal iluminadas pelo gás dos lampiões. Ali seria a sede das próximas cinco reuniões. À noite, único horário disponível. Poucos podiam estar naquele lugar, àquela hora. O presidente, com acuidade, impede que a Instituição tenha o mesmo destino do Grêmio de Letras e Artes. As reuniões retornam às dependências da *Revista*, na tranqüilidade das horas vespertinas. Nova mudança, agora para salas do Ginásio Nacional, o antigo Pedro II. Daí, rapidamente, para outro retorno à *Revista*. Depois, na lúgubre e tumular Biblioteca Fluminense. A frequência cada vez menor. Jeton não era sequer palavra incorporada ao vocabulário corrente. Antes, cogitava-se de cobrar mensalidade aos sócios. Grave a crise, tanto que provoca um interregno de quase um ano entre as reuniões: de 10 de agosto de 1899 a 23 de junho de 1900. E pode ser avaliada diante da carta de Nabuco, datada de 12 de junho de 1900:

“Não deixe morrer a Academia. V. hoje tem obrigação de reuni-la e tem meios para isso, ninguém resiste a um pedido seu. Será preciso que morra mais algum acadêmico para haver outra sessão? Que papel representamos nós, então? Foi para isso, para morrermos, que o Lúcio e você nos convida-

ram? Não, meu caro, reunamo-nos (não conte por ora comigo, esperemos pelo telefone sem fios) para conjurar o agoiro, é muito melhor. Trabalhe-mos todos vivos.”²²

A propósito, o que liga Machado a Nabuco é, mais que tudo, a mútua admiração e o tema comum: a Academia, assunto de quase todas as cartas que enviou ao amigo. E este tem a medida da dedicação do presidente, como revela trecho de carta de 13 de fevereiro de 1908:

“Vejo que a Academia foi inventada a tempo e na hora justa. Ela tem a grande missão de o consolar e de fazer-lhe companhia. Os ausentes, como eu, estão lá ao seu lado, em pensamento. E os mortos são somente ausentes.”²³

Imagine-se o empenho e o esforço do presidente, mesmo com o afastamento do Serviço Público, a que a disponibilidade o obrigara. E mais, diante da regularidade com que segue escrevendo e publicando. É tempo de *Dom Casmurro* (1899), *Páginas recolhidas* (1899), *Poesias completas* (1901) e de colaboração na imprensa.

O timoneiro encontra forças para garantir a permanência da Instituição, agasalhada, desde 1897, no escritório de advocacia de Rodrigo Octavio, na Rua da Quitanda 47, ainda perto da utilíssima Rua do Ouvidor. Primeira sessão ali realizada: 11 de abril de 1901. A luta continua. O prestígio do presidente e de alguns acadêmicos leva à Lei 726, iniciativa do deputado Eduardo Ramos, sancionada por Campos Sales em 8 de dezembro de 1908, que garantia permanente instalação em prédio público à Academia Brasileira de Letras, “fundada na capital da República, para cultura e desenvolvimento da literatura nacional”. Três anos na sala do escritório de Rodrigo Octavio esperaram os acadêmicos pelo cumprimento das determinações do texto legal. Incessante o

²² *Correspondência de Machado de Assis*, col. e anot. por Fernando Nery. Rio de Janeiro: Americo Bedeschi, editor, 1932, p. 24.

²³ *Idem*, *ibidem*, p. 79.

trabalho do presidente, que pode ser acompanhado na sua correspondência com Joaquim Nabuco. Finalmente a sede! Revelada em carta de 28 de junho de 1904 ao autor de *Minha formação*:

“A nossa Academia Brasileira já tem o seu aposento, como deve saber. Não é separado, como quiséramos: faz parte de um grande edifício, dado a diversos institutos. Um destes, a Academia de Medicina, já tomou posse da parte que lhe cabe, e fez a sua inauguração em sala que deve ser comum às sessões solenes. Não recebi ainda oficialmente a nossa parte, espero-a por dias.”²⁴

O local era o então chamado Edifício do Cais da Lapa. Só um ano depois foi efetivamente ocupado pelos acadêmicos. Com a batalha do mobiliário ainda uma vez comandada pelo presidente e vencida com a atuação dos deputados Medeiros e Albuquerque e Eduardo Ramos, que nesse sentido propuseram e conseguiram aprovar emenda no orçamento do Ministério do Interior. Era a estabilidade da moradia. A Casa estava enfim “aposentada e alfaiada”. No prédio que abrigava ainda o Instituto Histórico e o Instituto dos Advogados. Mais tarde, por proposta do Barão de Ramiz Galvão, denominado *Silogeu Brasileiro*, em lugar do pouco solene nome antigo. O termo silogeu, com o sentido de “local onde se reúnem associações literárias e/ou científicas”, foi criado especialmente pelo barão, um helenista, a partir de *logoi*, estudos, acrescido do prefixo *sin*, que indica reunião, conjunto, e do sufixo *eu*, correspondente ao grego *-eion*, formador de substantivo.

Para Machado era ainda pouco. Em carta anterior ao mesmo Nabuco, onde dá notícia da sede conjunta, ressalva: “Seguramente era melhor dispor a Academia Brasileira de um só prédio, mas não é possível agora, e mais vale aceitar com prazer o que se nos oferece e parece bom.” E vaticina, premonitório: “Outra geração fará melhor.”²⁵ E foi feito. Quinze anos depois de sua morte.

²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 45-46.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 44.

Com a transferência para o Petit Trianon, oferta do governo francês. Depois foi a solidificação. Em terreno firme e ampliado. Ação em que desponta a energia, o entusiasmo e a determinação do mítico presidente Austregésilo de Athayde. Mas é outra história e muito melhor contada por Laura e Cícero Sandroni.

Nos tempos heróicos, Machado foi efetivamente o grande consolidador. Pela força de seu prestígio. E, sobretudo, pela firmeza de sua atuação e por sua capacidade de comando, que evidencia uma vocação política agregadora a que se furtou na vida pública. Com habilidade serena, com talento raro, mesmo diante da única dissensão representada por Sílvio Romero, mais tarde diluída. Como resume Josué Montello, outra dedicação totalizante à Casa, com a acuidade que é uma de suas marcas:

“A Academia, ao ser constituída, soube ser uma curiosíssima coordenação de partidos, tendências e situações que se harmonizaram por uma espécie de milagre pessoal do seu presidente. Havia ali monarquistas e republicanos, românticos e naturalistas, historiadores e poetas, jornalistas e professores, numa diversidade surpreendente de princípios, idéias e convicções, sobre a qual devia pairar, com o seu fino gênio político, a ação coordenadora do narrador de *Histórias sem data*.”²⁶

“O presidente Machado”, escreve ainda Mestre Josué, “nada impõe nem pede aos companheiros. Sugere. Concorde. Insinua. Querendo ser adivinhado. E falando o menos possível.”

É o acadêmico assíduo: só deixou de comparecer a duas sessões das 96 que a Academia realizou durante a sua presidência.

É o cultor da sutileza, como evidencia o episódio ligado à candidatura de Emílio de Meneses, poeta de marcada irreverência e comportamento boêmio. Matéria discutida em sessão. Na saída, alguns acadêmicos acompanham o pre-

²⁶ *O presidente Machado de Assis*, ob. cit., pp. 35 e 38.

sidente no caminho para o bonde das Águas Férreas, que o levaria à sua casa do Cosme Velho. Machado muda o rumo rotineiro do percurso e desvia para a Rua da Assembléia. Entra numa cervejaria. Braço erguido, simplesmente aponta para um quadro que, na parede, exibia a figura do candidato, a cara rubra, os bigodes retorcidos, à mão um amplo copo de cerveja. Sem uma palavra, retorna à rua e ao caminho do bonde. Era o fim das pretensões do poeta.

A sutileza não elimina a obstinação com que cuidou da candidatura e da eleição do seu querido amigo Mário de Alencar. Marcadas as gestões, entretanto, pela discrição, traço forte de seu comportamento. Faz política, como não podia deixar de ser. Mas defende que “na Academia não há nem deve haver grupos fechados”.

As eleições da Casa já mobilizavam a imprensa, sinal de sua relevância. A do filho de José de Alencar provocou reações, assim relatadas por R. Magalhães Júnior:

“O *Correio da Manhã* de 2 de novembro atacou a eleição de Mário, apresentando-a como o resultado da intensa cabala desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, através de seus lugares-tenentes, Graça Aranha e Domício da Gama. Emílio de Meneses publicou n’*A Tribuna* um soneto satírico, dizendo que o novo acadêmico, *enfant-prodige* da burocracia, saíra da ‘panelinha’ da literatura e, embora Mário de Alencar tivesse, ao ser eleito, 33 anos, pintava-o como um garoto, tendo por pecúlio ‘calças curtas, a lousa, o abecedário / e o primeiro exemplar do *Tico-Tico!*’. Alcindo Guanabara, escrevendo em *O País*, também deplorou o resultado da eleição, censurando principalmente seu colega João Ribeiro, que dissera pouco antes: ‘Presume-se que a Academia é uma consagração pelos trabalhos feitos. Aqui não é lugar dos que principiam.’ Para Alcindo, Mário era um principiante, não podendo haver hesitação na escolha entre ele e Domingos Olímpio, com ‘uma longa vida de publicista e de romancista’. Contudo, João Ribeiro votou em Mário...”²⁷

²⁷ *Vida e obra de Machado de Assis*, Apogeu, pp. 242-43.

O presidente mantém a gravidade e a solenidade do ritual acadêmico, mesmo diante do número reduzido de participantes da sessão. Caso da última que presidiu, diante de apenas seis companheiros.

Identifica-se de tal maneira com a Casa e tem consciência de sua importância no panorama da cultura brasileira que lega à Instituição os seus livros, papéis e recordações literárias, material a que se acrescentariam peças do mobiliário da residência e objetos de uso pessoal.

Não esconde a vaidade, legítima, diante das justas homenagens e deferências. Mantém-se, entretanto, fiel à singeleza, à simplicidade e ao recato com que preserva a sua privacidade. De tal modo, que fecha a intimidade do seu lar mesmo aos amigos mais chegados, como Nabuco, Graça Aranha e Mário de Alencar. Magalhães de Azeredo teve o privilégio de conhecer-lhe a sala de jantar. Veríssimo uma única vez pôde entrar no seu quarto de doente. Nem à morte permitiu esse privilégio. Assinala Lúcia Miguel-Pereira:

“[...] Quando afinal as forças o abandonaram de vez, não foi ao seu quarto de dormir, ao quarto onde guardava as relíquias de Carolina, que se recolheu. Ou por comodidade, ou por último gesto de pudor, uma última tentativa para resguardar a sua intimidade, ficou num aposento no andar inferior, próximo à sala de visitas. E não se acamou, senão nos últimos momentos.”²⁸



O velho Machado convive, após a morte de Carolina, com três obsessões: a marcha inexorável do tempo, a lembrança permanente da esposa, a ABL compensatória, cuja missão maior define no discurso da sessão de encerramento do ano de 1897, realizada em 7 de dezembro. E com suas palavras encerro minhas considerações, breves, diante da figura maior da literatura brasileira:

²⁸ Machado de Assis. *Estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936, p. 322.

“A Academia [...] buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores – não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica.”²⁹

Nada mais vivificador do que o seu texto literário. Instaurador. Divisor de águas.

Ao tempo da fundação da Academia, a vida do autor do *Memorial de Aires* dividia-se em três instâncias: a atividade funcional, a atividade literária, a ação acadêmica. Pontuado pela fragilidade da saúde, amenizada pela presença discreta de D. Carolina. Sofridíssima, após a morte da esposa.

Ao longo dos anos que sucedem à morte da esposa, mobilizam-no três obsessões: a marcha inexorável do tempo, marcada pela solidão, a lembrança de Carolina, carregada de saudade e agudo sentimento de perda; a Academia, compensatória. A primeira é marcada pelo desconforto da saúde abalada, notadamente pelas crises de epilepsia, a segunda, a cada passo lamentada nas cartas aos amigos, e jamais atenuada. A Casa, refúgio emocional a quem dedicava todo o seu esforço e todo o seu tempo, na construção árdua da Instituição, de sua imagem, de sua presença, da dignidade de uma sede à altura da grandeza do projeto. Ao fundo, certamente, a solidão dos grandes homens, no encontro consigo mesmo, no silêncio do recolhimento da casa do Cosme Velho, para além dos afagos da glória, que fica, honra e consola, mas não pacifica. *Sic transit gloria mundi*. Mas alguma resta do naufrágio das humanas ilusões: a sua presença ao longo do processo da literatura e da cultura brasileiras, preconizada pela acuidade de Joaquim Nabuco, em carta de 8 de junho de 1908:

“V., graças à nova geração dos Veríssimos e Graças, que explicaram a admiração inconsciente que V. inspirou à geração anterior, ou à nossa, goza hoje de uma reputação que forçará a posteridade a lê-lo e a estudá-lo para compreender a fascinação exercida por você sobre o seu tempo.”³⁰

²⁹ Discurso de Machado de Assis pronunciado em 7/12/1897, na sessão de encerramento dos trabalhos acadêmicos.

³⁰ *Correspondência de Machado de Assis*, col. e anot. por Fernando Nery, 1932, p. 84.

A que cabe, com justiça, acrescentar: e pelos tempos futuros que vierem.

O mais está nas várias biografias, integrantes talvez da mais ampla bibliografia dedicada à vida e à obra de um escritor brasileiro, marcado, ao contrário do que alguma tradição crítica preconiza, por uma acentuada vocação pública, por uma personalidade agregadora, de marcada liderança; por uma participação intensa, ainda que discreta, em grupos de escritores; pelas experiências hauridas no contato com outras pessoas, pela circulação ampla e vária de seus textos, num tempo de público leitor precário; pela incorporação e reescrita de múltiplos discursos sociais criticamente trabalhados em textos fundamentalmente contestatórios. Na ficção e na não-ficção. Tudo isso a partir de uma linguagem fundadora, que sintetiza e atualiza as possibilidades da língua portuguesa do seu tempo.